

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS DE MARÍLIA- SP**

JÚLIO ANTÓNIO APONTO TÉ

**MÚSICA, MÍDIA E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU: DA
REVOLUÇÃO ARMADA À INDEPENDÊNCIA.**

**MARÍLIA-SP
2016**

JÚLIO ANTÓNIO APONTO TÉ

**MÚSICA, MÍDIA E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU: DA
REVOLUÇÃO ARMADA À INDEPENDÊNCIA.**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Campus/Marília, ao propósito de obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Memória

Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer

Bolsa: CAPES

**MARÍLIA-SP
2016**

Té, Júlio António Aponto.

T253m Música, mídia e identidade nacional na Guiné-Bissau:
da revolução armada à independência / Júlio António
Aponto Té. – Marília, 2016.
110 f. ; 30 cm.

Orientador: Andreas Hofbauer.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 95-97

1. Política e cultura. 2. Características nacionais. 3.
Guiné-Bissau - Movimentos de autonomia e independência.
4. Cabo Verde - Movimentos de autonomia e independência
I. Título.

CDD 306.484

JÚLIO ANTÓNIO APONTO TÉ

**MÚSICA, MÍDIA E IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU: DA
REVOLUÇÃO ARMADA À INDEPENDÊNCIA.**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências Campus/Marília, ao propósito de obtenção do título de
mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer.

Data da Defesa 27/01/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador (a): Prof. Dr. Andreas Hofbauer

Departamento de Sociologia e Antropologia-DAS, (UNESP, Campus Marília)

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecido Caprioglio de Castro Oliveira

IGCE - Departamento de Planejamento – DEPLAN (UNESP, Campus Rio Claro)

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Barbosa Veríssimo

Departamento de Sociologia e Antropologia-DAS (UNESP, Campus Marília)

**MARÍLIA-SP
2016**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida filha Julia N´Djililne Santos Aponto Té, aos meus pais António Aponto Té e Sábado Djú, aos meus irmãos Ramalhano António Té, Alberto António Té e Joana António Té, ao meu primo N´pona Crunta Cá, e a todas as famílias, amigos e conhecidos que contribuíram para a minha formação e que hoje não estão nesta planeta. Que o senhor proteja as suas almas descansem em paz.

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso da vida a gente acaba entrando em contato com pessoas que, felizmente, adicionam, em nossas vidas, e ao fim disso restam sentimentos ternos. Portanto eu venho agradecer a essas pessoas pelo amor, carinho, respeito, atenção e confiança que depositaram em mim. O meu agradecimento vai em primeiro lugar aos meus pais, António Aponto Té e Sábado Djú, pelo carinho e cuidados que permitiram minha conquista neste mundo cheio de desafios.

Agradeço também a minha namorada Silvia Regina Santos Silva, a nossa querida filha Julia N'Djililne Santos Aponto Té e a minha sogra Luzvaldina Barbara Santos pelos conselhos e convivência que temos durante essa minha fase de estudos até o presente momento. Da mesma forma, não posso esquecer-me de direcionar os meus agradecimentos à família Martins, na pessoa de Clovis Martins e sua esposa Vanda Pereira dos Santos Martins, que são meus pais Brasileiros, as pessoas que sempre se preocupam com o meu dia a dia e a situação da minha estadia no Brasil, para que eu possa enfrentar os meus estudos.

À comunidade da Igreja Presbiteriana Central de Araraquara, que é a comunidade que me recebeu nos meus primeiros anos do curso, ajudando com as despesas da documentação da polícia federal e permitindo a regularização da minha estadia no Brasil.

À Professora Patrícia Braz, Éverton Willian, Kelly Cristina Eleutério de Oliveira, Alessandro Eleutério de Oliveira e Sabrina Melo Del Sarto, por terem me ajudado moralmente e nos momentos em que precisava de ajuda para poder estruturar o trabalho, as discussões temáticas e as correções do trabalho.

Meus agradecimentos ainda vão aos colegas da rádio Jovem na Guiné-Bissau que me ajudaram a entrar em contato com os nossos entrevistados e nas realizações das entrevistas em especial o Jornalista Armando Conte e Administrador da rádio o Epifânio Ogari Indi. Da mesma maneira eu dirijo os meus agradecimentos a todos os meus colegas jornalistas, técnicos e produtores da rádio da Universidade Federal de São Carlos (R-UFSCAr), que não pouparam esforços em me agendar os horários para realizar as entrevistas em que muitas vezes os fusos horários nós atrapalhavam muito. Mas, sempre tiveram a paciência de atender as minhas necessidades e as nossas discussões e sugestões que me permitiram a academicamente.

Agradeço, também, aos meus colegas da minha primeira Residência em Araraquara a querida da República “África”: Dabana Namone, Hartiga Gomes e João Mahinga, Sebastião

Quintino Gomes, e aos meus colegas da nove residência em Marília, na Pessoa de Egor Vasco Borges e Alberto Bive, sem esquecer todos os companheiros africanos que tive convivência em Marília Bernardo, Dulcineia e Henriqueta, pelo que construímos, amizade, harmonia, confiança e encorajamento, para a construção de uma nova família vinda de diferente lugar, do belo continente africano. Agradeço pela paciência, companheirismo e pelas discussões acadêmicas, os abraços das danças, momentos das tristezas, saudades, lágrimas, alegrias e os momentos das vitórias.

Sou profundamente grato, no fundo do meu coração, à Profa. Dr^a Maria Valeria Verissimo, pela indescritível solidariedade e afeto inestimável, atenção, paciência nas respostas à minha preocupação em relação ao curso, aos questionamentos existenciais e teóricos nas longas e cúmplices conversas, hoje materializadas no aprender-fazer do cotidiano, na busca da construção de um futuro melhor.

Não poderia deixar em algum momento de um segundo de agradecer imensamente ao Prof. Dr. Antônio Mendes Braga, pelo incentivo e fortalecimento através da leitura e correções atentas dos vários textos. De uma maneira geral, agradeço a todos os professores de Curso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Faculdade de Filosofia e Ciências FFC, que não pouparam esforços em preparar as matérias e os textos para as nossas aulas. Não apenas valorizo os comentários, as observações, críticas a respeito dos textos e as ricas lições dadas pelos senhores, mas também sua amizade. Professores subscrevem-me indispensavelmente que os senhores são aqueles que são indispensáveis.

A todos os funcionários do Departamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial Larissa F. Cavalca e Ana Paula Rodrigues, que sempre me ajudaram a resolver os problemas das documentações que provam a minha regularização na faculdade nos momentos em que eu ia regularizar o meu visto na polícia federal e doutros procedimentos às vezes da própria faculdade, momentos que às vezes eram de muita urgência.

O meu agradecimento generoso do fundo do meu coração vai para uma pessoa muito especial na minha vida acadêmica, que é o meu orientador, Prof. Dr^o Andreas Hofbauer, por ser meu pai acadêmico. Devo agradecê-lo por todas minhas conquistas acadêmicas, pelos conselhos perfeitos que ele dá para mim, pelas correções dos trabalhos, pelo tempo dedicado a mim e ao meu projeto, a paciência e atenção nos momento de nossas conversas, pelos sorrisos e pelo seu conhecimento. Ainda termino agradecendo a ele por me fornecer caminhos e me fazer uma pessoa com a conquista de uma nova experiência no mundo acadêmico que estou descobrindo a cada dia mais.

E para terminar, agradeço, à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) – que me concedeu uma bolsa de estudo, dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com vigência de 02 de Fevereiro de 2015 com previsão de terminar em Fevereiro de 2016. A bolsa permitiu meu crescimento acadêmico através do financiamento de participações em congressos, da compra de livros, dentre outros.

Ao governo do meu país e ao governo federal do Brasil, por laços de cooperação através do programa de convênio de estudantes de graduação e pós-graduação (PEC-G/PG), que possibilitou meus estudos no Brasil.

Agradeço, principalmente, a essa força máxima por estar sempre comigo, por me proporcionar várias oportunidades e por ter colocado em meu caminho as pessoas mencionadas acima.

RESUMO

Esta dissertação analisa as contribuições da música e da mídia para a formação da identidade nacional na Guiné-Bissau em dois momentos históricos: da Revolução Armada à independência e a fase pós- independência. Para tanto, foi necessário mostrar a trajetória do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde) neste processo com base tanto em estudos bibliográficos como em entrevistas gravadas a fim de mostrar como os processos da comunicação a partir da musicalidade (por meio da mídia - Rádio) eram projetados por este partido para a construção do Estado-nação, que por sua vez visava promover a “resistência cultural” para a construção de uma unidade nacional no contexto de uma sociedade culturalmente heterogênea, socialmente estratificada e inserida no contexto de globalização e de assimilação da cultura do colonizador (português). Para tanto, se tornou necessário analisar a trajetória e a produção intelectual de Amílcar Cabral, líder do PAIGC. Em seus escritos destacaram-se os textos sobre o surgimento dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas no continente Africano - seus fundamentos político-ideológicos, bem como os caminhos traçados para constituir a união étnica no interior da Guiné e simultaneamente a adesão destes com Cabo Verde, isto com a perspectiva de superar o chamado tribalismo do povo guineense, que representava um grande obstáculo para o projeto de unidade nacional. Também, foram utilizadas entrevistas com alguns participantes da luta de libertação, incluindo *djidius*¹, e líderes das vilas guineenses.

Palavras-Chave: Musicalidade. Resistência Cultural. Unidade Nacional. Cabo Verde. Oralidade.

¹ - É um termo utilizado na Guiné-Bissau, para designar os grupos dos músicos, ou melhor dizer, os interpretes das mensagens dos acontecimentos para o povo, através da música/canto. Às vezes, as mensagens cantadas por estes *Djidius* são para alertar os nativos sobre o que vai acontecer, seja um acontecimento do mal ou do bem, às vezes também, as mensagens são dirigidas para encorajar os nativos a manter as suas resistências contra o colonialista. Mas, é importante realçar, também, que essa forma de comunicação dos *Djidius*, é uma forma utilizada pelos nativos antes da colonização durante e atualmente nas suas atividades das crenças, rituais da iniciações, festas tradições ou nas reuniões familiares nas Tabancas/ Vilas.

ABSTRACT

This dissertation aims at highlighting the two main historical moments in which Music and Media have subsidised Guinea-Bissau with important contribution for the formation of country's National Identity; these moments are those of Armed revolution against the colonial force domination and the Post-independence period. It will be necessary though, to tell about the trajectory made by PAIGC (The African Party for Independence of Guinea and Cape Verde) in the two processes I mentioned, but also with supports on available bibliographic studies, records of interviews as well as vídeo tapes; all to show how much contributive the communication via Musicality and Media helped to project the Party's success in paving the way for a peaceful living (among the indigenous-culturally heterogeneous) despite the presence colonialists'. Thus, a call for a National Unity, for building a stratified society inserted in a context of globalization and assimilation of the colonizer's culture (Portuguese). For this purpose it was necessary to analyze the studies of Amílcar Cabral, leader of the PAIGC on the emergence of liberation movements in the Portuguese colonies on the African continent - highlighting their political and ideological foundations on the way of ethnic unity in the interior of Guinea-Bissau and simultaneously their accession with Cape Verde, as the so-called tribalism of the Bissau-Guinean, which represented a major obstacle to national unity Project today. Interviews were also used with some participants of the liberation struggle, including djidius, and leaders of the Guinean villages.

Keywords: Musicality, Cultural Resistance, National Unity, Cape Verde, Orality.

LISTA DOS MAPAS

Mapa 1 - Ilustração do mapa da Guiné-Bissau	24
Mapa 2 - Representação das Colônias Europeias em África	30

LISTAS DAS FIGURAS

Figura 1 - Conferência de Berlim	29
Figura 2 - Ilustração de Amílcar Cabral – Líder do PAIGC.....	42
Figura 3 - Amelia Araújo locutora da rádio libertação	89

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1- Representação dos Grupos Étnicos da Guiné Bissau	27
--	----

LISTAS DAS TABELAS

Tabela 1 – Quadro Demonstrativo da Origem dos Líderes do PAIGC..... 55

LISTA DE ABREVIATURAS

AC- AMÍLCAR CABRAL

ANP- Assembleia Nacional Popular

AFRELIMO - A Frente de Libertação de Moçambique

BM- Banco Mundial

CEA- Centro de Estudos Africanos

CEL - Conselho Executivo de Luta

CEI- Casa dos Estudantes do Império

FLGC-Frente Libertação da Guiné e Cabo-Verde

FLN- Frente Libertação Nacional

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

UDIB- União Desportivo de Bissau

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

URSS-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

MLCP- Movimento da Libertação da Colônia Portuguesa

MPLA- Movimento do Partido Libertação da Angola

MLSTP - Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe

MLNCP- Movimentos de Libertação Nacional das Colônias Portuguesa

PAIGC-Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV-Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PALOP - Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PCP- Partido Comunista Português

PIDE- Polícia de Intervenção da Defesa do Estado

RDN- Rádio Difusão Nacional

UDIB-União Desportivo de Bissau

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.2	GUINÉ-BISSAU: UM PAÍS AFRICANO	23
1.3	A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU.....	28
1.4	O PRINCÍPIO DE UMA RESISTÊNCIA ANTI-COLONIAL	33
1.4.1	OS DIVERSOS COMBATES NA LUTA ANTI-COLONIAL	34
1.5	A REVOLTA E O MASSACRE DO CAIS DE PINDJIGUITI	36
1.6	A CRIAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO-VERDE (1956 -1959)	38
1.7	A IDEOLOGIA DO PAIGC E O INÍCIO DA GUERRA ANTI-COLONIAL (1963-1974)	39
2	AMÍLCAR CABRAL E A SUA TRAJETÓRIA	42
2.1	AMILCAR CABRAL E A RESISTÊNCIA CULTURAL NA LUTA ARMADA	44
2.2	AMÍLCAR CABRAL (GUINÉ-BISSAU-PAIGC) E AGOSTINHO NETO (ANGOLA-MPLA)	50
2.2.1	O PAN-AFRICANISMO	53
2.3	AS VISÕES DOS OUTROS LÍDERES DO PAIGC	54
3	MÚSICA, MÍDIA E IDENTIDADE CULTURAL DA GUINÉ- BISSAU.....	57
3.1	A MÚSICA NO CONTEXTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E SEU SIGNIFICADO NA TRADIÇÃO ORAL GUINEENSE	58
3.2	MÍDIA E RESISTÊNCIA ANTI-COLONIAL	61
3.3	A IDEOLOGIA DA IDENTIDADE E DA UNIDADE NACIONAL	62
3.4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	65
3.5	DEPOIMENTOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO	66

3.6	A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DA MÚSICA NA LUTA	78
3.7	A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO	88
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	98
	ANEXO A – As cartas enviadas para delegação da D.G.S. para verificar a questão do assassinato de Amílcar Cabral	98
	ANEXO B – Ilustração da imagem de Instrumentos Tradicionais Siko e outros instrumentos	101
	ANEXO C – Fotos de alguns dos nossos entrevistados	103
	APÊNDICES	108
	APÊNDICE A – Perguntas elaboradas semi-estruturadas para entrevista	108
	APÊNDICE B – Carta enviada para o Presidente da Fundação Amílcar Cabral.....	110

1 INTRODUÇÃO

A dissertação analisa a relação entre a Música, Mídia e Identidade Nacional na Guiné-Bissau, a partir da trajetória do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), no período que compreende o início do processo das reivindicações da população Guineense (início do século XX) passando pela luta de independência da Guiné-Bissau (1956 a 1974) e o seu desdobramento na fase pós-independência (1974 a 1980), quando as divergências dentro do partido culminaram no primeiro golpe de estado.

Nesse sentido, para que possamos compreender como se deu o processo de independência dos povos africanos em questão, sobretudo a partir da contribuição midiática fomentada por Amílcar Cabral, é necessário tecer alguns comentários acerca da história da Guiné-Bissau e sua posterior união com Cabo Verde.

Durante o nosso trabalho foi desenvolvido uma pesquisa com os integrantes da luta de libertação onde realizados as entrevistas com estes participantes alguns deles foram entrevistados pelos nossos colegas jornalistas da rádio jovem em Guiné-Bissau e outros através do programa Africanidade da Rádio UFSCar via Skype.

O programa africanidade foi criado por mim em outubro de 2010, na época eu era estudante de convênio da UNESP-Araraquara. O programa tem como a finalidade de divulgar e promover a cultura africana através da rádio e das realizações dos intercâmbios culturais ministrando, palestras, shows, workshops, exposições e demais outras atividades de caráter educacionais e culturais permitindo assim conectar os estudantes africanos e não só com as realidades das atualidades africanas.

É importante destacar que a escolha deste método de trabalho para realização do nosso trabalho foi também uma das formas pelas que conseguimos encontrar os nossos entrevistados devido distância geográfica dos países que nos separam. Apesar de estarmos no Brasil e realizando esta pesquisa em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, uns destes participantes atualmente não vivem na África (Guiné-Bissau/ Cabo-Verde), alguns deles se encontram na Europa. Uma das questões também que nos apresentava foi a questão de Tempo, pois apesar de toda a dinâmica do trabalho tínhamos que harmonizar o nosso tempo de trabalho de acordo com os horários deles para realização das entrevistas devido ao problema de fuso horário durante as horas marcadas para realização da entrevista.

Por exemplo, os entrevistados em muitos casos deles agendavam os horários da entrevista às 6 horas da madrugada no horário da Guiné-Bissau e para nós era 3 horas da madrugada no horário de Brasília. Mas para além da coleta dos dados da Pesquisa através das

entrevistas foram realizadas pesquisas através dos dados bibliográficos, na internet: consultamos artigos referentes ao tema da nossa pesquisa, os livros as músicas, as entrevistas já realizadas por outros pesquisadores e também as consultas com outros pesquisadores da área.

Vale a pena ressaltar que, os caminhos percorridos nesta pesquisa fazem parte do objetivo de trabalho, pois a intenção é de mostrar a importância da mídia e música no processo da formação da identidade Nacional na Guiné-Bissau e suas contribuições no processo da luta pela Independência do país. Por exemplo, tentar compreender o percurso e a formação de Amílcar Cabral antes de enveredar pela via revolucionária, o que implica o estudo dos antecedentes desde sua formação familiar.

O objetivo é o de tentar descobrir se houve ou não influências dos progenitores (designadamente do pai, como insistentemente se tem influenciado a política) do Amílcar Cabral no processo de socialização familiar e/ou na formação intelectual e política e que mais tarde se que culminou com a concepção revolucionária de Cabral. Por outro lado, este estudo aponta para análises das mais que evidentes interferências de fatores endógenos e exógenos, e que vão contribuir para formação e consolidação da formação política e no amadurecimento de Cabral como um homem revolucionário. Segundo Sousa 2011, isso se trata de uma tentativa para situá-lo no tempo e nos espaços em que essa formação política do Amílcar foi ganhando o impacto na sua trajetória por lugares que ele passou.

Procuramos ainda compreender qual foi o contributo de Amílcar Cabral na formação dos movimentos unitários (os movimentos dos africanos criados na diáspora com objetivo de unir e lutar pela libertação do continente africano das colônias) que, ao fim e ao cabo, foram de fato os principais movimentos internacionais de libertação criados pela diáspora, numa dinâmica completamente distante da que se passava no interior. Foram abordadas, também as questões relativas ao abandono do projeto unitário de libertação à medida que os elementos da diáspora (Amílcar Cabral incluindo) foram criando os partidos nacionais e os organismos de coordenação geral das suas lutas.

Tentamos ainda refletir sobre a ideia de Cabral de criar uma federação entre a Guiné e Cabo-Verde, que estava enquadrado num âmbito mais integral do plano de estado único fundamentado na questão da unidade africana. Para, isso foi necessário mencionar o contributo que Cabral deu à unidade africana, bem como destacar todo o seu trabalho em prol da unificação dos movimentos de libertação da Guiné e das Ilhas de Cabo-Verde. Essa unificação foi transformada e incentivada pela ideologia de Cabral que não era suficiente só à união entre os dois povos, mas sim precisava também de juntar a união com a questão da luta

de libertação, pois ela só podia ser feita a partir da união do cabo-verdiano e o guineense e as duas coisas eram fundamentais para o processo da descolonização.

A união que acabou ingressando na mente da população guineenses e cabo-verdianas, depois mais tarde culminou com abertura da luta armada. Na passagem da união para luta seria relevante saber qual era a estratégia seguida e quais as expectativas que foram criadas para a resolução do conflito que o opunha ao colonialismo português. E para tal foram feitas as discussões nas seguintes capítulos.

No primeiro capítulo foi feita uma pequena abordagem sobre a Guiné-Bissau, sua população, densidade, situação sociopolítica, cultural, econômica e sua localização geografia e as suas limitações das fronteiras com os outros países que se avizinham. Neste capítulo também foi narrada a chegada da dominação dos portugueses (colonizadores/colonização) no país e o período em que começou as primeiras reivindicações dos grupos étnicos contra o processo da colonização o que culminou com o projeto da luta pela libertação nacional projetada e liderado pelo líder do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAGC), Amílcar Lopes Cabral.

No segundo capítulo foi abordado uma pequena síntese da trajetória do líder do partido, Amílcar Cabral para a realização do seu plano do projeto da unidade Nacional e da unificação dos povos guineenses e povos Cabo-Verdianos acentuando o seu discurso em dois contextos unidade e luta, sendo este ponto de ligação para concretização da luta de libertação. Neste capítulo ainda demonstramos a relação que o Líder do PAGC tinha com outros líderes dos partidos da colônia portuguesa sobre tudo o Angolano Agostinho Neto líder de Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e demais outras organizações africanas que na altura lutavam contra o colonialismo.

No terceiro Capítulo foi tratado à questão da música, mídia e identidade cultural na Guiné-Bissau, baseando nos estudos da ideologia do processo da resistência cultural referida pelo líder Amílcar Cabral, apresentando a relação e a contribuição da música e mídia no processo da resistência cultural e na formação da Identidade Nacional durante a luta de libertação. E como os dois serviam como arma importante durante a luta de libertação. E já nas considerações finais foi realizada uma análise do remate de todo esse processo da contribuição da música, mídia, a estratégia utilizada pelo Amílcar Cabral durante a luta, a relação dos grupos étnicos guineenses e o resultado do processo da unidade entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, digamos que a perspectiva de abordagem tem, obviamente, o sentido de análise histórica, aberta, no entanto, ao contributo de várias ciências. Não nos prendemos a nenhuma escola do saber, seja ela científica ou ideológica. Mas, sim a ideia de estudar a resistência política e cultural proposta por Amílcar Cabral, com a finalidade de compreender a sua singularidade em relação aos seguintes universos de referências: 1) os restantes elementos que compõem o PAIGC e outros movimentos de libertação guineenses e Cabo-verdianos; 2) o quadro dos movimentos de libertação das colónias portuguesas de África; 3) o contexto geral da “luta dos povos oprimidos”; 4) a contribuição da mídia e da música durante a luta de libertação e na formação da Identidade Nacional.

E para alcançar esses objetivos, foi levado em conta o âmbito histórico específico e temporal em que as práticas sociais se movem permitindo-se uma análise sincrônica e diacrônica, revelando rupturas e continuidade no processo histórico.

Dentro deste parâmetro, cabe indagar: Como e quais foram às fontes da informação utilizadas na nossa pesquisa?

Levando em consideração as fontes e bibliografia, sabemos que normalmente elas são indicadas pelas questões gerais, específica e transversais, inicialmente colocadas e, que figuram como unidades de análises privilegiadas em relação às quais é necessário definir, tanto quanto possível, os critérios para a sua interpretação.

Desta forma, o nosso trabalho foi realizado de acordo com os objetivos enunciados. A nossa pesquisa foi estabelecida, na medida das nossas possibilidades. Foi diversificado o leque de fontes, entendendo-as na sua concepção mais extensa – sendo nas formas escrita (textos), oral (músicas/entrevistas) e visual (imagens e Vídeos).

Levando sempre em consideração o âmbito histórico, ora para explicar, ora para fundamentar as nossas interpretações sobre os temas que foram abordados durante nosso estudo, vale a pena ressaltar que a utilização dessas fontes e as suas importâncias serão variadas ao longo do desenvolvimento dos capítulos do nosso trabalho.

Nos três capítulos do nosso trabalho, nas primeiras partes foram utilizados tipos de documentação de forma bastante variada, dependendo, em princípio dos assuntos abordados e do material de campo que foi possível aglutinar. Foi destacado um conjunto de documentos e as informações reunidas no Livro Intitulado “A Prática Revolucionária Unidade e Luta II, de autoria de Amílcar Cabral; os documentos reunidos nos arquivos da PIDE; documentos

internos do PAIGC (escritos e registados); os arquivos da INEP; consultas na internet e as entrevistas orais de vários ex-dirigentes do partido PAIGC.

Pôde-se perceber que durante o nosso trabalho foi privilegiado também, a questão das fontes com especial destaque para o discurso de Amílcar Cabral; as resoluções das Nações Unidas; documentos relacionados com outros movimentos de libertação sejam da Guiné-Bissau ou de Cabo-Verde. E durante as nossas análises buscamos sempre que possível e necessário, cotejar e articular com as entrevistas orais de testemunhas e personalidades que de algum modo estiveram ligados a Amílcar Cabral e ao PAIGC, em diferentes momentos.

No decorrer do nosso trabalho chamamos, ainda, a atenção para a importância da História Oral, já que o critério de seleção dos entrevistados e coleta das informações se deram por intermédio das entrevistas semi-estruturadas. Obedecendo apenas, aos seguintes discernimentos: a tradição oral, a vivência direta dos acontecimentos e o tipo das informações inédita dos entrevistados.

Mas, procuramos também, na medida do possível, comparar estas informações e cruzá-las com as fontes escritas e registadas. E perceber que, às vezes a memória é pessoal, mas só pode ser constituída por meio das vivências e interações sociais. Assim, aquilo, que aparentemente se apresenta como se fosse um aspecto da memória seletiva individual, revela os próprios meandros da vida em sociedade e suas construções no e para o coletivo.

Também nos auxiliamos de outro tipo de fontes registradas (fundamentalmente de alguns discursos radiofônicos), cuja utilidade foi indiscutivelmente muito importante para o que pretendíamos. Considerando a grande profusão destas e de outras fontes, foi essencial proceder à sua inventariação e seleção criteriosa de acordo com os objetivos perseguidos no nosso trabalho. Acompanhe a baixo o roteiro de como foi realizado o procedimento das entrevistas.

Entrevistamos 10 indivíduos, sendo cinco do sexo masculino e cinco femininos, de uma parcela atuante na comunidade, dentre eles, os anciões (Conselheiros e Chefes das Tabancas ou Vilas), antigos combatentes da pátria que participaram no processo da luta de libertação, os *djidius* (mensageiros/músicos da época da luta de libertação) e produtores culturais dos programas radiofônicos atuais, de uma emissora de rádio privada e da rádio difusão nacional (RDN), para relatarem sobre os contextos socioculturais inerentes à música (na dança e canto) como forma de comunicação e de transmissão da cultura dos guineenses no processo de luta.

O tema principal das entrevistas girou em torno da relação entre a luta de libertação armada, cultura e mídia de rádio no processo de resistência da colonização. Outra questão que se constituiu, a partir de entrevistas semi-estruturadas e elaboradas para a presente pesquisa, está ligada à resistência popular no processo da colonização e as transformações socioculturais no contexto da passagem para um projeto político, visando a descolonização (Apêndice 1/ perguntas).

Os entrevistados prestaram depoimentos via Skype ou por telefone através do programa “Africanidade” da Rádio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ou ainda através da Rádio Difusão Nacional e da rádio privada da Guiné-Bissau.

Na análise das entrevistas enfatizaram-se as diferentes expressões culturais, linguísticas, suas convergências e divergências em relação à resistência cultural no processo da luta de libertação, bem como as suas ideologias políticas, no processo da unificação das etnias visando à formação de uma identidade nacional. Por isso, o processo de escolha dos sujeitos entrevistados privilegiou-se àquelas pessoas que passaram pela experiência da luta armada e/ou pelo processo da “educação tradicional” (ritos de passagem).

1.2 GUINÉ-BISSAU: UM PAÍS AFRICANO

A República da Guiné-Bissau é um país da África Ocidental, banhado pelo Oceano Atlântico, que faz fronteira com o norte do Senegal e sul/leste de Guiné-Conacri. O país tem uma superfície total de 36.125 km² e uma população estimada de 1 milhão e 704 mil habitantes, segundo os dados do INEP (2013). Sua capital é Bissau, situada na costa atlântica, sendo a maior cidade do país, com o maior porto, constituindo o centro administrativo e militar da região.

Atualmente, o país é uma república em que o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de governo.

Mapa 1 Ilustração do mapa da Guiné-Bissau:



Fonte: Disponível em: [https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=RTeOVbzsJ4GZzALX24CgCA&gws_rd=ssl#q=Mapa+da+Guin%C3%A9-Bissau], acesso em 23 de jun de 2015].

País lusófono tem a Língua Portuguesa como língua oficial e o crioulo como a língua nacional, entre as outras línguas nativas. Guiné tornou-se independente em 1974. Assim como outros países da mesma colônia, passou por um longo e doloroso período de colonização devido às explorações socioeconômicas e culturais, sobretudo linguísticas, por mais de cinco séculos (1446-1974), período de Império Português. Da colonização à atualidade, a antiga Guiné-Portuguesa, atual Guiné-Bissau, passou por uma forte transformação na sua identidade sociocultural. Atualmente, dentro de um cenário multilíngue – mais de trinta línguas, tem como idioma oficial - imposto pelo colonizador e aceito por parte dos nacionais, incluindo o líder da revolução armada Amílcar Cabral, - a língua portuguesa, usada administrativamente nos órgãos públicos. Esta imposição pretendeu, à época da colonização, marcar presença nos países africanos colonizados pelos portugueses, reafirmando o conceito de Lusotropicalismo. Lembrando que o conceito instauram-se relações complexas e, estruturalmente, assimétricas entre colonizadores e colonizados, mas como não é um tema do nosso estudo não vamos aprofundar a respeito deste conceito. É importante mostrar que as teses do lusotropicalismo, que atribuem aos portugueses as características e habilidades específicas (menos perniciosas para os colonizados) na convivência com outros povos, ganharam uma grande importância política, sobretudo a partir do momento em que a ditadura salazarista e a política colonial portuguesa começavam a ser criticada nos foros internacionais sobre o domínio colonização portuguesa na África.

A suposta teoria do Lusotropicalismo é o esboço de uma abordagem que se quer científica e filosófica a ação lusitaniana sob os trópicos. A compreensão da especificidade do colonialismo português implica necessariamente conhecimento desta ideologia explicativa e justificativa da presença portuguesa em África (DJALÓ, p.129).

De acordo com a citação acima é importante destacarmos que o conceito de lusotropicalismos é conceito utilizado pelo cientista social brasileiro o Gilberto Freyre mostrando a relação de Portugal com os Trópicos. E assim, com o começo da década de 50, no momento em que os climas da revolução das independências africanas (e asiáticas) começavam a instigar os movimentos de libertação das colónias europeias em África (e na Ásia), agravou-se a ditadura portuguesa a uma formulação ideológica mais sofisticada, agora com o tão útil e oportuno suporte achado na colaboração prestigiante, ativa e politicamente assumida por parte do sociólogo Gilberto Freyre (1900- 87), cuja teorização lusa tropicalista se iniciara com as suas grandes obras dos anos 30, dedicadas a explicar a formação do Brasil em perspectivas inovadoras, rompendo com os parâmetros naturalistas ou marxistas, a obra de que Casa Grande e Senzala (1933), esta obra seria a pedra angular que vai retratar esta questão do tropicalismo relacionando com a questão dos países africanos.

Lembrando que o conceito Luso-Tropicalismo também se constituiu durante a visita que o Gilberto Freyre foi realizar nos países da colônia Portuguesa convite do ministro das colônias portuguesas vejamos seguinte citação:

Recorrendo ao grande mestre heterodoxo pernambucano, o “Estado Novo” salazarista socorria-se, dest’arte, de uma ideologia legitimadora do seu colonialismo, pretensamente imune de qualquer forma de racismo, baseado na argumentação oportuna usada pelo REVISTA USP, São Paulo, n.45, p. 48-61, março/maio 2000 49 50 REVISTA USP, São Paulo, n.45, p. 48-61, março/maio 2000 sociólogo brasileiro para explicar a gênese da sociedade do Brasil, e que passaria a ser formulada em termos de alibi para a recusa portuguesa em descolonizar os seus territórios coloniais em África (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) e na Ásia (Índia Portuguesa, Timor). Desde então, apropriando-se tanto do seu nome como da sua obra, o governo de Lisboa explorou a fundo a complacente cumplicidade de Gilberto Freyre, sobretudo a partir de 1951-52 – altura em que o pernambucano aceitou o convite do ministro das Colónias de Portugal, Sarmento Rodrigues (1899-1979), para visitar as colónias portuguesas da Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Índia (Freyre não visitaria Timor) –, inclusive editando em várias línguas os textos escritos ad hoc pelo pensador recifense, como sucedeu com a obra O Luso e o Trópico (Lisboa, 1961) ou Aventura e Rotina (ed. no Brasil: 1953; ed. portug.: Lisboa, 1954), sendo o primeiro estampado já depois de começado, em 1961, o ciclo de guerras de libertação das colónias lusas, obras que, curiosamente, nem sempre tiveram edição no Brasil – lembremos ainda outro título editado em Portugal: Integração Portuguesa nos Trópicos

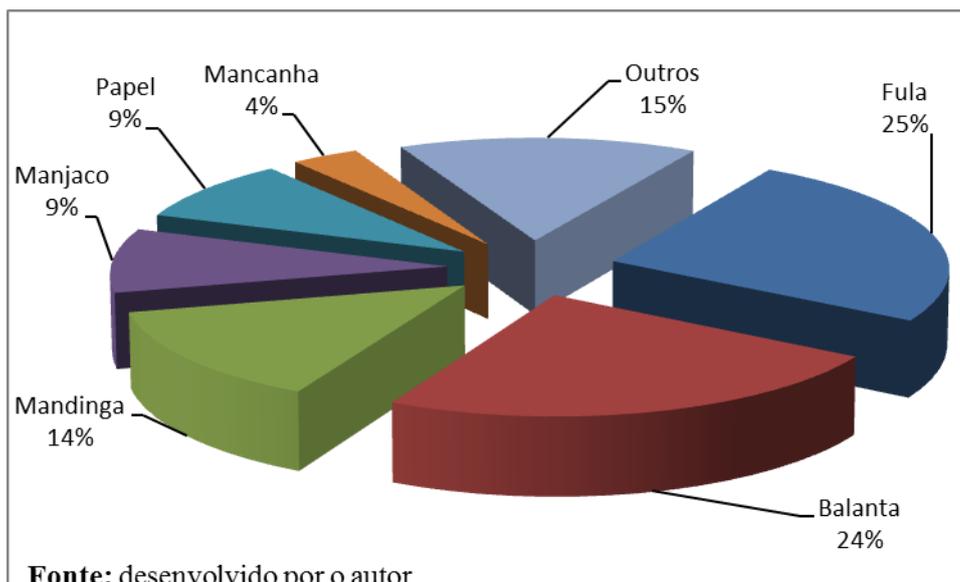
(Lisboa, 1954) –, sendo portanto, em geral, desconhecidas da bibliografia brasileira mais recente em torno do hoje tão relido quanto controverso (e heterodoxo) sociólogo-historiador de Santo António de Apipucos (MEDINA, 2000, P.49-50).

Voltando à questão da Guiné-Bissau como referimos na citação de Djaló (2013), o escritor guineense atual reitor da universidade lusófona na Guiné-Bissau, percebe-se que na prática, podem-se observar falantes de diversas línguas, como o português, o crioulo de base portuguesa (crioulo é uma língua que surgiu no contato do colonizador e colonizado) e mais de 30 línguas nativas. A sua população é maioritariamente animista² (50%), mas também estão presentes as religiões islâmica (45%) e cristã (5%).

As expressões sociais, presentes no cotidiano do país, estão fortemente ligadas à cultura dos diversos grupos étnicos, dentre os quais seis são quantitativamente relevantes, representando cerca de 84,7% da população total, a saber, os fulas (25,4%), os balantas (23,8%), os mandingas (13,7%), os manjacos (9,3%), os papeis (9,0%) e os mancanhas (3,5%) (INEP, 2003) (gráfico 1). Devido às suas influências na luta da libertação e nos assentos partidários, à época até os dias atuais estes seis grupos, são designados como a elite da maioria dos partidos políticos mantendo a maior representação dos assentos na política Guineense.

Gráfico 1 - Representação dos Grupos Étnicos da Guiné Bissau.

² Animista- foi um termo utilizado pelo colonizador para designar os povos que não praticavam os costumes da religião do cristianismo/católica e nem a religião muçulmana/ islâmica. Este povo era considerado pelos colonialistas como os não civilizados, por terem mantidos as suas práticas nativas (DJALÓ, 2012). O termo animista- é um termo muito discutido pelos antropólogos, pois não é bem visto por eles o significado dado pelos colonizadores.



Guiné-Bissau é um país multiétnico em que o predomínio é da cultura oral, influenciada por uma situação multilinguística, em que a prática literária não é predominante. No meio desse universo, o país apresenta uma variedade cultural marcada por diferentes hábitos praticados pelas várias etnias que expressam os seus valores e sentimentos através das tradições musicais, dança e diversas expressões artísticas. As canções são entoadas em línguas nativas que expressam seu pertencimento sociocultural e corroboram a sua solidariedade grupal tinham como cultivas indenitárias do universo multicultural guineense, composto por diferentes grupos étnicos do país valorizando as suas formas de manifestações culturais. Dessa maneira, através dessa transmissão oral de valores, costumes, crenças e formas de pensar e agir, corroborava-se um processo sociocultural historicamente engendrado que conferia aos sujeitos uma ligação visceral entre língua, cultura, identidade e historicidade.

Segundo Cabral (1979) a cultura de um povo é marcada por seu idioma e hábitos culturais, questão explícita na comunidade guineense, já que as realidades culturais acompanham as diversidades étnicas. As manifestações culturais, como os ritos (de iniciação, celebrações de colheitas, casamentos, funerais), narrativas orais, danças, cantos, música entre outras manifestações elaboradas pelas diferentes etnias são fatores elementares e fundamentais, como forma de resistência cultural, mantida pelo povo de cada grupo.

Apesar de existir algumas divergências entre os grupos étnicos, Cabral tentou fazer estes grupos se entenderem e estabelecerem uma forma de comunicação harmoniosa de relações entre etnias através das suas manifestações culturais.

1.3 A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

As regiões que compreendem os rios da Guiné e as ilhas do Cabo-Verde formam os primeiros lugares a sofrer com a exploração territorial, econômica e cultural, da escravatura, pelos colonizadores portugueses. Este Processo iniciou-se com a chegada do primeiro navegador português, em 1446, Nuno Tristão (SOUSA, 2011).

A primeira ocupação territorial dos colonizadores se deu em 1588, sob a Dinastia Filipina, com a fundação da cidade de Cacheu, na região norte de Guiné-Bissau. Entretanto, esta cidade estava ligada, administrativamente, ao arquipélago de Cabo-Verde. Devido a isso, o contexto administrativo foi estrategicamente mantido ao tornar Cacheu uma Capitania-Geral da Guiné-Portuguesa. No decorrer do tempo, com a ocupação portuguesa das povoações de Farim e Ziguinchor em 1640, houve um repovoamento da região, e, a partir disso, a expansão portuguesa atingiu a foz dos rios de Casamansa (Cassamanse), Cacheu, Geba e Buba, pontos estratégicos para os interesses comerciais, garantindo e favorecendo o transporte de matérias primas e o tráfico de escravos.

Entretanto, os portugueses não eram os únicos colonizadores da região. Havia também os colonizadores franceses que se fixaram em regiões fronteiriças com a Guiné-Bissau. É o caso, por exemplo, de Senegal, Mali e Guiné-Conacri. Este cenário causou certa apreensão por parte do colonizador português. Assim sendo, a preocupação portuguesa cresceu, principalmente, nos finais de século XVII e início do Século XVIII, quando os franceses firmaram presença na região, provocando uma reação da colônia portuguesa. Foi neste contexto que os portugueses resolveram edificar a Fortaleza de Bissau.

Desse modo, em 1753, em uma divisão de autoridade com Cacheu, estabeleceu-se a Capitania de Bissau com o controle da fortaleza, que passou a gerir a administração do Porto de Pindjiguiti³. Em 1879, o governo português fez a separação administrativa entre a ilha de Cabo-Verde e a província da Guiné-Portuguesa.

Posteriormente, nos anos de 1884 e 1885, com o objetivo de identificar o território de cada colônia europeia, aliado às intensas reivindicações dos movimentos nacionalistas

³ Pindjiguiti- é um porto Nacional da Guiné-Bissau que tem uma representação significativa para o povo Guineense, devido ao acontecimento do “Massacre de Pindjiguiti”, em 1959. Neste massacre, foram mortos, na época da colonização, 50 guineenses (marinheiros) que lutavam pelos seus direitos (aumento de salários, entre outros). A perda destes marinheiros aumentou ainda mais a tensão entre as partes e foi o estopim para mobilização do partido (PAIGC) e início da Luta Armada de Libertação da Guiné-Bissau. O porto hoje é conhecido como o marco histórico da *Luta Armada* (Sangue Derramado dos Combatentes - Guineenses).

africanos, se deu a Conferência de Berlim (Figura 1) resultando na delimitação destes territórios na Guiné-Bissau e demais países (SOUSA, 2011).

Figura 1 - Conferência de Berlim (1884)



Fonte: Disponível em: [<http://www.deutscheschutzgebiete.de/afrikakonferenz.htm>], acesso em 23 de jun de 2015].

Mapa 2: Representação das Colônias Europeias em África



Fonte: Disponível em <
<http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/02/colonizacao-de-africa.html>>>,
 acesso em 19 jun 2015

Os colonizados, portanto, tiveram que iniciar a desocupação dos seus territórios gerando disputas entre as colônias, uma vez que a divisão não respeitou as divisões e relações étnicas, históricas e as tradições familiares do continente. Assim, após a Conferência de Berlim, as primeiras tentativas de ocupação e invasão portuguesas, nos territórios delimitados, não ocorreram sem resistência das populações locais.

Em Guiné-Bissau este fato pode ser corroborado por diversos conflitos entre os nativos e os colonialistas portugueses, destacando-se aqui, a Revolta dos Bijagos de Canhabaque, (1936), e o “Massacre de Pindjiguiti”, (1959), originando a pirâmide da resistência (Cultural, Econômica e Armada/Política) para a abertura da luta armada pela independência do país, em 1963, liderado por Amílcar Lopes Cabral, um dos líderes e fundadores do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O

Porto de Pindjiguiti foi palco de dois acontecimentos na história da colonização da Guiné-Bissau: O Massacre de Cais de Pindjiguiti e a Luta Armada pela Independência. Esses acontecimentos contribuíram para a transformação deste porto em um monumento histórico pós massacre de 1959.

Tais acontecimentos, do massacre de pindjiguito foram caracterizados pelos nacionais (guineenses) de uns dos acontecimentos mais violentos dos colonizadores, estes atos violentos contribuíram para a instituição do marco de Guinendadi⁴. Este marco do tema guinendadi foi explorado para difusão da mensagem em prol da defesa do país em diversas formas e por varias personalidades.

Este conceito da Guinendadi foi tomado por vários intelectuais guineense e cabo-verdianos, escritores, músicos e grandes líderes políticos como um fator importante para o alcance da Liberdade e da Independência Territorial resultando na formação do Estado Nacional Guineense.

É claro que, o governo militar colonial era ciente das rivalidades e diferenças que existiam entre as aldeias (povos) de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, intensificados pela política colonial que ofereciam mais privilégios ao povo cabo-verdiano. Pois para os colonialistas portugueses, os povos cabo-verdianos possuíam outros status diferenciados dos povos guineenses não se aplicavam a eles o estatuto indígena igual faziam com os guineenses. Os cabo-verdianos eram tratados como portugueses de segunda classe e a eles eram oferecidas promessas privilegiadas tais como obtenção da nacionalidade portuguesa e permissão para a administração das colônias em determinados casos.

Essas promessas eram usadas de forma estratégica pelos colonizadores. É o caso, por exemplo, da utilização das mesmas promessas para um pequeno grupo de origem guineense para facilitar o contato com os ex-prisioneiros políticos dissidentes do PAIGC para estabelecer os novos acordos com estes, favorecendo a colônia.

Na época, Aristides Barbosa e Momo Turé, membros do PAIGC, estavam aprisionados em Cabo Verde, no Tarrafal. Vale a pena ressaltar aqui que o campo da tarrafal ou campo de concentração do tarrafal como ficou conhecido, foi prisão portuguesa que fica situada nas ilhas de Cabo-Verde concretamente na ilha de Santiago, foi constituída pelo Governo português em 18 de Outubro de 1936. A teve seu inicio com 152 prisioneiros vindos de Lisboa depois mais tarde começou aprisionar os africanos de diferentes locais. Neste lugar

⁴ Guinendadi- expressão cotidiana da sociedade Guineense, designada para defender a identidade cultural do país. Por exemplo: *No manti no Cultura di Guinendadi* (vamos manter a nossa cultura Guineense). Esta ideologia é o fundamento da resistência cultural referida pelo líder Amílcar Cabral (CABRAL, 1979).

que os ex- líderes do PAIGC Aristides e Momo ficaram e, ambos foram posteriormente anistiados pelo gesto do General Spínola, Governador da província da antiga Guiné-Portuguesa e retornaram a uma das bases do PAIGC, em Conacri, país vizinho da Guiné-Bissau e que sempre foi aliado do partido PAIGC para realizações das suas ações políticas. (ORAMAS, 1998).

Devido ao enfraquecimento da colônia na região, Portugal lançou mão de uma estratégia que desestabilizou o projeto da União da Luta e resistência do povo guineense e cabo-verdiano, usando para isso, Rafael Barbosa - antigo presidente do bureau político do PAIGC, em Bissau – para se colocar contra a ideologia de um dos principais líderes do partido, Amílcar Cabral. Em troca de conceder-lhe a permissão para governar o país pós-independência, Rafael Barbosa deveria convencer os líderes da Frente de Libertação da Guiné e Cabo- Verde (FLGC) da Guiné-Bissau a renunciar às ilhas de Cabo Verde (SOUSA, 2011).

Tal investida dos portugueses orquestrou os conflitos internos no meio do partido, gerando um conjunto de situações que desencadeou, posteriormente, o assassinato de Amílcar Cabral, em 1973.

Seu assassinato foi marcado por diversas denúncias que até hoje não foram esclarecidas. Muitas delas se reservaram na arena de suspeitos, sem a comprovação da verdadeira circunstância ou dos envolvidos diretamente no assunto. Rafael Barbosa e Osvaldo Vieira, outro líder do PAIGC, eram os principais suspeitos, apesar de não haver comprovação documentada da ocorrência. Ambos foram acusados pela morte do líder do partido a partir da descoberta de uma carta que João Tomás dirigiu a Osvaldo e devido às críticas sistemáticas feitas à Cabral, relacionadas a sua ideologia na política de libertação. Esta ideia pode ser melhor constatada a partir do excerto:

É um fato que nunca foi tornado ao público. Um dos documentos fundamentais que levou o congresso a tomar essa decisão foi uma pequena carta escrita por um dos assassinos, João Tomás, dirigida ao Osvaldo Vieira, aquando da sua passagem na fronteira leste, para onde os seus suspeitos foram enviados - uma vez que Sekou Touré não permitiu que os interrogássemos em Conacri. Quando Tomás passou pelo quartel de Cundara, escreveu a carta ao Osvaldo, dizendo que as coisas estavam arrumadas, que seriam conduzidos a fronteira e que estariam lá a espera dele. A carta foi passada a um oficial da Guiné- Conacri do quartel de Cundara¹⁹⁸, que tomou a decisão de entregá-la a Otto Shacht, membro do Comitê Executivo da Luta e responsável pela Segurança do PAIGC [...] a carta não confirmava, mas era comprometedora. Se provasse a sua cumplicidade direta na morte de Amílcar, não teríamos reabilitado o Osvaldo, que teve a sua residência fixa em Cundara para permitir a segurança, prosseguir o inquérito sobre o seu comportamento (CASTANHEIRA; NEVES, 1994, p.51).

De acordo com esta citação percebe-se que o conflito entre os membros do partido era muito forte tanto nos combatentes assim como os seus líderes, apesar de falarem sobre a unificação do povo para luta da resistência anticolonial. Tinham os conflitos internos em diversas situações, as quais dificultavam o entendimento entre eles, mas vamos mostrar em anexo a tal carta que foi escrita por Tomás ex-combatente do PAIGC ao Osvaldo Vieira, que também era combatente e o ex-líder do PAIGC, ele é primo de João Bernardo Vieira Nino, combatente e ex-líder do PAIGC e o percussor do primeiro golpe do país em 1980 que derrubou o Governo de Luís Cabral.

1.4 O PRINCÍPIO DE UMA RESISTÊNCIA ANTI-COLONIAL

A resistência das populações autóctones ao colonialismo na região ocidental da África, em particular na Guiné-Bissau, já existia antes da luta armada de libertação nacional. É o caso, por exemplo, dos movimentos de resistência dirigidos pela Rainha Okinka Pampa (rainha da etnia Bijagós). Ela vivia numa das Ilhas da Guiné-Bissau denominada Ilha Bijagós, em Canhabaque. Esta rainha tentou impedir a exploração dos seus homens e a instalação dos colonos portugueses em sua ilha. Desse modo, na medida em que os colonos iam penetrando no território guineense, os movimentos intensificavam-se.

Este cenário contribuiu para a organização dos povos locais na formação do PAIGC, resultando em lutas mais estratégicas, realizadas não somente nas matas, mas também – utilizando-se da camada jovem para promover operações de sabotagem - nos centros urbanos. Foi neste contexto que o rádio ganhou uma importância estratégica no sentido de contribuir para que grupos espalhados nas regiões de Guiné-Bissau, Cabo Verde e Guiné-Conacri pudessem se comunicar.

A tradição musical também teve um papel chave na veiculação de mensagens anticoloniais, já que durante as cerimônias e rituais tradicionais estas mensagens eram repassadas ao povo. Foi assim que integrantes do partido decidiram formar grupos musicais.

Um dos líderes da camada jovem era José Carlos Schwarz, do grupo musical Cobiana Djazz⁵. Este grupo, juntamente com a orquestra Super Mama Djombo⁶, desempenhou um papel chave no processo de luta da independência e na formação da identidade nacional.

⁵ Cobiana Djazz – Banda musical criada em dezembro de 1971. Após as várias canções feitas no momento da luta da revolução armada, sua primeira apresentação pública num palco artístico foi no dia 02 de janeiro de 1972, um ano antes da independência unilateralmente proclamada 1973. O Grupo era liderado por *Jose Carlos Schwarz, Aliu Bari e Ernesto Dabo*(grifo meu). Esses três foram e são até hoje os ícones da música

1.4.1 OS DIVERSOS COMBATES NA LUTA ANTI-COLONIAL

A história da libertação dos povos da Guiné-Bissau teve início bem antes do período da guerra de independência. Os cinco séculos da presença colonial portuguesa no território foram marcados por luta permanente, manifestadas de diversas formas de resistência levadas a cabo pelos nativos, tais como, a resistência à ocupação dos seus territórios, a rejeição à remuneração de impostos exigidos pelo colonizador e à obrigatoriedade em trabalhos forçados e violentas práticas punitivas, as greves, a não aceitação da tentativa de eliminar as suas características culturais, entre outros.

Assim sendo, o que permitiu a fixação dos colonizadores portugueses nos territórios africanos foram as investidas marcadas pela violência, o que causou os conflitos colonizador/colonizado.

Apesar de tudo, as resistências não descartavam possibilidades de diálogos e estabelecimento de acordo entre as partes (os colonizadores e os chefes locais), inclusive de trocas comerciais. A grande maioria dos chefes locais aceitava ou era levada a aceitar as trocas comerciais com os colonizadores, resultando no conhecido “comercio triangular” (Tráfico triangular dizia respeito ao tráfico: Europa-África-Novo Mundo).

A campanha de pacificação, promovida pelos portugueses, foi na verdade um conflito sangrento que os sucessivos governadores da Guiné-Portuguesa levaram a cabo contra os nativos das diferentes etnias do território. O objetivo dessa campanha era neutralizar, pela força das armas, a resistência dos nativos, que se recusavam a pagar os impostos de palhotas (residências/casas), resistindo à usurpação dos seus poderes e privilégios e à interdição da sua tradição cultural, exigindo a liberdade nos seus territórios. Essa resistência se deu em diferentes períodos e localidades tem como destaque a invasão do grupo étnico Papel/pepel de Itim, Antula e Bandim (bairros periféricos da capital Bissau), que se uniram aos “Balantas” de Cumere, para assaltar a praça (centro) da capital. Essa invasão ocorreu em 1893.

Guineense. *Schawarz e Bari*(grifo meu) já são falecidos. O primeiro álbum da Banda foi gravado em 1978, cinco anos depois de Independência da Guiné-Bissau. Nesta altura, a composição da música passa da música revolucionária crítica contra o colonialista para a música nacionalista, apelando à união e manifestando vitória da luta de libertação nacional.

⁶ Super Mama Djombo - Banda que deu sequência à música nacionalista guineense pós Cobiana Djazz Este grupo tinha como líderes **Adriano Atchutchi, Jose Manuel Forbes, Ramiro Naka etc.** No ano de 1974, **Atchutchi** fez o grupo tornar-se imensamente popular no país recém independente. Devido ao caráter político de suas músicas os seus shows eram transmitidos ao vivo na rádio.

Em 1897, Infale Sonco, rei da etnia Biafada, marcou ano com a sua resistência quanto ao território sob seu controle, região que atualmente compreende grande parte de *Oio*, situada ao norte da antiga Guiné-Portuguesa.

Entre os anos de 1908 e 1909, os Biafadas de Quinará (uma província localizada no sul do país) também reagiram à ocupação dos seus territórios pelos imperialistas/colonizadores portugueses, e incendiaram as palhotas, quase até Bolama, antiga capital da Guiné-Bissau.

Mais tarde, a etnia de Manjaco também abriu fogo contra os colonizadores portugueses. É importante realçar que, apesar de ser a primeira região que os colonizadores (colonialistas) se instalaram, os Manjacos nunca admitiram a permanência colonial no seu território, localizado na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau.

A etnia Balanta, por sua vez, também resistiu à presença da autoridade portuguesa na sua região, que compreende parte de Oio, algumas partes de Cacheu e Bafatá, entre norte e leste do país. Apesar dos portugueses terem estabelecido um posto militar em Porto Goli, lugar estratégico no Oio, em alguns momentos, os Balantas preparavam silenciosamente ofensivos ataques a este aquartelamento.

Em 1900, a etnia Bijagó, residente nas ilhas de mesmo nome, entrou em conflito armado contra os portugueses, sendo o último grupo étnico conquistado, em 1936. Este grupo, principalmente os habitantes da ilha de Canhabaque, resistiu durante todo esse período à dominação colonial e ao pagamento do imposto de palhota. Outras etnias tais como, Felupes de Susana e de Varela, as Oincas de Oio, Fulas pretos de Gabu, registraram fortes resistências às imposições dos colonizadores (cf. MENDY, 1994).

Assim, a situação da Guiné-Portuguesa permaneceu tensa durante longo período de tempo. E até a véspera da proclamação da república portuguesa, em 1910, o estabelecimento do poder português na Guiné continuava sob forte ameaça aos nativos. A resistência foi determinante para o processo da luta de independência da Guiné-Bissau em 1973, pois a luta se consolidou graças a uma longa tradição de resistência dos nativos à dominação colonial. Segundo Lopes (1999, p. 19), a luta de libertação nacional representou apenas a passagem das resistências étnicas ao combate moderno de tipo nacionalista. Mas, se as diversas etnias da chamada antiga Guiné-Portuguesa se opuseram ao colonialismo, mesmo que de forma dispersa, a nova forma de luta dirigida pelo PAIGC foi forçar a unidade dos grupos étnicos deste território para lutar contra o colonialismo português e conquistar a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A luta anti-colonial na Guiné-Bissau culminou em uma luta sangrenta que durou 11 anos, apoiada pelos seus aliados da URSS, China, Tchecoslovaquia etc. Tendo se implantado bem no seio das comunidades rurais, o PAIGC às vezes simulava festas ou cerimônias nas tabancas⁷ (vila/aldeia) a fim de atacar as tropas coloniais, desestabilizando, assim, o inimigo.

Através do movimento do PAIGC na Guiné-Bissau, divulgando e promovendo seus fundamentos político-ideológicos, especialmente na pessoa do líder Amílcar Cabral, a luta pela independência tomou o significado de uma nova sociedade a ser criada, a Unidade Nacional, organizada a partir de ações da Frente de Libertação Nacional (FLN) associados aos movimentos culturais das zonas libertadas, com importante papel da referida luta na estabilização do país unificado.

1.5 A REVOLTA E O MASSACRE DO CAIS DE PINDJIGUITI

A revolta e, conseqüentemente, o massacre no Porto de Pindjiguiti, em 1959, marcou o início das preparações concretas para a guerrilha que culminou na independência da Guiné-Bissau, e é unanimemente considerado como símbolo da nacionalidade do povo oprimido lutando por sua emancipação. Nenhuma dúvida existe quanto ao fato histórico e ao seu significado político, social e emocional para o país, sendo o dia do ocorrido uma data comemorada como o dia dos combatentes da pátria⁸ e fixada no calendário do país como feriado nacional, logo após a independência do país em 1974 .

No dia 03 de agosto de 1959, os marinheiros/estivadores do Cais de Pindjiguiti, descontentes com a situação de trabalho, se juntaram para reivindicar seus direitos de aumento de salário frente aos colonialistas. Este confronto foi carregado de tensão, já que os guineenses também estavam desgastados com a prática colonial exploratória e os portugueses, pressionados, resistiam às ponderações e negociações. Dessa forma, o encontro foi marcado

⁷ Tabancas- é uma expressão utilizada na Guiné-Bissau para designar as aldeias. A palavra provém da língua crioulo “ Tabanka”. Apesar da palavra ser representada na forma singular, é utilizada para designar o conjunto habitacional de um determinado grupo/indivíduos de mesma origem familiar que vive no mesmo ambiente com várias casas ao redor. São casas construídas em um formato que se assemelha a um “U”. Muitas delas são construídas com argila.

⁸ Pátria – é o país ou estado em que a pessoa nasceu (terra natal). O termo era utilizado pelas elites africanas na época da luta pela independência dos seus territórios. Este termo foi retirado do conceito europeu devidos os seus tempos de estudos nos países europeus. (CABRAL, 1974).

por extrema violência por parte dos portugueses armados que massacraram os 50 marinheiros que lutavam por seus direitos.

O Porto de Pindjiguiti acabou virando o maior símbolo da resistência guineense contra o colonialismo e é referido em muitos versos, principalmente nas coletâneas poéticas que marcaram a madrugada da literatura e musicalidade guineense. Encontram-se nos poemas guineenses muitas alusões ao episódio: “No Pindjiguiti /tudo começou, /o genocídio cometido /contra um povo de paz /fez o marco”, como se expressa Tony Tcheka, um dos escritores guineense, em uma de suas obras intitulada “Mantenha para quem luta!” (TCHEKA, 1977, p.35). São versos da primeira antologia publicada no país recém-libertado, como uma saudação aos heróis combatentes. Na voz do grupo musical Super Mama Djombo, os versos da canção “Sol Garandi“, cantavam ao povo “*Na Pindjiguiti na utru ladu/ Pobis di no tchon fasidu limaria/ Na mon di colonialistas*” (Aqui no Pindjiguiti e em outros lugares/ Os povos da terra foram assassinados como animais/ Na mão dos colonialistas).

Nos andamentos literários Guineenses, o escritor Vasco Cabral (1926-2005), também não deixou de expor suas lamentações ao ocorrido no Cais de Pindjiguiti. Num tom dramático de reportagem, o autor amplia metonimicamente a meia centena de estivadores metralhados na revolta do porto e, ressalta assim, o sentimento de que os que se sacrificaram pela causa comum são, como se expressou Smith, “receptáculos sagrados da mesma nação” (idem, p. 69). Eis um trecho do conhecido poema “Pindjiguiti”:

3 de agosto
1959.
Bissau desperta inquieta
do sono da véspera.
Sopra um vento de morte
no cais de Pindjiguiti!
E de repente
O clarão dos relâmpagos
O ribombar dos trovões.
O meu povo morre massacrado
No cais do Pindjiguiti! (CABRAL, 1981, p. 91).

O texto do poeta Vasco Cabral é uma alusão ao poder de um grupo com maior força subjugando o outro de menor força e poder, mas que reivindicavam seus direitos e acabam sendo assassinados ou massacrados, destacando a ação de soberania referida por Primo Levi (2004).

A reação imediata do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde, após o massacre de Pindjiguiti permitiu a sua oficialização para o mesmo ano, apesar de ter

sido fundado em 1956, com o objetivo de declarar a Luta para a Libertação Nacional, só ganhou uma dinâmica mais forte depois do acontecimento do massacre convocando urgentemente a população a participar na mobilização pela luta de libertação e se unir em favor de seu país.

1.6 A CRIAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO-VERDE (1956 -1959)

O PAIGC foi criado em 1956, num contexto/momento histórico na ocasião em que não se falava em unidade africana, mas o fato de dirigir em conjunto a luta dos povos da Guiné e Cabo Verde consolidou o termo da unidade africana e tornou-se a base filosófica do partido (CABRAL, 1974).

De acordo com os princípios e o programa do PAIGC, toda a atividade política e de reconstrução nacional se desenvolve de acordo com os deveres do brasão do partido: “Unidade e Luta” (CABRAL, 1974). As duas palavras têm um significado muito profundo e amplo, enfatizadas nos discursos de Amílcar Cabral, que entendia que, para levar avante a luta de independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, deveria existir uma unidade entre todas as populações desses dois países. Para tanto, ele defendia a “unidade”, o que significaria colocar de lado os conflitos que pudessem existir entre os grupos sociais, envolvidos na luta de libertação que visava eliminar o “inimigo comum” (o colonialismo português) e construir uma nação justa e coesa, na qual não deveria existir a exploração do homem pelo homem (idem, 1974).

Amílcar Cabral enfatizava a unidade dos diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau na luta armada e na construção nacional pós independência. O historiador e sociólogo guineense Carlos Lopes, cita um dos discursos de Cabral em que este afirma o seguinte: “há 10 anos, nós éramos *Fulas, Manjacos, Mandingas, Balantas, Papeis* e outros [...] agora somos uma nação de guineenses” (CABRAL, 1978 apud LOPES 1987, p. 60).

Em fronteiras originais da Guiné-Bissau locais da fundação do partido, percebe-se que é importante registrar um pouco da história do partido sobre a evolução da sua estrutura no que se refere ao aparelho da organização da luta de libertação.

Neste panorama, pode ser oportuno destacar os períodos cruciais que assinalaram as fases de luta e a sua evolução. A ideologia da internacionalização das ações do partido permitiu a atração dos aliados como caso, de Agostinho Neto de Angola, Seco Turé de Guiné-

Conacri, Rússia e demais outras organizações africanas que o apoiaram para garantir a sua estrutura de base, em termos do desenvolvimento, para melhorar a condição de uma luta eficiente.

A política de inclusão da bancada do PAIGC nos fóruns coletivos de conferências mundiais também contribuiu para denunciar o impacto do colonialismo português no território guineense e de mais outros solos africanos em que haviam as colônias. O Primeiro Congresso do PAIGC, em Cassacá, em 1964, foi o principal elemento na edificação do aparelho político, dando origem às principais formas de organizações estatais. Mais tarde ocorreu o Segundo Congresso do partido em Boé, que privilegiou categoricamente a independência nacional, firmada sob aspirações da institucionalização do Estado Nacional.

1.7 A IDEOLOGIA DO PAIGC E O INÍCIO DA GUERRA ANTI-COLONIAL (1963-1974)

Para falar da ideologia do partido africano da independência da Guiné e Cabo-Verde no de disse respeito ao novo sentido a luta anticolonial convém nos trazer seguinte frase do líder do partido.

O ano de 1963 ficará na história do nosso povo como o do começo da nossa luta armada contra as forças colonialistas portuguesas. Com efeito, foi em Janeiro desse ano que, estando preenchidas as condições essenciais a uma mudança radical da nossa luta, os nossos combatentes, apoiados pelo nosso povo, desencadearam a acção armada no sul e no centro-sul do país [...]. Sem perder de vista as realidades concretas da nossa vida e da nossa luta e a necessidade de melhorar cada dia a nossa acção tanto sobre o plano político como militar, o nosso povo e o nosso partido têm bastante razões para encarar com optimismo o ano de 1964 e para acreditar na proximidade do fim vitorioso do nosso combate (CABRAL, 1977, p. 37).

O principal projeto do PAIGC era de “Unidade, Luta e Progresso”, a partir da questão da resistência cultural e a unificação dos grupos étnicos da Guiné-Bissau e união da Guiné e Cabo Verde, construindo um Estado Unificado entre os dois territórios, pós-independência. Essa concepção tinha a sua base apontada na questão da cultural nacional, sendo como uma porta-bandeira principal para promoção da dita unidade nacional.

Quer dizer que o problema da unidade surge na nossa terra, repito bem, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim por causa da necessidade de juntar pessoas com situação económica diferente, embora essa diferença não seja tão grande como noutras terras—com situação social diferente, com culturas diferentes, incluindo a religião, quer dizer pusemos o problema de unidade na nossa

terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos opôr contra a força do inimigo (CABRAL, 1974, P.74).

A preocupação do Líder Amílcar Cabral era no sentido de unir os dois povos para lutar contra a estratégia dos estrangeiros colonizadores nos territórios guineenses e cabo-verdianos. Cabral, com sua ideologia, conseguiu penetrar na mente de muitos nacionais que entendiam o papel do nacionalismo e aderiram à unidade em seu espírito e na realidade da luta, pois sabiam que no seu meio havia muita divisão.

A partir do momento em que surgiu na cabeça de alguns filhos da nossa terra a ideia de fazer os estrangeiros saírem da nossa terra como os dominadores, de acabar com a dominação colonialista na nossa terra, pôs-se um problema de força, uma força necessária para ser oposta à força do colonialista. Portanto, quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo mundo sabe e que é: a união faz força. Se eu tirar um pau de fósforos e o quiser quebrar, quebro-o rapidamente; se juntar dois, já não é tão fácil, três, quatro, cinco, seis, chegará um dado momento em que não poderei quebrar, é escusado (CABRAL, 1974, P.73).

O plano de ações do partido visava aperfeiçoar e formar um homem novo, consciente da sua realidade social e que deveria lutar para transformá-la – ou seja, livre da exploração colonial e de qualquer tipo de exploração. A ênfase desse projeto consistia na promoção do desenvolvimento de uma nova sociedade independente (CABRAL, 1977, 1978, 1989).

Quanto à “luta”, para Cabral, o termo não se referia apenas à luta contra a dominação colonial, mas sim, contra qualquer tipo de exploração, como também contra a “natureza humana”, o “medo”, os “aspectos negativos da nossa cultura”, entre outros. Ou seja, a luta no sentido de “resistência”, que pode ser resistência política, armada, econômica e cultural. Entre essas resistências, o autor atribuía a responsabilidade do povo em questão de conservar-se a “resistência cultural” do país como um dos elementos mais fundamental no papel da luta armada para libertação nacional de ambos os países, (CABRAL, 1979). Dessa maneira, é possível perceber simultaneamente o clamor por uma ruptura com o colonialismo e com o modo de produção capitalista.

Para isso, incentivavam-se as ações culturais para quais os homens da luta transformassem suas maneiras de pensar ou agir contra o colonizador, baseando-se como advogava Freire (1978), na realidade das suas originalidades indenitárias pensadas pela população local, a partir da realidade sociocultural do país. É importar realçar a contribuição

do Paulo Freire no processo de independência dos países africanos em especial Guiné-Bissau. Freire desempenhou um papel fundamental no pensamento teórico-pedagógico no domínio da formação (alfabetização) dos combatentes da liberdade da pátria durante a luta. Ele tinha uma boa relação com os líderes de PAIGC e foi incumbido à pasta de formação de educação militar para os guerrilheiros. É salutar ressaltar que o seu pensamento pedagógico confluiu letramento, autonomia e emancipação dos sujeitos com o processo ensino-aprendizagem implementado pelo Amílcar Cabral, durante a luta de libertação constituindo uma contribuição basilar para o processo de rompimento com os grilhões coloniais que cerceavam os povos colonizados.

Sendo Guiné-Bissau um país cuja maioria da população vive da agricultura, o ensino tinha de que ser ligado à realidade do campo. Ou seja, o processo de assimilação dos saberes historicamente engendrados deveria levar em conta as especificidades do processo produtivo agrário, visando o desenvolvimento socioeconômico aut centrado (CABRAL, 1977, 1978, 1989; DOCUMENTÁRIO, 1978).

Desde sua independência em 1974 até o ano de 1990, o país foi dirigido por um regime de partido único, o PAIGC, denominado Partido-Estado. Durante este período, o país passou por vários acontecimentos que merecem destaque. Em 1977 o PAIGC realizou o seu terceiro congresso, no qual foi estabelecido que todas as diretrizes da educação deveriam estar de acordo com os princípios do partido. Em 1980, houve um golpe de Estado, liderado pelo então primeiro ministro João Bernardo Vieira (Nino), contra o presidente Luiz Cabral, um cabo-verdiano. Este golpe rompeu com o princípio do Partido de “Unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde”.

Após 1980, depois de outra tentativa de Golpe de Estado e novas mudanças políticas, o país aderiu à nova ordem econômica neoliberal, em decorrência dos planos de ajuste estrutural, proposto pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), como condição favorável para o perdão das suas dívidas externas e concessão de empréstimo, com vista à estabilização da sua economia.

2 AMÍLCAR CABRAL E A SUA TRAJETÓRIA

Amílcar Lopes Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924, em Bafáta (Guiné-Bissau). Filho de Juvenal Cabral e de Iva Pinhel Évora, aos 12 anos de idade, Amílcar deixou Guiné-Bissau com destino a Cabo-Verde, a fim de fazer seu curso liceal (colegial) em Mindelo (ilha São Vicente).

Figura 2 – Ilustração de Amílcar Cabral – Líder do PAIGC



Fonte: Site de notícias sapo: Disponível em: [<< <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1005005.html> >>], acesso em 20 de junho de 2015.]

Em 1943 terminou o colegial e, em 1944, conseguiu se empregar na Imprensa Nacional na cidade de Praia (ilha de Santiago), atualmente considerada como a cidade capital de Cabo-Verde. Em 1945 Amílcar Cabral foi beneficiado com uma bolsa de estudos dos colonizadores portugueses a fim estudar agronomia em Lisboa. Cabral passou a conhecer outros companheiros que também eram estudantes africanos que mais tarde lutariam pela

criação de diversas organizações e movimentos revolucionários e que também lutavam contra o racismo em relação ao negro e pela libertação dos países africanos. Os objetivos destas organizações eram: 1) Respeito aos direitos fundamentais da África e dos Negros; 2) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações africanas; 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e da cultura tradicional do povo africano e 4) Direito dos Camponeses.

Amílcar Cabral completou os seus estudos no instituto superior de agronomia em Lisboa, mas a sua passagem pela cidade não era somente devido ao curso universitário, mas sim à luta contra sistema do colonialismo português. Ao lado das forças democráticas portuguesas, tentou reabilitar a casa da África (o lugar onde se reuniam os estudantes africanos que estavam na Diáspora/Europa) e fomentou as iniciativas na Casa dos estudantes do império (CEI). Esta casa era onde moravam os estudantes africanos que iam estudar em Portugal durante a época da colonização. Este espaço foi cenário das mobilizações e estratégias dos intelectuais africanos (países da língua oficial portuguesa) para abertura das revoluções da luta de libertação dos seus países.

Em 1951, juntamente com os outros revolucionários, Agostinho Neto, Samora Machel, e demais líderes criaram o Centro de Estudos Africanos (CEA), cujo programa dos líderes consistia no processo de “re-africanização dos espíritos” (CABRAL, 1974), contrário à política de assimilação dos portugueses colonizadores na África. Amílcar exerceu enorme influência na constituição dos Movimentos de Libertação Nacional das Colônias Portuguesa (MLNCP), mais tarde nas organizações que dirigiam a luta de libertação. Os dois anos que passou na Guiné-Bissau como engenheiro agrônomo permitiram-lhe conhecer de modo visceral a realidade do seu país e os organismos da exploração a qual o povo percia.

A esta altura criou um grupo desportivo em que desenvolveu ação de caráter cultural e esportivo. As autoridades coloniais encerraram precocemente o clube esportivo e Cabral foi obrigado a abandonar o país, instalando-se em Angola, participando da fundação do Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA). Mais tarde, numa reunião clandestina em Bissau em 19 de setembro de 1956 no bairro de Belém, Cabral, juntamente com seu irmão Luís Cabral, Aristides Pereira e outros companheiros nacionalistas, fundaram o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Três anos depois, em 03 de Agosto de 1959, as balas da polícia e da tropa portuguesa atingiram o Cais de Pindjiguiti, no dito “*massacre*” dos marinheiros. Em consequência, o PAIGC ordena a passagem à ação direta com danos e o corte de comunicações. Amílcar Cabral desencadeia, simultaneamente, o processo de informação a nível internacional sobre a

Guiné-Bissau. Em 1962 a voz do povo da Guiné-Bissau chegou às Nações Unidas e Amílcar Cabral apresentou, em nome do partido, um trabalho profundo de análises críticas ao colonialismo português. Concomitantemente, em 19 de setembro 1959, o PAIGC mobilizou as massas camponesas e, em 04 de fevereiro de 1971, os patriotas angolanos pegaram suas armas.

2.1 AMILCAR CABRAL E A RESISTÊNCIA CULTURAL NA LUTA ARMADA

A primeira qualidade da resistência definida por Cabral foi à unidade, pois, para ele, não tinha sentido resistir ou lutar contra os colonialistas sem a união dos povos. Esta união vem da preservação dos hábitos e costumes culturais de cada grupo étnico e, a partir do respeito a estas diferenças, formariam uma única nação guineenses para juntos avançarem: “Nos, balantas, pepeis, mandigas, filhos de Cabo-Verdianos etc., podemos estar unidos, avança juntos”. (CABRAL, 1974).

Para que possamos entender esta ideia de união cultural, é necessário tecer alguns comentários acerca do termo cultura.

O conceito de cultura é um dos principais temas das discussões nas ciências humanas, a ponto de a Antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito. Na verdade, os antropólogos, desde o século XIX, procuram definir os limites de sua ciência por meio da definição de cultura. O resultado é que os conceitos de cultura são múltiplos e, às vezes, contraditórios.

Trata-se de uma questão amplamente debatida por antropólogos pelo fato da cultura envolver vários fatores, entre eles, os costumes, crenças dentre outros. De acordo com Cuhe (2002, p.32), cultura é o “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”.

De acordo com essa definição pode-se observar que na Guiné-Bissau esses hábitos, crenças e costumes são aprendidos no dia-a-dia e na educação tradicional (termo utilizado para guineenses quando se refere a cultural da educação informal do povo guineense/ os ensinamentos da tradição local), popularmente conhecida como “ritos de iniciação” ou “ritos de passagem”. É fato que a cultura remete sempre ao coletivo pois inclui um processo

complexo e amplo, e é influenciada, assim como pode influenciar, outras realidades doutros indivíduos nos seus aspectos da comunidade, local ou não.

Com base nisso, pode-se dizer que uma das funções da cultura nada mais é do que permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. É possível traçar uma relação entre a permanência e exaltação da diversidade de idiomas dos grupos étnicos Guineenses neste sentido - além da resistência econômica - e a ideia defendida por Cabral e o PAIGC não apenas ligada à língua. Cabral também defendeu a valorização das danças, das expressões corporais, dos ritmos, dos diferentes instrumentos e músicas como elementos fundamentais da identidade cultural durante o processo da luta Armada pela Independência. Desse modo, cultura, identidade e historicidade eram concebidas de modo amalgamado e indissociável do processo de emancipação colonial.

Desse ponto de vista, podemos colher o significado do discurso dos líderes do PAIGC no que se refere a cultura como o discurso da cultura política levando em consideração o contexto específico da descolonização e as mudanças nas condições sociais que a luta de libertação permitia no momento. Porque segundo o Amílcar Cabral:

A Cultura é considerada de um ponto de vista político e como um instrumento de renovação da vida social e individual, na medida em que permite a compreensão e integração no seu meio [do indivíduo], a identificação com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade, aceitação da possibilidade de modificação no sentido do progresso (CABRAL, 1978, P.225).

Neste sentido, sabe-se que não se pode falar do processo da formação da identidade cultural na Guiné-Bissau pós-colonialista sem mencionar a luta de libertação do país, pois foi a partir deste momento que se deu início ao processo de toda a reivindicação da Identidade Nacional promovido por Amílcar Lopes Cabral e o PAIGC. Cabral entendia que não pode existir uma identidade nacional sem que o país seja libertado do colonialismo, uma vez que, a identidade envolve a questão da nação, independência, território, costumes, cultura, línguas, indivíduos e demais outros fatores.

Vale a pena ressaltar que o movimento nacionalista não só lutava pela independência do território guineense ou cabo-verdiano (pela descolonização), mas sim, pelo fim do preconceito que era comidos pelos colonizadores, às lutas raciais entre o branco e o negro, ao domínio da República da antiga Guiné-Portuguesa, ao direito à autodeterminação e à independência para o povo guineense e os cabo-verdianos, fato descrito por Hall como “o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade - uma identidade para cada movimento” (HALL, 2011.p.45). Na nossa forma de entender podemos

definir estes grupos dos líderes africanos que se juntaram para se reivindicar sobre o processo da descolonização, o reconhecimento e valorização da raça negra não passa de um grupo com as suas identidades revolucionárias no momento.

A história da luta pela independência na Guiné-Bissau é um assunto fascinante, pois o impacto que este pequeno país do continente africano causou nos assuntos mundiais, tanto no momento do colonialismo como pós-colonialista, talvez não se encontre nos tempos atuais. Apesar de ser o primeiro país do continente africano a ser explorado pelos colonizadores portugueses em meados do século XV, e assim manter-se por cinco séculos, soube entender o enfraquecimento do colonialismo português e conquistar a vitória de ser o primeiro país, ocupado pelos portugueses em África, a obter a independência em 10 de setembro de 1974, constituindo assim, a importância no processo de independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Ressalta-se que estes processos de movimento das independências dos PALOP, tiveram o início nas décadas de 1950 a 1970, com os estudantes bolsistas da diáspora africana nos países da Europa e América do Norte. Estes começaram a reivindicar seus direitos territoriais contribuindo para o surgimento de um interesse mais profundo pelos estudos dos períodos da colonização, pós-colonização e dos movimentos de libertação na África, os quais influenciaram essas revoluções bem como as qualidades dos seus líderes, quando retornaram ao continente africano (HALL, 2001, FANON, 1968).

O contexto sociopolítico das duas guerras mundiais foi um dos fatores que envolveram o conjunto político-ideológico do período Guerra Fria. A partir deste momento, surgiram algumas organizações distintas com caráter político e cultural, entre elas: Movimentos de Libertação Nacional das Colônias Portuguesa (MLNCP), a Casa dos Estudantes do Império (CEI), Centro de Estudos Africanos, entre várias outras. Esta última ocasionou uma profunda reflexão dos estudantes africanos na diáspora, acerca da libertação dos seus países africanos, colônias das metrópoles europeias, em especial, os estudantes luso-africanos⁹ dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Durante as suas temporadas de estudos, começaram as movimentações para concretização do processo da independência dos seus países. Fato que se demonstrou pela

⁹ Luso-Africanos – O termo é utilizado pelo português para designar os africanos falantes da língua portuguesa. 1.a) Luso-Africanos – Africanos dos países da expressão portuguesa. 1.b) Luso-africanos também se designa aos africanos nativos dos países da língua oficial portuguesa. 1.c) Luso - vem do termo da Lusofonia - que é conjunto dos povos falantes de língua portuguesa. Portanto, o termo luso também pode ser designado para outros países de expressão portuguesa, por exemplo, Luso-Brasileiro ou Luso-Português. (DJALÒ, 2012)

contribuição literária em todos os países da lusofonia africana. Em São Tomé e Príncipe, por exemplo, destacou-se o economista Manuel Pinto da Costa, formado na Alemanha, líder do Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP); em Moçambique, o antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane, formado pelos Estados Unidos e Fundadores d'A Frente de Libertação de Moçambique (AFRELIMO); em Angola, o médico angolano Agostinho Neto, fundador de Movimento Popular pela Libertação da Angola (MPLA) e, por fim, em Cabo Verde e na Guiné, o agrônomo guineense Amílcar Lopes Cabral, já referido anteriormente como o fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Estes dois últimos tiveram sua formação em Portugal.

É importante destacar que as atitudes tomadas por estes líderes africanos foram baseados em vários movimentos de caráter cultural e político, tanto nacionais, assim como internacional. Muitos deles tiveram como base às suas teorias revolucionárias a teoria marxista, alicerçada na superação das contradições socioeconômicas oriundas da luta de classes, tomada como a base da mobilização para desencadear a luta pela independência das colônias dos países do continente africano.

Amílcar Cabral teve um papel muito importante durante o processo da luta armada e, embora tivesse a luta pela independência como componente principal, ele também estimulava o povo guineense a manter resistência nos seus costumes, salvaguardando os colonizadores da língua Portuguesa pensando na cultura.

Devemos trabalhar muito para liquidar a nossa cabeça a cultura colonial, camaradas. E queiramos ou não, na cidade ou no mato, o colonialismo meteu-nos muitas coisas na cabeça. E o nosso trabalho deve ser tirar aquilo que não presta e deixar aquilo que é bom. Porque o colonialismo não tem só coisas que não prestam. Devemos ser capazes, portanto, de combater a cultura colonial e deixar na nossa cabeça aquele aspecto de cultura humana, científica, que por ventura os tugas¹⁰ trouxeram para nossa terra e entrou na nossa cabeça também (CABRAL, 1974, p. 188).

Ele, como líder da nação, que estava em busca da construção da identidade nacional, acabou por reproduzir ou reforçar a ideia de manter a língua portuguesa pensando na estratégica da comunicação do povo guineense e Cabo-verdiano com outros povos (internacionalização). Mas se observamos bem, Cabral não defendia o português só por acaso, isso tinha haver com a fluência da língua que ele teve durante seus estudos em Portugal e

¹⁰ -Tuga- designa o colonialista português. É uma expressão utilizada na Guiné-Bissau e nas outras colônias portuguesas em África, na época da luta de libertação. (CABRAL, 1974).

facilidade de comunicação que ele teve durante os seus contatos com outros líderes africanos para o processo da descolonização do continente.

Para proteger o que ele defendia a respeito da língua portuguesa, o líder se baseou em o fato de a existência de várias línguas nativas no país, como uma das dificuldades no processo de convencimento dos grupos étnicos, na época, a fim de compreender que uma sociedade com mais de trinta línguas a escolha de uma entre todas como a língua oficial/principal, seria um fato de que pudesse causar divergências, futuramente, entre estes grupos étnicos que lutaram pela independência do país. A razão pela a opção do líder a escolha da língua foi oposta aos seus guerrilheiros. Uma situação que nós chamou atenção a uma reflexão crítica ao um detentor do poder e que parecia a quem definia as leis do era útil ou não no país.

Entretanto, pode-se questionar o seguinte: porque a escolha da língua portuguesa como a língua oficial? Isso não contrapõe a ideia de que o alvo da luta é a Independência, liberdade não ocupação de território e a salvaguarda da identidade nacional? Porque não manter o crioulo (a língua nacional do país, surgiu durante a colonização e ganhou mais força na luta de libertação entre o contato do nativo com o colonizador) como a língua oficial, uma vez que o crioulo é a língua mais falada pela maioria do povo Guineense? Que benefício trará a língua portuguesa para este povo?

O próprio Cabral responde a isso, em seu texto:

Devemos combater tudo quanto seja oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra, é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor em fula, em mandinga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir; os balantas se ouvirem isso ficam muito contentes, mas agora não é possível. Como é que vamos escrever balanta, agora? Quem é que sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe. É preciso estudar primeiro, mesmo o crioulo. Eu escrevo por exemplo, *n'ca na bai*.¹¹ Um outro pode escrever, *n'ka na bai*. Dá na mesma. Não se pode ensinar assim. Para ensinar uma língua escrita é preciso ter uma maneira certa de a escrever, para que todos a escrevam da mesma maneira, senão é uma confusão do diabo (CABRAL, 1974, p.213).

O fato de Cabral aceitar o português como língua oficial está voltada à fundamentação da ideologia da globalização ou do capitalismo. Apesar da língua portuguesa ser um fator do elemento cultural do colonizador, e isso foi uma das influentes marcas da colônia deixada no país, facilitava a comunicação do povo guineense com outros povos de mundo afora. O que não deixa de ser também uma característica de Amílcar, que era de uma família assimilada e

¹¹*N'ca na bai: não vou!

obrigada a aprender o modo de vida cultural do colonizador. Seu pai, Juvenal Cabral, pertencia às classes das elites que eram dominadas pela cultura europeia.

No período da colonização, as elites africanas foram induzidas a trabalharem para as colônias oferecendo-lhes todas as informações e demais serviços pertinentes ao interesse dos colonizadores e, ao mesmo tempo, tinham que se adequar aos modos ou costumes dos colonizadores (Europeus), para poder servir-lhes. Em contrapartida dos serviços prestados, os seus filhos ganhavam bolsas de estudos no país dos colonizadores, como Portugal, França, Inglaterra, isto é, na Europa em geral, como foi o caso de Amílcar Cabral e dos seus outros colegas de outras colônias.

Outro motivo da resistência de Cabral, em manter a língua portuguesa como a língua oficial diz respeito à influência da relação dos países de PALOP, uma vez que esta língua era utilizada pelos líderes com o intuito de se comunicarem e discutirem suas estratégias de incentivo à mobilização dos seus povos nas lutas contra invasores colonos. Por outro lado, servia como o meio da negociação entre o colonizador e os partidos de movimentos da libertação destes países.

Ainda que Cabral pregasse e utilizasse o português como idioma oficial, as línguas étnicas também eram estimuladas a serem mantidas. Isso foi mais uma de suas estratégias, pois na formação dos batalhões de guerra, os grupos eram formados de acordo com o território geográfico e, a comunicação utilizada também era pela língua do grupo étnico predominante na região.

Dessa forma, a questão principal em destaque da batalha mantinha-se na manutenção das origens e nas tradições, defendendo a pátria e a sua identidade nacional, representada como primordial, como referido por Hall (2001), “há a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. A identidade nacional é representada como primordial”.

Por isso, apesar de todas as barreiras linguísticas que existiam no momento da luta, havia as manifestações de caráter cultural que transmitiam uma linguagem em comum entre esses grupos étnicos. Pode-se citar, como exemplo, o *N'gaié*, que é um termo crioulo de origem da língua da balanta (etnia balanta) da Guiné-Bissau que designa um aglomerado de pessoas (jovens que ainda não passaram/passam/fizeram pela circunscrição) que se juntam para realizar uma atividade cultural. Esta prática é uma celebração, que existe na tradição guineense, de etnia balanta e papel (pepel), com caráter harmônico (solidariedade), pois ensina a forma de ajudar o próximo, a respeitar os mais velhos, a forma de comportar com algumas crenças e as cerimônias tradicionais tais como: Casamento, Reinança (reglo-chefe de tabanca/vila), fúnebres e demais outras realidades. Este ritual reúne várias pessoas do sexo

masculino, em que cada um deles comunica a sua maturidade em assumir a responsabilidade de um homem pronto para formar a sua família. Esta prática se expressa através da dança e gestos, sobretudo porque estes momentos estão/são vinculadas a uma comunicação ancestrais e às memórias, tradições e técnicas corporais da linguagem local. Vale a pena ressaltar que esta pratica de fanado/circunscrição tem noutro grupos étnicos no país, não tem o mesmo significado das praticas igual destes grupos étnicos. Os balantas e os papéis não aceita esta prática para as mulheres, mas para os fulas esse ritual é permitido tanto para homem assim como mulher. No caso da mulher podemos considerar como a excisão feminina.

2.2 AMÍLCAR CABRAL (GUINÉ-BISSAU-PAIGC) E AGOSTINHO NETO (ANGOLA-MPLA)

Pretende-se esclarecer que as características dos líderes intelectuais africanos no momento da revolução armada não eram muitos distintas/diferentes, pois a maioria deles baseava-se na mesma conjuntura para as suas reivindicações da luta de libertação contra o colonialismo Europeu. Mas a nossa escolha se baseia em destacar a semelhança ou da relação de Amílcar Cabral com o Agostinho Neto. Isto se justifica pelo fato de ambos terem a mesma convivência durante as suas épocas de estudos e de terem sido moradores da CEI. Cabral e Neto tinham objetivos próximos no que diz respeito aos seus objetos e se juntaram até nas formações dos seus partidos.

Amílcar Cabral, líder do PAIGC e Agostinho Neto do MLPA, como outros líderes da época, foram as pessoas fundamentais para a libertação dos países lusófonos. Apesar de os dois serem de nacionalidades diferentes, notam-se semelhanças nas estratégias utilizadas durante as suas movimentações políticas pela independência dos seus países, dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, de uma maneira geral, do continente. Ambos estudaram na mesma universidade (Lisboa).

O angolano Agostinho Neto também teve a sua agitação política contra algumas políticas impostas pelo colonizador, em defesa do povo angolano (colonizado). Neto sempre colocava em questionamento o direito/respeito dos camponeses angolanos na conjuntura histórica do imperialismo/colonialismo português em Angola.

Neto era tributário da teoria de Lenine, a respeito da particularidade agrária em Angola, aprofundando sua visão e traçando relação com a forma que o colonizador lidava com o camponês angolano (o termo usado por líderes africanos na época de luta para designar os povos da zona rural). Para este líder político africano era preciso unir os

camponeses, em primeiro lugar, para facilitar as reivindicações com os colonos, posteriormente. Levando-se em conta a questão do pensamento de Neto no diz respeito à reconstrução nacional de Angola como um fato principal que deveria ser pensado essencialmente para desenvolvimento e bem-estar do povo angolano.

Um fato que não se diferencia da situação de Amílcar Cabral nos diz respeito à luta armada na Guiné e Cabo-Verde, pois para ele, também a libertação dos países da colônia era fundamental, mas para que isso acontecesse era preciso primordialmente a unificação do povo africano seguido do desencadeamento da luta armada pela independência dos países.

Nesta situação, pode-se considerar as ligações dos discursos destes líderes da influência do Pan-Africanismo, ou melhor dizendo, dos movimentos dos intelectuais africanos e o reconhecido marco da diáspora africana, a exemplo de Casa dos Estudantes do Império (CEI). Cabral fazia parte da CEI e, para ele, a libertação nacional era um fenômeno da reconquista da personalidade histórica do povo africano e o seu retorno pela destruição da dominação imperialista, a qual o continente estava preso à submissão e à exploração. Por isso, acreditou ser necessário assumir a responsabilidade de fazer a história através da luta de libertação, como afirma:

[...] Há libertação nacional quando, e apenas quando, as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda a espécie de domínio estrangeiro⁹.» [...] É pois necessário assumir a responsabilidade de *fazer história*, através da libertação nacional (ANDRADE, 1974, p.25).

Amílcar Cabral foi um dos líderes africanos da mesma conjuntura do Agostinho. Tinha dois anos de idade a menos que ele, mas isso não fez a diferença nas suas convivências, pois eles possuíram grandes semelhanças em diversos aspectos políticos e socioculturais. Foram líderes de cunho político e conseguiram mobilizar diversas classes sociais e multiétnicas para aderirem aos seus partidos com base nas teorias comunistas, fundamentadas nos congressos sindicalistas das classes operárias e camponeses, cada qual no seu espaço/território do imperialismo colonial.

Tanto Cabral como Agostinho refletiam também sobre a luta de classes operários camponeses, enlevados pelas influências e ideias política-ideológicas de Gramsci. Ambos passaram por grandes dificuldades econômicas nas suas vidas, participaram e incitaram momentos da luta da libertação e tiveram grandes problemas na carreira política. Projetaram as suas lutas na pirâmide da resistência, da teoria de Amílcar que, enquadra as Resistências Econômica, Cultural e Política/Armada. Os dois foram do partido Socialista/Comunistas, escritores da teoria política, membros de grandes movimentos sociais, fundadores e líderes de partidos políticos (MPLA e PAIGC) e outros movimentos revolucionários em defesa do

continente africano tais como: Organização da União Africana (OUA), Pan-Africanismo (PA) e (MLPCP).

Amílcar, assim como outros líderes africanos, tinha caráter revolucionário, a despeito das diferenças temporais e geográficas. A análise das relações entre esses líderes africanos demonstra que alguns tinham a permissão para circulação entre os territórios, sendo que estes encontros dos líderes para reuniões das táticas da descolonização tinham como objetivo compartilhar ideias estratégicas de luta contra os colonialistas. Outro aspecto importante a se destacar nessa semelhança é que ambos são defensores da pátria, com características de visão internacional/globalização e sempre tiveram uma missão apoiada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que não concordava com o sistema imperialista implantado pelos/o colonizadores na época.

Agostinho dirigiu a partir de Argel e de Brazzaville as atividades políticas e de guerrilha do MPLA, durante a Guerra de Independência de Angola, nos anos de 1961 a 1974, e durante o processo de descolonização, 1974/75, que opôs o MPLA aos dois movimentos nacionalistas, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Tendo o MPLA saído deste último processo como vencedor, declarou a independência do país em 11 de Novembro de 1975, um ano depois da independência oficial da Guiné-Bissau, em 1974. Neto, após a publicação da Independência, assumiu as funções de Presidente da República, mantendo conjuntamente a presidência do partido MPLA e da Nação Angolana e estabelecendo um regime monopartidário, inspirado no padrão praticado nos modelos dos países do Leste Europeu.

Vale a pena destacar a influência de Amílcar Cabral durante a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde foi um processo de muita seriedade para os combatentes guineenses e Cabo-Verdianos. E todo esse alcance, não foi nada mais do que a importância da sua leitura e a sua contribuição na formação da conscientização política, e as influências ideológicas e Culturais. A primeira delas teve início no Pan-africanismo surgido nos finais dos meados do século XIX, que coincidiu com legado das reivindicações do movimento em benefício da emancipação dos Negros nos Estados Unidos de América (EUA).

O termo Pan-africanismo foi utilizado pela primeira vez na Europa concretamente em Londres numa conferência proferida por Sylvester Williams, no Westminster Hall, em 1900. Lembrando que Cabral, só conseguiu ter o contato com a ideologia Pan-africanista em Portugal, isto é nos finais dos anos 40, através dos movimentos da negritude fundada em França (Paris) no final dos anos 30. Teve como seus fundadores: o Martinica Aimé Césaire, o

Senegales Léopold Sédar Senghor e Léon Damas da Guiana Francesa. Todos esses movimentos influenciaram Amílcar Cabral na luta de Libertação da Guiné e Cabo-Verde.

2.2.1 O PAN-AFRICANISMO

O Pan-africanismo foi um movimento originado pelos negros americanos e antilhanos contra a supremacia dos brancos. Este movimento se iniciou no século XIX nos EUA, mas encontrou eco nas manifestações e conflitos dos países africanos contra o colonialismo. Logo, a ideologia se expandiu pela África com os estudantes da diáspora.

Impulso desde América. El nacionalismo africano recibió gran de su impulso de Estados Unidos. No es sorprendente que el catalizador del pan-africanismo y del nacionalismo africano provengan del exterior. Sun Yat-sen, De Valera, Garibaldi, Gandhi y otros pasaron gran parte de sus vidas em el extranjero. Si bien por lo general se considera que William E.B. Du Bois, fundador de la Asociación Nacional para el progreso de la Gente de Color y hombre de letras de izquierda es el “padre” del pan-africanismo, hubo también otros que desempeñaron papeles significativos al crear interés em la “personalidad” y em la libertad africanas (HANS, SOKOLSKY, 1968, P.37).

Destacam-se os precursores William Edward Brughardt, Du Bois que defendiam o conceito da igualdade entre negros e brancos, sem a discriminação de raças, ao passo que Marcus Garvey foi um dos mais radicais e que defendeu o retorno do negro ao seu continente de origem, a África.

Na Guiné-Bissau, o Amílcar Cabral e seus colegas dirigentes do PAIGC, tiveram a contribuição e influência do Pan-africanismo na mobilização da opinião pública internacional, junto a alguns líderes da organização que estavam a favor das ideias da política que estava sendo defendido pelo partido contra o colonialismo. Além disso, ressalta-se que o Pan-africanismo discutia questões relativas à independência dos países africanos e alguns dos seus líderes, tais como Ahmed Sékou Touré da Guiné-Conacri, Gamal Abdel Nasser do Egito, Léopold Sédar Senghor de Senegal, contribuíram para a estratégia do partido guineense com apoio material, financeiro e político, além da construção de um espaço geográfico que permitiu o avanço do PAIGC na luta pela conquista do espaço territorial que constituiu a República da Guiné-Bissau.

Ahmed Sékou Touré foi um dos Pan-africanistas que concedeu um vasto espaço do seu território Guiné-Conacri para albergar o PAIGC, onde no foi instalada a base política, o centro hospitalar, a escola de formação de quadros e a estação emissora rádio de propaganda do partido, a Voz da Libertação. Senghor do Senegal, que fazia parte do movimento da negritude

que era liderado pelos francófonos (países africanos da língua francesa/colônia/francês), foi também um dos grandes facilitadores das relações do PAIGC com o mundo francófono, tendo também apoiado as movimentações dos dirigentes e militantes do PAIGC, tanto no interior da África como em destino à Europa.

O Pan-africanismo e a abertura de seus líderes (Kwame Nkrumah e Ahmed Sékou Touré), proporcionaram que Amílcar Cabral e o PAIGC fossem aceitos na Organização da Unidade Africana (OUA) como único interlocutor do povo guineense junto da comunidade internacional. Um exemplo que acabou por ser seguido pelas Nações Unidas, no início dos anos 70, que pouco tempo antes da independência reconheceu o PAIGC com o mesmo estatuto, facilitando seu processo de reconhecimento da independência.

Pode-se perceber que tanto o movimento da negritude quanto o Pan-africanismo contribuíram para o estudo da história e da cultura africana, pré-colonial e colonial e para o conhecimento e exaltação das raízes das origens africanas completamente marginalizadas e apagadas pelo colonizador. Muitas vezes as obras publicadas por líderes destes movimentos na época da luta pela libertação, os temas na sua grande maioria eram relacionados a reflexões críticas sobre a África, sobre o racismo, a escravatura, o culto dos antepassados e o homem negro.

2.3 AS VISÕES DOS OUTROS LÍDERES DO PAIGC

Para além de Amílcar Cabral, o guineense e Cabo-verdiano conhecido como pai fundador do partido libertador, havia também outros grandes nomes como Osvaldo Vieira, Pedro Pires, Luís Cabral, João Bernardo Vieira, Vitor Saúde Maria, Aristides Maria Pereira, Domingos Ramos, etc., todos os membros dirigentes dos órgãos superiores do partido. Pode-se dizer que todos tinham uma visão partilhada no que concerne à independência da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo-Verde. Amílcar Cabral era o principal pensador da estratégia global visando à conquista final da independência. Mas a visão estratégica sobre como ganhar a guerra era desenhada por cada um dos líderes das zonas da luta. Alguns deles como João Bernardo Vieira, o “Nino”, se distinguiram pela sua capacidade de antecipar o inimigo na execução de operações de combate.

Não obstante, pode-se considerar que as independências regionais das zonas da luta não serviram para consolidar a visão cabralista que queria manter uma união duradoura entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Algumas divergências de opiniões conduziram o fracasso do grande projeto do partido único liderando dois países que conseguiu libertar. Daí, a partir da

segunda metade do ano de 1970, eclodiu uma série de conflitos entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, da qual faziam parte os dirigentes do PAIGC. Um lado defendia a conservação das orientações do Amílcar Cabral, que queria que o poder fosse distribuído de forma homogêneo nos dois países. Na ocasião, os guineenses acusavam os dirigentes cabo-verdianos de não investirem no desenvolvimento da Guiné-Bissau e de desviarem os grandes projetos destinados ao povo guineense para Cabo-Verde.

Isso causou a ruptura absoluta em 1980, que originou o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau, digerido pelo ex-general João Bernardo Vieira (Nino), contra o Primeiro presidente da República Luiz Cabral, após os seis anos da Independência. O motivo do golpe foi justamente da causa que referimos anteriormente onde foram afastando todos os cabo-verdianos das fileiras dirigentes do PAIGC, situação que também ajudou a perenizar a vida e as ideologias do partido nas Ilhas de Cabo-Verde, forçando-a bater de frente com os líderes do PAIGC, na Guiné-Bissau com o objetivo de extinguir o PAIGC em detrimento de uma nova força política conhecida como PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo-Verde).

Durante o processo da luta armada, os guineenses tinham a maioria dos membros no Conselho Executivo de Luta (CEL) e isto se justificava por Guiné-Bissau ter sido considerado o território principal de intervenções de luta de libertação. Claro que o país também tinha a maioria dos seus filhos na frente da luta, assim como, na composição da liderança do partido. Talvez fosse absurdo não terem um número significativo dos membros guineenses na participação da parte administrativa do partido e na tomada das decisões. Segundo o cabo-verdiano Aristides Pereira, um dos líderes do PAIGC, os guineenses escasseavam de formação superior - poucos tinham atingindo o nível superior, a exemplo de Vasco Cabral, para desempenhar funções administrativas. Entretanto Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Carlos Correia, Nino Vieira, Carmem Pereira, Francisca Pereira, Fidelis Cabral de Almada, Vitor Saúde Maria e outros que não possuíam formação superior, haviam completado o ensino secundário da época e conseguiram dar as suas contribuições desempenhando cargos de destaques na direção do partido.

E para ilustrar melhor estas figuras da liderança do partido, segue um quadro ilustrativo contendo os líderes dos dois países:

Tabela. Nº 1 Quadro Demonstrativo da Origem dos Líderes do PAIGC

Nomes dos Líderes da direção do PAIGC Ou do Conselho do Partido	Origem da Nacionalidade de cada Membro
Amílcar Cabral Secretário Geral- e fundador do	Guiné-Bissau e Cabo-Verde

partido	
Aristides Pereira	Cabo-Verde
Luís Cabral	Guiné-Bissau e Cabo-Verde
João Bernardo Vieira (Nino)	Guiné-Bissau
Paulo Correia	Guiné-Bissau
Mamadú N´djai	Guiné-Bissau
Oswaldo Silva	Guiné-Bissau
Suleimane N´djai	Guiné-Bissau
Vasco Cabral (Secretário)	Guiné-Bissau
Oswaldo Vieira	Guiné-Bissau
Francisco Mendes (Chico Mendes)	Guiné-Bissau
Pedro Pires	Cabo-Verde

Fonte: Fundação Mario Soares, pasta 07073129004.

De acordo com o quadro, pode-se perceber que os guineenses tinham os maiores números das pessoas no partido, mas isso porque a luta foi realizada no território guineense e a maioria dos guineenses que faziam parte do partido era guerrilheira da infantaria ou comandantes de frente da luta, ao passo que os cabo-verdianos sumiam as funções administrativas de alta posição no partido e alguns até fazia parte da fundação do partido. Muitos destes trabalhos foram combatidos com as mensagens da música e mídia (rádio) como uma forma de mobilização das pessoas a questão da luta de libertação e da identidade nacional o que será abordado no próximo capítulo.

3 MÚSICA E MÍDIA E IDENTIDADE CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU

Amílcar Cabral, em seu livro intitulado “Análise de alguns tipos de resistência” apresentou uma entrevista em que discute a relação de domínio colonial, exigindo a liberdade para o povo da Guiné-Bissau. Durante a sua discussão, o líder africano passou um tempo reforçando a questão da identidade como fator principal. “*O nosso povo precisa da liberdade do nosso território da nossa identidade o respeito a nossa organização de partido, econômica, cultural e política*”. Com base neste texto, pode-se afirmar que Cabral defende /acredita/pensa que o seu povo precisa ser povo com a sua liberdade de expressão e que vive livre no seu território, não sendo submisso aos outros. Com essa ideia, Cabral sempre promoveu a união nacional, vista como importante para a identidade da população da Guiné-Bissau e Cabo-Verde¹².

Os discursos de Amílcar Cabral, compilados numa publicação das suas obras *A pratica revolucionária: Unidade e Luta II* revelam que este líder revolucionário defendia a cultura como fator principal da luta de libertação e da criação de partido (CABRAL, 1974. P.187). Em publicação póstuma, foi possível perceber que os discursos de A. Cabral durante a luta de libertação defenderam uma relação entre política e costumes tradicionais, ou seja, defendiam a ideia de cultura como sendo a identidade de um povo e que os diversos grupos étnicos que estavam envolvidos no processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau deviam ter, como pano de fundo, suas culturas e deveriam colocá-las em prática, mesmo estando na luta armada, para que não se perdesse a tradição (costumes e ritos da iniciação) de cada grupo (CABRAL, 1979).

Com essa filosofia, Cabral conseguiu organizar vários grupos étnicos (balantas, biafadas, mandigas, fulas papeis) incentivava a realização de manifestações culturais durante o momento da luta pela independência fazendo apresentações culturais no momento em que estivessem no cessar fogo. Estes grupos eram compostos por dançarinas, músicos, contadores das histórias, *djidius* e chefes de tabancas (aldeias), que na sua maioria eram de grupos étnicos diferentes. Dessa forma, manifestações culturais e luta política formaram uma confluência emancipatória.

Nessa fase, Cabral incentivou as pessoas a falarem as suas línguas nativas e a esforçarem para aprender o máximo que pudessem a língua dos outros grupos étnicos, propondo que, para que existisse a unidade nacional, era preciso que cada um aprendesse no

¹² confere a entrevista de Amílcar Cabral em que aborda/fala sobre o processo da luta de libertação: vídeo publicado em 2009 por africanheritagevideo.

mínimo uma língua do outro, facilitando a comunicação entre os combatentes guineenses, sem que os portugueses pudessem ter acesso a essa comunicação. Cabral, nos seus discursos sobre a unidade e luta, vestia a identidade nacional na prática da sua política para chamar atenção dos seus combatentes para não desistirem do objetivo traçado contra os portugueses: lutar pela libertação nacional.

Antes de começarmos a fazer uma coisa, devemos estudá-la bem, para sabermos se vale ou não a pena fazê-la e não começar a fazê-la para depois deixar. Isso é uma perda de energias, e esbanjamento. Ou então acontece que não se pode acabar. Mas quem não pode acabar uma coisa que começou a fazer, então está desgraçado na vida, não pode fazer nada. Temos que combater isso, camaradas (CABRAL, 1979, p. 95).

Aponta-se Cabral, o fato que, anterior à luta e, até mesmo, à colonização, sempre existiu uma forte tradição na comunicação oral na Guiné-Bissau, devido à diversidade étnica que o país apresenta, variados costumes locais e todos enfatizavam a propagação de seus hábitos pela oralidade e expressividade corporal, por meio dos rituais, das cerimônias, danças, cantigas e dos contos, lendas e histórias contadas pelos djidius.

O respeito a esta forma de educação já estava presente nos hábitos guineenses e Cabral, partindo destes hábitos, buscou tanto reforçar a identidade nacional como se comunicar com o povo local, como estratégia de luta. Durante este período, essas práticas, em especial as músicas e canções, foram incentivadas pela emissora de rádio da libertação, criada em 1967, com o intuito de divulgar e propagar o espírito de nacionalismo e resistência ao colonialismo.

3.1 A MÚSICA NO CONTEXTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E SEU SIGNIFICADO NA TRADIÇÃO ORAL GUINEENSE

A música foi um dos instrumentos fundamentais na Luta Armada, mantendo e assumindo o papel da “Resistência Cultural” (CABRAL, 1974 p.140), empregada pela teoria de Amílcar Cabral e, posteriormente à independência, tornando-se um símbolo nacionalista pelas suas composições que ressaltavam a identidade guineense.

A Guiné-Bissau é um país que tem mais de trinta grupos étnicos e isto revela que este país tem uma concentração multicultural significativa, em que cada etnia tem sua cosmovisão diferente das demais. Apesar destas diferenças culturais, a música conseguiu unir os grupos, sendo ela um veículo de interação étnica.

Ao longo do período da mobilização das massas populares, para o combate armado contra os colonialistas portugueses que haviam dominado e explorado este povo, os integrantes do PAIGC utilizaram a música como instrumento para promover a unidade entre etnias. Concentraram seus objetivos num único problema, que era a luta contra os colonialistas portugueses.

Os *Djidius*, com suas habilidades naturais para cantar e tocar, foram instruídos a comporem músicas em crioulo, por ser uma das línguas mais faladas entre os guineenses, e em outras línguas tradicionais, que tinham mais influência entre os combatentes da luta no país, que é o caso de Fula, Balanta, Mandiga, Papel, Bijagós e Biafadas.

As mensagens cantadas atingiram os seus objetivos e, mesmo sem meios de comunicação de grande alcance, as comunidades foram instruídas, sobre a resistência, com muita facilidade mediante o uso da música. Rapidamente o povo aderiu em massa, respondendo ao apelo feito pelos combatentes da liberdade da pátria, cognominados pelos colonialistas portugueses, de terroristas. Terroristas para eles, mas para os guineenses são heróis que deixaram mensagens de amor, de esperança para um povo que vive lutando pela sua independência.

Em alguns momentos as pessoas cantavam para expressar seus sentimentos de alegria, em outros de tristeza, chorando no funeral de um jovem ou de adulto. Cada melodia da música contendo símbolos das identidades étnicas eram acompanhados de figuras de linguagem difíceis de decifrar. Sua interpretação exigia o bom conhecimento do contexto do cantor, incluindo seu grupo étnico e sua comunidade local (ISALQUÉ, 2014).

A música, muitas vezes, serviu de instrumento de empoderamento para firmar a esperança do povo, pois os portugueses revidaram à luta de forma violenta, maltratando comunidades isoladas e desprotegidas, cometendo atrocidades (massacres), matando grande quantidade de pessoas inocentes. Uma das letras musicais que contribuiu para motivar crianças e idosos naquele tempo tornou-se popular: “Este é o meu lenço amarelo, bandeira vanguarda. Desta juventude heroica que um novo mundo está criando, para um povo que vive lutando”. Estas letras foram feitas por um músico (*djidius*) e combatente da liberdade da pátria, José Carlos Schwarz. Tais palavras ecoavam fortemente na memória das crianças órfãs, cujos pais tomaram nas frentes de combates (CABRAL, 1974; SOUZA, 2011).

Tudo isso confundia os portugueses que tinham pouco conhecimento da realidade guineense. Os próprios combatentes, quando queriam fazer reconhecimento dos quartéis portugueses, disfarçavam-se e entravam nas cidades como saltimbancos, perambulando de um lado ao outro, em busca de comida. Eles eram tidos como pessoas que não sabiam de nada e

nem se preocupavam com a vida, então, entravam nos quartéis portugueses, pediam sopas e outras comidas para depois dançarem em círculos. A partir deste momento, faziam reconhecimento do local e depois voltavam nos horários programados para atacar.

Quando se fala da luta armada pela independência da Guiné e Cabo-Verde, é preciso lembrar (ou mencionar) os principais idealizadores desta luta tais como: Amílcar Cabral, Luiz Cabral, Aristides Pires, João Bernardo Vieira (Nino), Binhangarê, Nantchanga, Batista Tagme Nauai, Osvaldo Vieira, Domingos Ramos, Titina Silá, Areolino Cruz, N'Bana Cabra, entre outras figuras, cujos nomes eram lembrados/homenageados/louvados em cânticos que serviam de inspiração para encorajar os combatentes em diferentes frentes da luta e do povo, em geral.

Os portugueses usaram vários tipos de materiais bélicos e estratégias para intimidar os ataques dos combatentes guineenses. Mas, os colonizadores não tiveram muito sucesso nas suas estratégias, pois foram combatidos pelos *djidius* (*músicos Guineense*) por via da música, pois estes não deixaram de divulgar os seus cânticos nas emissoras - em crioulo e nas línguas nativas - informando seus povos sobre os acontecimentos da época. Como os portugueses desconheciam o significado destas músicas e ritmos não conseguiam entender as mensagens que nelas e neles eram transmitidas. (SILVA, 2008).

Assim, a música tem feito parte da vida dos guineenses, e é por meio dela que este povo expressa quem ele é. Através de grupos de *manjuadadi*¹³, organizam-se encontros para se manifestarem solidários uns aos outros, cantam e dançam para se divertirem, assim como para repensarem a vida e tomarem novos rumos ao futuro. A análise dos discursos de Amílcar Cabral evidencia que o líder tinha uma ideologia definida no que diz respeito à resistência cultural e incentivava os militantes para que não deixassem que a cultura de tugas (a expressão usado pelo colonizador para designar o colonizador) prevalecesse no país e nem que se dissipassem os hábitos e idiomas locais.

Na nossa situação concreta temos que dar grande atenção á nossa *resistência cultural*. O nosso Partido, desde o começo, tem dado grande atenção a isso, e tomou nesse sentido medidas importantes, a partir do nosso congresso de Cassacá, embora mesmo antes tenhamos aconselhados que para avançarmos na nossa luta devíamos fazer a resistência cultural. Aliás, devemos dizer concretamente, que a própria criação do nosso partido, que planificou e avançou a nossa luta de libertação nacional, é um facto de cultura. É uma prova clara da resistência cultural, porque nós queremos ser nós mesmos,

¹³É uma palavra usada com muita frequência entre os guineenses para se referir ao grupo de pessoas da mesma faixa etária e não só que se concentram em ocasiões especiais como funeral, festas, trabalhos comunitários e festivais para compartilhar algo entre si. *Manjuadadi* vem da palavra Manjua - que significa colega.

africanos da Guiné e Cabo Verde e não Tugas. A nossa Cultura não é a Cultura dos tugas, embora a nossa cultura tenha hoje em dia alguma influência da cultura dos tugas. Portanto, todos os nossos combatentes responsáveis ou militantes conscientes, devem saber claro que a nossa luta é também resistência cultural, se não principal aspecto da resistência cultural - a luta armada (CABRAL, 1974, p. 187-188).

De acordo com a essa citação, pode-se perceber que a resistência cultural, em todos os seus aspectos - canto, dança, música e demais outras manifestações culturais e religiosas - que estavam sendo discutidos na ideologia da resistência, foi intermediada pela música na sua maneira mais generalizada. Segundo Cabral (1974), defender a cultura não é só resistir culturalmente ao colonialismo na África, mas também deve saber respeitar as diferenças culturais e os costumes das habitações geográficas:

Muita gente para defender a cultura da África pensa que, para resistir culturalmente em África, temos que defender as coisas negativas da nossa cultura. Não, a nossa opinião não é essa. É que a cultura também é o produto do nível econômico em que um povo está. A nossa opinião é que comer com a mão, e até cantar dependem da vida que o povo leva, do ponto de vista de produzir, produzir riquezas, produzir coisas para ele. Por isso é que as cantigas dos balantas, são diferentes das cantigas dos mandigas, por exemplo. As cantigas dos balantas, analisando a fundo, são cantigas do homem da planície. Quando comparamos as cantigas balantas com as da Europa, vemos que são parecidas com cantigas alentejanas, lentas, em coro. Porque há certos tipos de vida econômica e meios geográficos que dão certos tipos de canções. As pessoas que vivem na montanha têm o seu tipo de dança, quem vive na floresta, só, sem gado, já tem outro tipo de dança. Quem vive no deserto, onde há girafas e outras coisas, o seu tipo de dança é outro. E isso, seja na África, ou na Ásia ou na América (CABRAL, 1974, p.190-191).

De acordo com essa afirmação de Amílcar pode-se observar que o procedimento da mídia não foi diferente dos outros instrumentos que foram utilizados para a resistência da luta anticolonial o assunto que será abordado logo em seguida.

3.2 MÍDIA E RESISTÊNCIA ANTI-COLONIAL

Sabe-se que à época da guerra anticolonial, as mídias ainda não eram utilizadas de forma massiva. Ainda assim, o PAIGC conseguiu criar a sua própria estação emissora, a Rádio Libertação, oficialmente iniciada em 16 de julho de 1967. Para além dessa estação emissora, o partido também contava muito com o apoio de grandes cadeias de emissoras

internacionais, como a BBC, Granma, entre outros órgãos, que acompanhavam a sua ação e difundiam-na pelo mundo fora.

A esta altura a Comissão Permanente do Comité Executivo de Luta (CPCEL) partiu pela rádio como um veículo de transmissão dos seus discursos, durante a luta armada. Para despistar os colonizadores, instalaram a emissora no país vizinho, Guiné-Conacri, para operar no país e em outras regiões como a voz da luta.

A emissora operava, inicialmente, em forma de breves anúncios divulgados em três períodos do dia, com informações obtidas e produzidas pelo partido relevantes ao povo e sua resistência. Estas informações eram divulgadas em diversos idiomas, além do português, como crioulo, Biafada, Balanta, Fula e Mandinga.

Os registros em estudos sobre a temática da mídia, no período de luta, ainda são escassos, dificultando uma explanação aprofundada do assunto. Em decorrência da tradição oral do país, estas informações foram, e continuam sendo, transmitidas em *Djumbai* (Rodas de Conversas) - quando o chefe da Tabanca ou da família, geralmente o mais velho, reúne as pessoas para contar as ocorrências diárias e históricas de seu grupo étnico e do país, em geral, para os mais jovens, garantindo que a tradição fosse continuada e respeitada pelos descendentes (DJALÓ, 2011).

Daí a justificativa da relevância do presente estudo que reuniu um material escrito para validação científica do fato.

3.3 A IDEOLOGIA DA IDENTIDADE E DA UNIDADE NACIONAL

Para falar da Unidade Nacional no país é preciso pontuar que a identidade cultural fundamenta o processo de construção da identidade nacional. É importante mostrar que o presente trabalho busca desenvolver uma breve reflexão sobre o período da luta pela libertação do país. Entretanto, a problemática da identidade nacional na Guiné-Bissau, que apesar de ser aparentemente sólida, envolvendo tradições milenares da região, também está em constante processo de mudança devido às influências diárias de hábitos e culturas atuais pelas mudanças territoriais, geográfica e pela globalização mundial.

Segundo Hall (2005, p.49),

[...] “as identidades nacionais não são coisas nas quais os sujeitos nascem, mas são formadas e transformadas no interior da representação. As identidades nacionais não são heranças genéticas. As pessoas não são apenas sujeitos sociais legais de uma nação: elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional”.

Apesar da sua participação da ideia da nação, as afinidades estabelecidas entre os sujeitos são erigidas a partir das relações do homem com o mundo sociocultural, através de atos de criação e de decisão através dos quais ele percebe intelectivamente o real, dando-lhe sentido e dinamismo. Ou ainda, segundo Paulo Freire:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. [...] E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. È também criando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1979, p. 43).

De acordo com estas afirmações pode-se observar que o sujeito de uma pátria (nação) é um elemento importante e imprescindível para a construção da identidade nacional, pois à medida em que ele é inserido ou integrado no mundo humano, produz uma cultura e configura a sua história no seu tempo ou na sua época.

De acordo com Hall (2001, p.11), “o mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional”.

É importante mostrar que durante o processo da luta pela independência na Guiné-Bissau, particularmente em 1963, a mensagem cantada conseguiu o seu objetivo de conscientizar o seu povo para se unir na luta e alcançar a independência. Mesmo sem meios de comunicação de amplo alcance, as comunidades foram instruídas com muita facilidade, mediante o uso da música e das práticas das atividades culturais recreativas e harmônicas. Segundo Canclini,

A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. Vão se somando as façanhas em que os habitantes defendem esse território ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem dos outros (CANCLINI, 2006, p. 129).

Nessa direção, observa-se que a sociedade guineense, pós-independência, continuou lutando pela construção da sua identidade e na prevenção das suas diversidades culturais. Apesar de existir muitas influências das culturas estrangeiras deixadas pelos colonialistas, estes não conseguiram acabar com os costumes tradicionais dos grupos étnicos

do país da Guiné-Bissau, assim como nas outras colônias da língua portuguesa que também se resistiram com as suas culturas locais.

Um dos resultados dessa resistência identitária foi o fortalecimento das práticas de *Mandjuadadi*, que teve o seu auge na pós independência. Através dela, os grupos organizavam encontros para manifestar solidariedade entre eles. Neste momento, cantavam e dançavam para se divertirem, assim como para repensarem a vida e os novos rumos sobre o futuro da nação guineense. Assim como eram organizados os grupos de *mandjuadadi*, também, eram organizadas outras manifestações culturais nos bairros (aldeias/vila) com objetivos semelhantes.

Cabral, respondendo à luz da sua experiência de chefe revolucionário, desenvolveu e anunciou vastamente este conceito durante a luta de libertação, procurando o seu fundamento para identidade do povo.

Ao eclodir, é à cultura que o movimento de libertação nacional vai buscar o seu fundamento, e é da capacidade dos povos para preservarem a sua identidade cultural que vai receber o seu élan e a sua determinação. Cabral demonstra mais uma vez que o domínio imperialista, negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural. No momento em a libertação de uma sociedade se traduz no retomar dos «caminhos ascendentes da sua própria cultura», a luta de libertação torna-se, por consequência e antes de tudo, um acto de cultura (ANDRADE,1974 p. 29).

Dessa maneira, pode-se perceber que Guiné-Bissau é um país que está em busca constantemente do processo da união para a identidade nacional desde a luta de libertação. Não foi por acaso que Amílcar Cabral incentivou os grupos étnicos a se envolverem na resistência cultural durante a luta de libertação. O problema do qual surgiram as lutas emancipatórias – o Colonialismo - estava intimamente relacionado com a liberdade e preservação das suas identidades culturais, tradicionais, regionais e, da salvaguarda dos seus costumes, que não eram aceitos pelos colonizadores em sua maioria das partes. Este foi um dos elementos fundamentais que AC usou nas suas argumentações na mobilização dos grupos fazer parte da guerrilha contra os portugueses. (CABRAL, 1979).

No que diz respeito às argumentações de A.Cabral, pode-se recorrer a uma das argumentações de F. Barth. O autor argumenta que as “fronteiras” não são frutos diretos da diferença cultural em si, mas surgem em decorrência de escolhas de “emblemas de diferença”; e seria desta forma que ocorre a constituição e consolidação de grupos (étnicos, nacionais, etc.) (BARTH, 1969 *apud* CUCHE, 2002, p. 200). Segundo Barth as demarcações sociais suscetíveis vêm das fronteiras etno-culturais que podem ser constantemente renovadas pelas trocas, pois essas não são constantes e qualquer mudança na situação social, econômica ou

política pode provocar deslocamentos dessas fronteiras (BARTH, 1969 *apud* CUCHE, 2002, p. 201).

A autora Manuela Carneiro da Cunha (1987) parte da defesa a respeito do conceito, na compreensão da etnicidade como uma forma de uma organização de modo eminentemente política. Segundo ela, os grupos étnicos utilizam o termo para distinguir a sua identidade. Entretanto, a autora lança a sua crítica à ideia interacionista de arquitetar a questão da etnicidade como uma oratória usada por determinados grupos para abalizar/delimitar as suas barreiras perante os outros grupos com que têm contato. Isso confere à etnicidade um papel matricial para grupos que atuam politicamente, demarcando sua identidade ou suas fronteiras étnicas.

A autora vai ainda mais a fundo na questão para mostrar como a cultura joga com o fenômeno chamado etnicidade e explica que este fenômeno não é aleatório e permite a comunicação no sentido antropológico do termo. Isto é, a etnicidade é uma representação que permite a comunicação entre os grupos étnicos numa determinada sociedade, na qual este fenômeno opera, sendo uma forma de organização política utilizada pelos grupos étnicos em intenso contato. Esta ideia é confirmada por Levi-Strauss: “os traços culturais escolhidos por um grupo ou fração de uma sociedade não são arbitrativos, ainda que sejam imprevisíveis” (LEVI-STRAUSS, 1958 *apud* CUNHA, 1987, p. 103).

A etnicidade constitui umnexo sociocultural e psicossocial que permite a comunicação entre os grupos étnicos, o que foi ao encontro das demandas sociais, políticas e culturais dos povos da Guiné-Bissau. Apesar da multiplicidade étnica, o país conseguiu abarcar este nexopor meio da comunicação intercultural. Além dessas particularidades, é preciso ressaltar que todas as culturas têm uma estrutura conveniente, todas transformam-se e todas são dinâmicas. Deste modo, não é possível falarmos de povos sem história, porque tal fenômeno significaria a essência de uma cultura que não passasse por modificações ao longo do tempo, algo que hoje tanto a História quanto a Antropologia refutam intensamente.

Em todo universo cultural, há regras que permitem aos sujeitos conviver em sociedade. Nessa perspectiva, cultura envolve todo o dia-a-dia dos indivíduos. Assim, os seres humanos só vivem em sociedade por meio da cultura.

3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.5 DEPOIMENTOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA E MÍDIA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO

A análise reúne procedimentos de cunho quantitativo e qualitativo. Utilizei esses recursos para identificação dos tipos de atividades que tinham sido propostas no programa do PAIGC e transmitidas nas programações do Rádio Libertação. Procuraremos analisar os diferentes tipos de linguagem utilizados nas atividades promovidas no Partido PAIGC. Para tanto, utilizei o referencial teórico de Amílcar Cabral, sob o conceito da resistência cultural discutido anteriormente no nosso trabalho.

De acordo com o material levantado, pode-se perceber que embora o caráter essencialmente econômico do fenômeno imperialista tenha tido muita força no período da luta, Cabral sempre considerava que a destruição de tudo que marcava a dominação estrangeira requeria a resistência do colonizado em diversos campos: além da resistência econômica e política, também a luta armada e, inclusive, a resistência cultural. Para Cabral, os condicionamentos de caráter material da dominação imperialista não são preeminentes em relação ao elemento humano na luta de libertação Nacional. Pois, segundo o autor, a luta era a principal força de reação ao sistema de opressão do domínio imperialista e do colonialismo Português.

Cabral (1974) afirma que “no movimento de libertação como em qualquer outro empreendimento humano - e sejam quais forem os factores materiais e sociais que condicionem a sua evolução -, o homem (a sua mentalidade, o seu comportamento) é o elemento essencial e determinante”.

Para começar a nossa análise, gostaríamos de informar que a maioria das músicas cantadas na luta de libertação era cantada em crioulo. Esta informação foi confirmada quase por todos os nossos entrevistados, conforme consta no *corpus*. Todos eles afirmaram que o crioulo era uma das línguas mais cantadas durante a luta de libertação Nacional. Este fato nos despertou o interesse em saber por que o crioulo tinha sido escolhido dentro de um universo de mais de trinta línguas como principal língua de veicular tanto informações do cotidiano, quanto ideias políticas, além de ter sido utilizado na linguagem musical.

De acordo com o depoimento do nosso *corpus*, compreende-se que este procedimento não aconteceu por acaso, pois o crioulo é uma língua que tem origem na língua do colonizador e nas muitas línguas do colonizado. Através desta língua a maioria da população

guineense conseguia se comunicar com facilidade. Segundo José Lopes (Zé Lopes), o crioulo ganhou muita força durante a luta de libertação, pois muitas pessoas acabaram aprendendo o crioulo no processo da Luta.

José Lopes (Zé Lopes) foi o nosso primeiro entrevistado. Ele nasceu em meados de 1940, atualmente está com 76 anos de idade. É músico, ex-combatente do PAIGC e faz parte dos grupos étnicos Bijagós e Papel. Zé Lopes era um dos estagiários da rádio libertação. Ele desempenhou a função de locutor (intérprete) das informações do Partido PAIGC na rádio. Para isso, ele utilizava a língua Bijagós, pois havia algumas pessoas da etnia bijagós, assim como doutras línguas nativas, que não entendiam o que era falado na rádio em língua crioulo. Por este motivo os líderes do partido selecionaram alguns indivíduos que falavam crioulo e outras línguas nativas para serem intérpretes (locutores) da rádio a fim de transmitir as mensagens do partido que eram formuladas nas línguas crioulo e português.

Em sua resposta ao nosso questionamento sobre quais eram as músicas mais cantadas na época da Luta e em que língua eram cantadas, Zé Lopes primeiramente explicou que na era colonial havia influências das músicas estrangeiras. Por exemplo, o *jazz* era um dos gêneros musicais com a maior influência devido ao contato dos líderes do partido com outras realidades estrangeiras. Mas estas influências externas foram remodeladas pelos padrões culturais da sociedade guineense, seguindo as formas tradicionais ou costumes de cada grupo étnico.

Lopes afirma que não se pode falar da música sem referir-se aos instrumentos, uma vez que estes marcam profundamente a elaboração musical - e isso não foi diferente com a produção musical durante a guerra de libertação. Os principais instrumentos utilizados no momento da composição musical eram o tamborinho¹⁴ e o Siko¹⁵.

O toque deste último instrumento também foi comentado como algo que expressa a “velocidade da Guerra”, pois simboliza também as armas da Guerra utilizadas por *Djidius* na época da luta de libertação para fazer as canções durante suas manifestações culturais. Segundo Zé Lopes, o *siko* foi criado por três elementos do partido PAIGC, sendo eles Mario Cá, Mamade Cassama (Mamadi Boti) e Abbudo Djassi, em 1964, “*na fonte de Gãntenni-bá*

¹⁴ O tamborinho é um instrumento quadrado semelhante ao tambor. É utilizado na sociedade guineense para compor músicas tradicionais, tais como Siko, tina e M'Gumbém.

¹⁵ O Siko, apesar de ser um estilo musical, é também um instrumento musical. Siko é composto por quatro paus de madeiras e é coberto pelo couro de cabra ou vaca, depois é deixado no sol até secar. A partir do momento que ele fica seco, pode ser utilizado para tocar.

na *madina di bas*” (no poço de Gãntenni-bá na madina de baixo) na região de Tombali. Esse é o nome da região onde se deu o início da Guerra de libertação¹⁶.

Na sequência desta fala, ele nos fez uma pequena demonstração cantando um pedaço do trecho da estrofe da música feita pelo seu conjunto na época da guerra de libertação. A música fala sobre a questão da separação entre o poder local (colonizado) e o poder não local (colonizador), o qual abusaria do território de outrem. Segundo ele, o poder local dos Guineenses era mais forte do que o poder dos colonizadores devido à proteção das suas crenças locais (tradicional). Nesta demonstração da superioridade os *djidius* criaram uma metáfora que compara dois peixes tipicamente Guineenses, a *atenha* e a *becuda*¹⁷.

A *Atenha* é considerada como um peixe fraco, com menor resistência, ao passo que a *becuda* é um peixe grande com uma força muito grande considerado como um dos mais forte do mar, comparável com o tubarão. Neste caso a expressão *atenha* foi atribuída aos colonialistas e a *becuda* para o colonizado. Vejamos a seguinte estrofe:

Koro
 Atenha brutu ka na miti ku bekuda
 Atenha brutu ka ta na miti ku bekuda
 Atenha brutu ka na miti ku bekuda
 Atenha brutu ka na miti ku bekuda . (Idem)
 Coro
 Atenha bruto não se compara com bicudo
 Atenha bruto não se compara com bicudo
 Atenha bruto não se compara com bicudo
 Atenha bruto não se compara com bicudo (Idem)

De acordo com a citação pode-se perceber, mais uma vez, a contribuição da música para o plano de resistência cultural e para a comunicação no processo da luta de libertação. O fato interessante da letra na música é utilizada pelos músicos (*djidius*) para animar e convencer os seus combatentes, no sentido de eles se sentirem mais fortes do que os colonizadores. Mas, para além dessa questão da superioridade no plano da resistência, há outro elemento na música que chamou a nossa atenção. A frase “atenha brutu ka ta miti ku bekuda” (atenha bruto não se mete com a bicuda) articula também uma referência implícita à

¹⁶ . Cf. a afirmação de Zé Lopes em crioulo: “ Mbo Npensa i fasi bom pergunta, na misti fala senhor Júlio Afonso Té, na falal kuma era colonial i temba jazz, (Armando Conté : Djazz tem, Djazz temba na era colonial), Djazz ta foradu ba ku kuru di baka, na altura i temba tamburinh. Tamburinh i quadradu, Tamburinh i quadradu, suma manera ku siko i quadradu ma e ta monta kil jazz i ta dobral i tene pedal, pedal , kil pedal ta rodiadu i ta foradu ku kuru di baka então di lá. Kil pedal lá, kil tamburinh ali jazz, kil tamburinu ta pudu suma ora ku tene um fio di karro sim, kila ku ta sta riba di jazz, sta la kolokadu bu na odja? Tudu kim ku na toka kila lá, i tene um tampu ke ta tene pali bas ke ta fika i na sutadu sim : Tirintitin tirintitin tirintitin”. (Zé Lopes, 2015).

¹⁷ São expressões usadas na Guiné-Bissau para diferenciar as duas espécies dos peixes que há no país.

relação entre civilizado e não-civilizado. A palavra “*brutu*” em crioulo é derivada da palavra “bruto” em português. Mas, no contexto em que ela é usada na música, vem carregada da ideia da força bruta associada aos não- civilizados, como já foi demonstrado anteriormente. A brutalidade referida na letra não vinha, evidentemente, apenas da resistência dos combatentes. A brutalidade maior foi promovida pelos colonizadores que não somente insistiram na divisão de classes sociais, mas também numa divisão da população entre civilizados e não-civilizados. Esta ideologia não era aceita pelo líder Amílcar Cabral (1978, p.59) que expressou a sua discordância da seguinte forma: “A nossa luta também é contra a separação de classe que exclui o povo africano de lugares ambientais ao objetivo de separar e obstaculizar todo e qualquer contato social com a população dita civilizada”, o que restringia “99% da população africana a uma condição subumana”.

A maioria das músicas evidencia esta realidade em forma de metáforas, buscando passar informações ao colonizado e incentivando-o a lutar contra essas divisões e contra as imposições colônias.

Então portantu, através di kila ku ta tisi ba kil kantigas di reconciason si bu odja kil kantiga ke ta fala : atenha brutu ka na miti ku bekuda. Só que apesar na altura kil ki krioul di civilizason sim i kata muito distinguidu pabia i temba civilizadu primeiru, civilizadu segundu i civilizadu terseru. AC- Civilizason i era klasse i ka kuma algum era civilizadu i participa (LOPES, 2015).

Então, portanto, através disso, que trazia aquelas canções de reconciliação se você vê aquela canção que fala: atenha bruto não se compara com bicuda. Apesar naquela altura aquele crioulo de civilização não era distinguido, porque tinha uma divisão das pessoas em termo de civilização. Primeira civilização, segundo civilização, terceiro civilização. AC- civilização era classe e não era que alguém é civilizado como vai participar (LOPES, 2015, tradução nossa).

Lopes nos revelou durante a nossa entrevista que os primeiros cantores da luta de libertação que estavam presentes no momento da criação do *Siko* como instrumento da luta (e do qual futuramente se originou também um estilo rítmico era denominado de *Siko*) eram: *Aua Sambo*, Segunda Lopes, Nenê Alves e Apili Gomes. Mas antes do instrumento de *Siko*, Zé nos afirmou que havia um instrumento chamado *Trinta pes*¹⁸. Atualmente é chamado *tankon*. É importante ressaltar aqui o nome *Trinta Pés*, que foi a moeda de trinta pesos portuguesa usada na época da colonização na Guiné-Bissau. Esta moeda era utilizada juntamente com a tampa da panela e os talheres para fazer música. Os músicos pegavam estes

¹⁸ Trinta pesos na época.

utensílios e começavam a tocar e cantar, batendo o talher e a moeda como se fosse baqueta, e a tampa juntamente com o instrumento de *tankon*.¹⁹

Mas Lopes não apenas explicou como era a construção da música. Ele também falou de uma música que retratava a luta armada e a da resistência cultural como um dos primeiros planos para libertação nacional e contra o sistema imperialista colonial. A música, à que ele se referiu, aborda do seguinte tema: mesmo o combatente sendo morto durante a luta, ele deixará o seu nome para sempre como um combatente. Mas a letra traz também uma mensagem para os pais para não chorarem mais, pois o filho é o homem forte e vai enfrentar as batalhas para o bem-estar da nação:

Mas Lopes não apenas explicou como era a construção da música. Ele também falou de uma música que retratava a luta armada e a da resistência cultural como um dos primeiros planos para libertação nacional e contra o sistema imperialista colonial. A música, à que ele se referiu, aborda do seguinte tema; mesmo o combatente sendo morto durante a luta, ele deixará o seu nome para sempre como um combatente. Mas a letra traz também uma mensagem para os pais para não chorarem mais, pois o filho é o homem forte e vai enfrentar as batalhas para o bem-estar da nação:

Koro

Nsibi sertu na muri nobu, nin ki n' muri nobu na fika nomi, nsibi sertu na muri nobu, nin ki n' muri nobu na fika nomi. Bo konta nha pape pa disa tchora ami kulana matchu na bati bala, Bo konta nha mame pa disa tchora ami kulana matchu na bati bala. (Lopes 2015).

Coro

Eu estou ciente que vou morrer jovem, mas mesmo morrendo novo vou deixar nome, Eu estou ciente que vou morrer jovem, mas mesmo morrendo novo vou deixar nome. Fala por meus pais pararem de chorar. Eu sou macho. Vou enfrentar a batalha de fogo batendo as balas.

É claro que, de acordo com a declaração de Lopes, nesta composição da letra, pode-se observar que o conteúdo da composição musical não se distancia muito das ideologias políticas de Amílcar Cabral, sobretudo no que se refere à realidade da defesa da terra.

¹⁹ Cf. as seguintes explicações do Zé Lopes em crioulo Má antes de siko fundado bu odja es tankon ku no tene no ta tchomal ba trinta pes, es tankon branco sim, no ta pul sim, alguim ta toma tampu di kasirola i pui riba di pé i pega kudjer. Alguim ta pega kil takon i sinta ku el i na toka bu na odjam. (ZÉ Lopes, 2015).

Qualquer que seja o lugar onde tenhamos a nossa cabeça, os nossos pés estão fincados no chão da nossa terra, na Guiné e Cabo-Verde, na realidade concreta da nossa terra, que é a coisa principal que pode orientar o trabalho do nosso partido (CABRAL, 1974, P.97).

Voltando à música, não foi por acaso que a letra disse “*Nsibi sertu na muri nobu, nin ki n’ muri nobu na fika nomi*” (Eu sei muito bem que vou morrer novo/jovem, mas mesmo morrendo novo/jovem vou deixar nome). Esta estrofe nos leva a pensar sobre a questão do incentivo das pessoas, através da mensagem da música, para participarem na luta de libertação. Pois mesmo o combatente sabendo que ele poderia morrer na guerra, acreditava que a causa desta morte tinha um objetivo nobre: a libertação do colonialismo. A expressão “*Nin ki muri nobu na fika nomi*” (mas mesmo morrendo novo vou deixar nome) enaltece a morte pela luta da independência. Outra estrofe da música diz o seguinte: “*Bo konta nha pape pa disa tchora ami kulana matchu na bati bala*” (contem os meus pais para deixar de chorar. Sou macho. Vou enfrentar a batalha de fogo batendo as balas).

Nesta parte já se pode perceber que a música procura consolar os pais para eles não se preocuparem com a morte dos filhos, pois este tinha a consciência clara de que poderia morrer.

Questionado sobre a escolha de temas que eram contados durante a luta de libertação, Zé afirmou que a criação da música durante a luta de libertação estava ligada à questão dos guerreiros, guerrilhas e combatentes, que dedicavam suas vidas à luta de libertação. Este tema nos levou a refletir sobre aquelas pessoas que não participavam diretamente na guerra: Como elas viviam? Será que os *djidius* compunham as músicas também para estas populações? Havia também pessoas que viviam em regiões onde não ocorriam a luta armada e essas eram dominadas ainda pelos colonizadores.

Zé Lopes, Carmem Pereira, Francisca Pereira, Zé Manel Fortes, Ernesto Dabo e outras pessoas que entrevistamos afirmaram que das músicas tematizaram a questão da guerra. Praticamente todo mundo estava atento à situação da luta: tanto quem estava na luta quanto quem não estava na guerra. As canções feitas neste contexto da luta traziam a marca da oralidade, como comenta o ex-combatente Ernesto Dabo, músico/*djidius* e um dos protagonistas da música moderna Guineense, atualmente jurista, escritor e músico:

As canções da música foram criadas em função da determinação do que o criador quer transmitir com a sua mensagem de acordo com a realidade do que estava acontecendo no momento, as suas vivências em ação daquilo que foi o plano da luta de libertação nacional de acordo com a sua oralidade (DABO, 2015).

A citação acima de Ernesto Dabo, nos faz refletir sobre a questão da dimensão cultural da luta de libertação nacional presente no pensamento de Cabral. A afirmação pode ser uma explicação da luta emancipação nacional como uma transformação que visa à libertação no sentido amplo do termo. Como afirma Mário de Andrade, a luta de libertação assumia “o valor de um aprendizado da liberdade”.

Ernesto Dabo ainda afirma que a luta de libertação conseguiu o seu objetivo do plano da libertação da Guiné e Cabo-Verde através da difusão da música – como meio de comunicação – que servia como o elo entre o partido e os combatentes. Explorando a tradição oral como instrumento poderoso de difusão de ideias, ideais e também de emoções, a música facilitava a comunicação entre os povos Guineenses, permitindo-lhes compreender melhor o que estava em causa durante a luta de libertação.

A contribuição da música foi extraordinária, porque ajudou as pessoas compreenderem o que estava em causa. O que é Independência, para que a Independência, as razões históricas da luta para Independência né? O que era o colonialismo, porque devia-nos libertar do sistema colonial, do regime colonial né? Também ao mesmo tempo educar as pessoas a entenderem que a luta de libertação nacional era contra o sistema colonial, contra o regime colonial e não contra o povo português, por exemplo, né? E então estes elementos foram transmitidos via canções em vários textos que estão hoje nos nossos arquivos. E daí penso eu que a função essencial das canções nessas alturas foi de difusor das ideias da luta das ideologias do partido e das razões da luta e para que a independência ou porque a independência devia ser conquistada (DABO, 2015).

A contribuição da música lembrada por Dabo e outros é indiscutível. E várias canções promoveram a ideia da conscientização presente nas ideias de Cabral. Todos os músicos realçaram e enalteceram a importância da música durante o processo da luta de libertação. Eles reconhecem a sua função na transmissão da mensagem da luta, que ocorria de forma melódica. Mas, se analisarmos bem, todo o processo da criação musical esteve ligado, de uma ou outra forma, à figura de Cabral: ao seu pensamento, à sua própria vida e aos ideias políticos e culturais que visavam a transformar a relação entre o colonizador e colonizado.

Outra entrevista foi feita à ex-combatente do PAIGC Francisca Pereira. Ela foi líder da juventude africana e presidiu a delegação da juventude do PAIGC para a participação do primeiro festival Cultural de juventude Pan-Africana realizada em 1963 em Túnis, também foi tesoureira da Organização da Juventude Pan-Africana na Argélia em meados de 1964. Francisca era uma das pessoas que faziam parte da juventude da luta Armada. Pereira nos afirmou que a música, para ela, é sinônimo da consolação, pois era através da música que foram abordadas questões como: a luta, o encorajamento, a animação, o divertimento, o agradecimento, as alegrias e tristezas.

Pereira também se recorda do ritmo de *Siko* como a velocidade da guerra, pois no período em que estes instrumentos eram tocados, todos paravam para dançar. Durante a sua declaração se emocionou lembrando-se do falecimento de um dos *Djidius* chamado Dando. Segundo Francisca Pereira, o Dando foi o comandante do grupo que estava instalado no hospital. Depois que terminou a sua missão, seria substituído por outro grupo, mas no momento da sua transferência sofreu um ataque dos portugueses e acabou morrendo no local de ataque. Francisca Pereira só ficou sabendo da morte do seu companheiro em Guiné-Conakri, quando foi chamada para cumprir uma missão do partido, que era participar numa conferência na Argélia. Pereira resumiu a sua recordação do falecido. Dando na seguinte canção:

Dandu, dandu dana nomi
 Nsai di riba até na foronterra
 Nando fala Nino vieira,
 Ho Nando pa i Guia Povo.
 Dando, Dando de nome ousado/ danado
 Sai de cima até na fronteira
 Nando fala para Nino Vieira
 Ho Nando para ele direcionar o povo

Nesta canção, a primeira estrofe, que é Dandu, dandu dana nomi (Dando, Dando de nome ousado), refere-se ao Dando como uma pessoa ousada que sempre dedicou a sua vida à luta pela pátria. Esta música era usada para encorajar e orientar o povo durante a luta. Francisca se limitou a falar somente em duas coisas que para ela são importantes para preservar e manter essa ideologia que sempre foi defendida pelo ex- líder do PAIGC:

- 1) Criar a política cultural do país, preservando a história da música referente à luta armada, assim como a história geral da luta. A fundação cultural dos Antigos Combatentes continua promovendo os encontros culturais nos lugares chamados “zonas libertadas”, onde durante a luta eram realizadas essas manifestações culturais no período da Guerra.
- 2) Criar a autonomia financeira do Partido PAIGC, a fim de ter a sua independência do Estado.

O depoimento da Francisca Pereira nos levou a pensar sobre a dependência financeira do Partido: por quê a situação econômica do PAIGC está ligada ainda ao aparelho do Estado da Guiné-Bissau? E outros Partidos também estão ligados? Será que o poder atual do PAIGC provém ainda da luta anti-colonial? O regime democrático ainda não mudou as relações

políticas? Mas, como não nos cabe aqui analisar a situação da política atual, não daremos continuidade a este assunto e deixamos essa questão para o leitor refletir sobre o fato.

Voltando à nossa questão da contribuição da música, nós procedemos com a nossa entrevista com a ex-combatente do PAIGC, Binto Nanque. Ela foi musicista, enfermeira da luta de libertação, e atualmente é governadora da região de Quinará. A opinião de Binto não se diferencia da de Ernesto Dabo no que se refere à importância da música. Ela afirmou que todas as músicas cantadas durante a luta têm o seu significado devido à conjuntura política que o país estava enfrentando no momento.

Disse Binto (em Crioulo): “*Kada música i tene si Significadu, portantu pa mi tudu i igual*” (toda a música tem seu significado, portanto para mim todas são iguais). Esta afirmação não quer atribuir diferentes valores às diversas músicas. Para ela, o processo da comunicação da música não se limitou a animar ou encorajar os guerrilheiros do PAIGC, mas sim estabeleceu também um ponto de conexão entre o povo guineense e o povo cabo-verdiano.

Binto ainda nos informou que a música era um elemento fundamental para os combatentes, pois a música funcionava como um suporte das estratégias utilizadas por Amílcar Cabral, que tinham como objetivo transmitir informações do partido e inclusive, por vezes, despistar os inimigos. Binto disse que houve uma vez em que Amílcar Cabral estava viajando para participar de uma conferência na Bulgária, em 1971. Quando Cabral entrou no aeroporto de Dakar (Senegal), encontrou um jornalista. Cabral lhe dirigiu os cumprimentos. O jornalista respondeu e o cumprimentou também. Mas no mesmo lugar e horário estavam os mercenários. Quando o jornalista lhe perguntou se ele estava viajando para Conacri, a resposta de Amílcar foi: “Sim, estou pegando o avião para Conacri”. Mas o destino Cabral era, de fato, a Bulgária. Como Amílcar respondeu que estava indo para Conacri, os mercenários foram para Conacri com objetivo de atacar Amílcar e o ex-presidente da Guiné-Conacri, Sekou Touré, pois este era aliado do Cabral; inclusive a base da formação militante do PAIGC estava instalada em Conacri.

Quando os mercenários chegaram a Conacri, não encontraram Cabral e nem Sekou Touré. Foi neste contexto que os alunos da escola de piloto criaram a seguinte letra de música: *Kabral Bai moskovo Seco Turé kila fidju matchu/ Cabral foi para moscovo Seco Turé ele é filho macho*. Confere o texto abaixo:

I tem alguns ku Paulo Satin Kata i fala é mata kabral pa n'ganha guerra, ma kabral gora i k ata muri [...] i utru també ku markan i kil ano di 1971 ku mersionarus bim konacri pa bim taka. Pabia primeru jornalista ku odja Kabral na Dakar. Kabral na bai banan pa Bulgária pa um konferensia. Antau

e odja Kabral falal mantenha i puntal nunde ku na bai konacri? Kabral ruspondil i falal sim na bai Konacri, por enquanto Kabral avion ki na toma i pa bai Bulgária. Antau mersionarus bim pa konacri i ka odja Kabral. Antau no kolegas na internato na Skola pilotu ba Matilde e dicidi kanta musika nunde ke fala: Kabral Bai moskovo Sekou Touré kila fidju matchu (BINTO, 2015).

Tem algumas músicas que Paulo Satin cantou que falam: mataram Cabral para ganhar a guerra, mas Cabral não morreu [...] e outro também que me marcou é aquele do ano 1971 que os mercenários vinham para Conacri para atacar. Mas isso aconteceu quando Cabral estava viajando para conferência em Bulgária, ele encontrou primeiro um jornalista que estava no aeroporto de Dakar. Cabral dirigiu a ele, cumprimentou-o e logo em seguida o jornalista perguntou para Cabral se ele estava viajando para Conacri. A resposta de Cabral foi que sim, ele estava pegando um avião para Conacri, enquanto ele estava indo para Bulgária. Então, mercenários vinham para Conacri para atacar e não encontraram Cabral. Então nossos colegas do Internato da escola de piloto, a Matilde e mais outras pessoas decidiram criar uma música onde cantaram: Cabral foi para moscovo e Sekou Touré ele é filho macho (BINTO, 2015, tradução nossa).

A outra entrevistada Adja Caram Djassi é ex-combatente do PAIGC e foi também enfermeira e cantora na época da luta da libertação. Djassi também concordou com as opiniões dos seus companheiros combatentes destacando o Siko como o elemento principal para a conquista da luta de libertação. Para Adja, o Siko foi o instrumento de incentivo que fez a maioria dos jovens a aderirem a luta armada. Segundo ela, os combatentes que vinham feridos da guerra ao hospital eram recebidos com canções e danças para encorajar os guerrilheiros/as feridos/as.

A maioria dessas canções cantadas para a animação destes combatentes no momento em que estavam sendo medicados, eram letras nas línguas locais. Os próprios líderes da luta eram animados pela música e a maioria deles sempre tinha consigo um músico que os acompanhava nas operações da luta. Este ficava cantando para animar o líder e seus grupos. Isso acontecia em todas as frentes e o estilo predominante destas animações era o da música de Siko.

Anos na hospital no ta risibi ba djintis ku panha na guerra ku musica. Pa kila no misti so testemunha kuma musica na teritoriu libertada/ zona libertada, kila i yara um Nstrumentu animadora di tudu ambienti di Guerra na tudu lugar na metadi di combatente Guerrilheirus ou Guerrilheiras. Pabia utru ora no tene grande dificuldades ku dissinbarkis, assaltus ku operação de grande N´vergadura no camarada ta bai, mas mesmu si no tene baixa. Ora ke na riba bu odja é kanta siko no ta odja elis e tchiga ku kara di tristeza, mas anos logu no ta sibi kuma i tem baixas, ma Siko ta continua kil ambiente animação ta tem Camaradas na barsa N´gutru tudu ta torna suma nada ka tem. Siko foi um elimentu muito importanti durante onzi anus na metade de camaradas. Propri Comandantes de Guerra é ta bai di um ladu pa utru, mas sempre é ta apoiadu ku Son di Siko, koras na kanta tudu pa da elis força. (Djassi, 2015).

Nós no hospital recebíamos as pessoas - que tinham sido feridas na guerra - com a música. Para isso, queremos só testemunhar que a música nos territórios libertados ou nas zonas libertadas, era um instrumento animador de todo ambiente da guerra em todo lugar no meio dos combatentes guerrilheiros e guerrilheiras, isso porque às vezes tínhamos as dificuldades nos desembarques, assaltos e ataques de operações de grande envergaduras que os nossos camaradas iam. Mas mesmo tendo a baixa, quando voltava do ataque você sentia os gritos deles cantando *Siko*. No entanto a gente percebia nos rostos deles a tristeza, mas continuavam cantando, mas a gente percebia que tinha baixa. E *siko* continuava sendo tocado em ambiente de animação entre os camaradas. Neste ambiente, cada um abraçando um ao outro e tudo parecia que não tinha acontecido nada. *Siko* foi um elemento muito importante durante onze anos no meio dos camaradas. Os próprios comandantes de guerra iam de um lado para o outro, mas sempre eram apoiados com *siko* e coras, tudo era cantado para animar-lhes e darem-lhes a força (Djassi, 2015, tradução nossa).

Todas as falas dos nossos entrevistados afirmaram que a música teve um papel importante na luta de libertação. Adja, além de realçar a importância da música, também nos revelou a sua indignação com a perseguição que alguns membros fundadores deste estilo tiveram, ao enfrentarem líderes do partido, por ocasião das suas reuniões dedicadas a manifestações culturais ou por questões de controle da força de ordem política.

Como exemplo temos a atitude de Amílcar Cabral e de mais alguns dos seus colegas dirigentes do Partido em uma época na qual eles ficaram preocupados com a evolução e o impacto que o *Siko* estava tendo no meio de guerrilheiros. Isso porque, quando se tocava *Siko*, a atenção de todos ficava voltada para a dança e para o canto. Ninguém conseguia fazer mais nada, senão prestar atenção às mensagens e aos ritmos transmitidos pelos *Djidius* de *Siko*. Neste sentido, os líderes do partido começaram a impedir que as pessoas se reunissem para realizar as suas atividades culturais a não ser nas horas livres da batalha, alegando que muitos deles estavam se distraíndo. Mas, podemos questionar este ato dos líderes do PAIGC, de mandar parar as manifestações de *Siko*, pois perguntamo-nos se seria, de fato, a música que atrapalhava a luta? Não havia, por trás desta atitude, talvez o medo de que pudesse surgir outro líder nestas manifestações culturais? Esta atitude não contradizia aos ideais de Cabral que diziam que a luta deveria basear-se na defesa da cultura local? Será que o objetivo dos líderes era o de acabar com a manifestação cultural de *Siko*? Em todo caso, isso não contrapõe à ideia da ação da cultura na luta de Libertação? Apesar das preocupações dos líderes parecerem ter se preocupado com a questão da nação, no sentido do povo não se distrair e sofrer ataque do inimigo, também se reflete uma preocupação deles em relação à

execução e manutenção do poder, no sentido de não perder o controle sobre as manifestações culturais e não deixá-las escapar do conhecimento dos líderes do partido.

Mas, segundo Adja, os líderes enviados por Amílcar Cabral para fazer parar as manifestações culturais nas zonas libertadas, onde o povo tocava e dançava, começavam a dançar antes de eles chegarem ao local. E, quando chegavam ao local, rapidamente se enturmavam com o povo na manifestação e acabavam se esquecendo de cumprir suas missões. Djassi disse que o *Siko* era mais um elemento que vinha somar na questão cultural do povo Guineense, pois este é caracterizado culturalmente pela oralidade e também pelas danças e cantos. Os líderes enviados para encerrar as manifestações eram João Bernardo Vieira, Aristides, Osvaldo Vieira, Mario Cabral, Luiz Cabral e outros. Entretanto, na resistência ocorrida no momento, eles acabavam simpatizando com o povo. Para Adja, a atitude de Cabral neste aspecto lhe surpreendeu:

Cabral bu fala povo sim cultura i ka povo. I luta dí libertason sta na basi di Kultura. Entau i es ku no na fasi (ADJA, 2015).

Cabral, o senhor disse que um povo sem cultura não é povo. E que a luta de libertação é a base da cultura. Então é isso que estamos fazendo (ADJA, 2015, tradução nossa).

Djassi, apesar de entender a preocupação dos líderes do partido na época, também usou estas mesmas palavras de Amílcar para referir-se às ações culturais da luta de libertação e, assim, contradizê-lo com intuito de despertar as atenções dos líderes sobre as suas imposições que estavam postas nos grupos culturais, como por exemplo, parar de tocar o *siko* sem a ordem do partido. Essa situação deixou Adja indignada com os líderes. Segundo ela, não seria possível parar um elemento que era a peça fundamental de luta, apenas alegando que poderiam ocorrer distrações que ocasionariam ataques de inimigos.

De fato, podemos compreender o significado desse discurso sobre a questão da cultura, apenas levando em consideração o contexto específico da descolonização e as mudanças nas condições sociais que a luta de libertação comprovava. Isso porque Cabral insistia na necessidade da unidade e luta também no processo da resistência cultural do povo guineense e cabo-verdiano.

A cultura é considerada de um ponto de vista político e como um instrumento de renovação da vida social e individual, na medida em que permite a “compreensão e integração do seu meio [do indivíduo], a identificação com os problemas de modificação no sentido do progresso”. Da mesma, a cultura aparece como um fator indispensável do movimento de libertação nacional enquanto sua função consistia, sobretudo, em promover, por meio da educação e mobilização para a luta, a participação do povo na cultura política, com o objetivo de posicioná-lo como protagonista das melhorias de suas próprias condições de vida e, assim, inverter a ordem imposta pelos colonizadores (VILLEN, 2013, p.73).

De acordo com esta situação pode-se afirmar que a realidade da Guiné-Bissau não foi diferente sobre a participação do povo na mobilização para luta, especialmente a mobilização realizada através da música como um instrumento fundamental para a transmissão de mensagens inspiradoras. Sabemos que a música não foi o único instrumento utilizado no processo de mobilização, mas também há outros fatores como o caso da língua, mídia e demais elementos que tiveram influência sobre a mobilização do povo para participar ativamente na luta, a fim de alcançar o objetivo do projeto político-cultural desenhado pelos líderes do PAIGC, para a obtenção da Independência.

3.6 A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DA MÚSICA NA LUTA

A Guiné-Bissau é um país multicultural e multilinguístico. A questão da língua é um fenômeno muito importante na sociedade guineense, como afirmamos no início do nosso trabalho. Ambos os pontos foram desafiadores para Amílcar Cabral, na unificação deste povo, partindo das suas diferenças étnicas, linguísticas e culturais. No plano linguístico, houve um enfrentamento forte para escolher qual seria a língua que deveria ser utilizada dentro destas sociedades em que a variedade cultural é vasta.

Todavia, devemos considerar também que o crioulo era somente uma das línguas faladas na Guiné-Bissau e que a preferência dessa língua consiste na base do uso da língua portuguesa. Levando em consideração as outras línguas nativas, ou melhor, as africanas, poderíamos questionar também o porquê da escolha do português como a língua oficial do país e por que o governo do partido PAIGC escolheu a língua do colonizador como língua das campanhas de comunicação e alfabetização. Isso era justificado, por Amílcar Cabral, pela possibilidade de uma ampla comunicação com os demais países e também pelo fato de que já ocorria um programa de alfabetização em língua portuguesa nas "escolas-piloto", criadas durante a luta de libertação, na primeira metade da década de 1960.

Mas queremos deixar claro que não vamos falar sobre a alfabetização, mas sim estamos mostrando como foi a trajetória do uso da língua e a maneira como este foi pensado nos projetos políticos de Amílcar Cabral, em termos de educação e na formação do partido, além da luta pela Independência baseada na unidade nacional. Essa escolha se deu possivelmente por uma série de questões com muitos exercícios. A luta por unidade, lema do próprio partido, como foi visto acima, tornava quase impossível a escolha de uma das línguas

nativas africanas faladas no país. Segundo Lissa Nafaiol, ex-combatente do PAIGC, Cabral não queria privilegiar uma língua de um determinado grupo étnico, excluindo outras línguas nativas. Outra preocupação era a respeito das grafias destas línguas, até mesmo em relação ao crioulo.

Kabral ka misti ba kudji um língua Suma: mandjaku, pepel ou balanta pabia kume ki na fasi ba também ku Fula, Mandinga, Bidjugu?/ Cabral não queria escolher uma língua como: manjaco, papel ou balanta, o que ele iria fazer com as outras línguas, por exemplo: fula, mandiga, bijagós? (LISSA, 2015).

Por este motivo, pode-se entender as possíveis razões dos conflitos provocados com os outros grupos étnicos. O crioulo, como o próprio Freire percebia, não passava de uma outra língua estrangeira para os guineenses, assim como era o português. Este, como língua oficial, poderia facilitar uma série de questões no processo de construção da República da Guiné-Bissau. Cabral esperava, tendo o Brasil como exemplo, manter boas relações com o povo português. Essa proximidade, que também tem relação com a própria história dos dois países nos últimos séculos, poderia contribuir para a obtenção de apoio nas diversas áreas, como na economia, saúde, educação cultura etc., que seria importante para a construção de um Estado que pudesse oferecer melhores condições de vida para a população guineense. Além disso, a quantidade de recursos financeiros necessários para a tradução de livros, cartilhas e todos os demais materiais educativos para o crioulo seria enorme. Certamente a questão do idioma escolhido para a alfabetização representou uma profunda contradição e pode ser ainda um interessante objeto de discussão e debate. O fato como dissemos no início do artigo é que, somente cerca de 42,4% da população é alfabetizada atualmente. Antes de 1974 o analfabetismo alcançava 90% da população.

Nos círculos de cultura tornou-se evidente que os progressos em português, que era a língua oficial do país e das suas escolas, como língua do programa de alfabetização eram extremamente lentos. Esta lentidão deixava claro que o português era completamente alheio às práticas sociais diárias do vilarejo. Os vilarejos não conheciam o português, mesmo na sua forma oral. Os grupos étnicos falam sua língua nativa africana e muitas pessoas, mas não todas, falam crioulo. Esta língua, uma forma de dialeto derivado do português e enriquecido pelas linguagens tradicionais africanas, tornou-se difundida na Guiné-Bissau durante a luta de libertação nacional, quando, justamente, assumiu o papel de língua oral entre os grupos étnicos. Por isso, hoje é considerada a língua nacional do país. Para os camponeses, por outro lado, é meramente uma língua estrangeira que não conhecem (*apud* IDAC, 1979: 42).

Ernesto afirma que a língua crioulo é nacional e não étnica, pois ela uniu as pessoas de diferentes grupos e permitiu que a comunicação entre esses grupos se tornasse compreensível.

Dabo adianta ainda que o crioulo é falado em todo o território Guineense e sempre foi dominante nas camadas superiores da sociedade em relação às outras línguas nativas e através dela se veiculam os fenômenos da cultura.

O crioulo sempre foi dominante na escala da sociedade Guineense, porque é a língua falada por todos, não é uma língua étnica, é uma língua da nação guineense no seu conjunto, Global. Aquilo que vocês chamam de língua étnica, nós chamamos de língua nacional. São vários grupos que constituem a nossa sociedade, tem uma língua por qual veicula sua cultura e dentro destes veículos a Canção. Por exemplo, em macanhe, em pepel, em balanta, em mandinga, em fula, em bijagó, em biafada, em nula. Sei lá, em qualquer uma dessas línguas cantou-se a luta de libertação, não é? E cada um canta melhor e cria melhor na língua que lhe domina. O crioulo pertence a todos, sim, senhor, mas a língua materna da maioria das pessoas é específica, é do grupo étnico. Eu não gosto muito deste termo, a quem pertence né? (DABO, 2015).

Segundo a afirmação de Ernesto, podemos pensar: Será que o crioulo nesta época era falado em todo território nacional como ele afirma nesta citação? Esta é uma afirmação que contradiz às palavras de Lissa Na Fayol, que afirma o crioulo e o português foram privilegiados em várias ocasiões pelos líderes do partido e não eram falados apenas uma minoria da população. Porém, não era todo mundo que conseguia falar fluentemente essas duas línguas, apesar do crioulo ser a língua nacional, não era falado por muitos guineenses; sobretudo os indivíduos do campo não o dominavam. O crioulo é uma língua que nasceu durante o período da colonização e era falado mais pelos cabo-verdianos, guineenses das zonas urbanas e por alguns estudantes que estudaram na Europa. Como diz Lissa Na Fayol:

Anós na Tempu di Guerra Manga di Djintis Ka obi Kriol nin Portuguis. Anos ku sta ba na Interior no bim aprendi nan Portuguis na luta. Pabia kriol ta Papiado ba mas pa Cabo-Verdianos ku Guineensis ku staba na Prasa ou kilis ku bai ba studa fora (LISSA, 2015).

Na época da guerra muita gente não entendia crioulo nem português. Nós que éramos do campo aprendemos crioulo e português na luta. Porque crioulo era falado mais por Cabo-verdianos e alguns guineenses que estava na capital ou aqueles que tinham acabado de chegar dos seus estudos fora do país (LISSA, 2015, tradução nossa).

Com essa afirmação de Lissa, pode-se perceber que durante o processo da luta muitas pessoas não sabiam falar o crioulo, pois a maioria que conseguia se comunicar nessa língua era oriunda das zonas urbanas, filhos dos servidores dos Portugueses (assimilados), como era o caso do próprio Amílcar Cabral, além de outras pessoas que tinham este privilégio por parte dos colonizadores e aqueles que conseguiam estudar fora do país. As pessoas que vinham do campo não sabiam se comunicar em crioulo, dominavam somente suas línguas nativas. Aprender crioulo, para eles, foi um processo primordial de aprendizado nos momentos de

luta. Após isso, começaram a aprender o português no processo da alfabetização durante a luta e também depois da independência, inclusive, havia uma separação dos cargos destas pessoas de acordo com o domínio linguístico que cada uma tinha. Este fato não passaria de uma divisão de classe, afirma Zé Lopes em crioulo²⁰.

A divisão linguística existia em todas as partes. O discurso dos líderes não era visto com bons olhos pelos outros combatentes, pois havia algumas pessoas que se beneficiaram disso, por exemplo, os Cabo-Verdianos. A maioria deles era mais privilegiada, pois já possuía mais escolaridade. Muitos já sabiam falar e escrever o português e o crioulo, inclusive em Cabo-Verde onde o crioulo é, de fato, a língua-mãe de toda a população. Uma situação que é contrária à realidade da Guiné-Bissau, pois o país sempre teve mais de trinta e duas línguas, as quais, como proferimos anteriormente, são originadas dos seus grupos étnicos, exceto o crioulo que é a mistura das línguas nativas com a língua portuguesa.

Portanto, pode-se observar o processo de contribuição da língua na criação musical durante a luta da libertação, apesar de ter desempenhado um papel importante na comunicação através das mensagens cantadas em diferentes línguas. A escolha do uso das línguas (português, crioulo ou umas das línguas nativas) tinha também um peso político e marcava a convivência entre os grupos urbanos e os grupos rurais. Estes faziam a música de forma mais tradicional, enquanto os jovens urbanos acabaram por decidir mais tarde fazer a música de uma forma mais moderna. Eles fundiam os ritmos tradicionais com os ritmos modernos instrumentalizados na fundação de alguns grupos anteriores à Independência. Tem-se como exemplo, o Grupo Cobiana Djazz, Mamadjombo, Nkassa Kobra e outros grupos.

Olha, a primeira Banda que se estrutura e que começa a atuar por consequência da luta de libertação nacional é a banda Cobiana Djazz. A ela se deve, digamos, um passo qualitativo na música da Guiné-Bissau em termos estruturais e de exercício da música e da sua execução. A primeira estrutura foi com Jovens do centro urbano na capital, que é Bissau, e introduz o crioulo de uma nova forma, quer dizer, os textos das canções passaram a ser letras de cunho teórico poético ou então letras estruturadas para canções. Essas canções foram executadas com instrumentos modernos

²⁰ Tempu de luta i era divison di Klase, li na tchon Bidjugu dentru di es Bissau, Es Bissau ku odja sim Civilizason i era klasse, suma ki temba primeiru gurnet, segundu gurnet, kila tudu i kusas ku tem ba na era colonial, tudu kusas staba difinidu i hora ku sedu kantadur bu tem ku sibi kal ku bu tarbadju. Por exemplu I ami nka kontenti ku bo na norma ka na bai fala muniru ah muniru sedu ngratu pa mi kil kusa sim. Pa ofindiu i ora ku ami ofindiu kuma ku na bim fasim pergunta, kuma ku pudi bim papia ku mi, bu kana tene koragem. Em vez di bu rekupera bu ideia na altura bu ta rekupera son purbulema di kuma, através de utru bu amigu manera di bim papia ku mim. Ma ora ku na papia ku mi no kapaz di ka bim tchiga na um Ntindimentu porque bu djunna badja bu risibi badja informason erradu kila ku leba kultura di anterior i tene manga di diferença ku atual kultura ku no na vivi. (ZE LOPES, 2015).

como as violas elétricas, baterias, instrumento de sopro e assim por diante. Foi esse grupo de Cobiana Djazz que teve privilégio de participar na fundação junto com José Carlos Schwarz, Aliu Bari, Duco Castro Fernandes, Mamadu Ba Samake e Rui David. Essa foi a primeira banda moderna da música da Guiné-Bissau. Portanto, quando essa banda surge e grava com elementos de aparelho rudimentares, um gravador de fita cassete, por exemplo, suas primeiras canções e essas canções começam a ser difundidas pela rádio, tiveram um papel extraordinário, motivando muitos jovens dos centros urbanos a irem para frente da Guerra. Levou a difusão dos objetivos da luta à escala mundial, porque essas gravações começaram a circular dentro e fora da Guiné e a rádio da libertação conseguiu receber as gravações de Cobiana Djazz, graças à estrutura clandestina do Partido em Bissau. E assim, conseguimos dar outra dimensão à difusão da luta graças à nova dimensão que o Cobiana Djazz trás à evolução da Cultura Musical na Guiné-Bissau (DABO, 2015).

Pode-se perceber que a partir da criação destes grupos, surge uma nova fase da música Guineense que é a da música moderna originada nas músicas tradicionais Guineenses, como por exemplo, Siko, Mgumbe, Tina, Kora, Kunsundé, kansaré, Singã e outros estilos. Muitos deles eram cantados durante a luta e também nas cerimônias tradicionais, como em casamentos, reinados, colheitas, ronias (rituais oraculares e de cura que envolvem incorporação de espíritos) .

Compreende-se que o discurso de Dabo está ligado à questão da modernização, ou melhor, à questão da internacionalização, que era uma das ideologias do partido, tendo a sua forma de articulação desempenhada pelo seu líder. Neste sentido, Kabiana Djazz tinha o sonho de proceder com a difusão da música moderna Guineense, tirando a forma como era difundida anteriormente no território nacional.

Para que isso fosse possível, Dabo e seus colegas perceberam que era preciso colocar as suas experiências vivenciadas através de outras realidades culturais que eles tinham vivido fora do país (Europa e América). Como Jose Carlos Schwarz e Duco Fernandes, que na época já foram escolarizados e que já tinham contatos com outras realidades culturais e com várias correntes musicais. A facilidade da comunicação que eles tinham com línguas estrangeiras permitia que eles tivessem intercâmbios culturais e conhecessem um pouco sobre outras composições musicais. Dabo e Schwarz decidiram transportar esse modelo de trabalho para o processo musical na Guiné-Bissau. Foi a partir deste momento que surgiu a ideia da criação do grupo Cobiana Djazz em meados de 1971. O dia 02 de janeiro de 1972 foi considerado oficialmente a data de criação do grupo numa apresentação realizada no Club de UDIB, que abriria uma nova fase da passagem da música tradicional Guineense para a música

moderna, onde as canções da luta (tradicionais) foram transformadas em canção de ação vitoriosa, com o estilo moderno.

Naturalmente, como éramos jovens do centro urbanos, alguns com as vivências fora do país, como o caso de Jose Carlos e o meu, e nós conhecíamos várias correntes musicais, na época a sol music, Pop Music e a nível interno da África havia já grandes orquestras que já estavam fazendo grandes obras conhecidas por todo lado como é o bembéia Djazz nacional de Guiné-Conacri e várias outras influências que cada um de nós foi observando como pode de acordo com o lugar onde estava. E então, quando passamos a fase de criadores e compositores, essas influências entraram na criação. Mas fizemos questão de ter como Matriz da nossa criação o folclore musical da Guiné-Bissau, e a partir disso, manter as características nacionais de base da cultura musical Guineense e abrimo-nos ao mundo aceitando todo tipo de sonoridade que pudesse contribuir na valorização da nossa música popular e do nosso folclore. Então, o Cobiaa começou tocar com instrumentos modernos da época, como as guitarras elétricas, cantando em Crioulo da Guiné e os textos cantados eram dos poetas Guineenses. Por exemplo, a primeira obra que é uma obra fundamental na historia da Guiné é um poema do nosso poeta nacional, eu creio que escreveu em crioulo e em Português, um poema intitulado: *Mindjeris di panu Pretu /mulheres do pano preto*, então essa obra é como se fosse o segundo hino nacional e foi musicada por Jose Carlos Schwarz que é um dos maiores ícones da nossa cultura musical. Portanto, houve aqui uma parceria extraordinária entre um poeta extraordinário, um compositor, um músico e um intérprete extraordinário que é José Carlos, que criaram este mindjer de pano preto e depois ao nível do grupo Cobiaa Djazz trabalhamos essa canção e a registramos. Hoje, é uma das obras incontornáveis na história da música da Guiné-Bissau. E já há várias versões que estão se repetindo e dando a força ao simbolismo da canção (DABO, 2015).

Mais uma vez podemos perceber que o crioulo era também privilegiado em relação às outras línguas nativas e que as pessoas que definiam o direcionamento de certas ações políticas e culturais foram as pessoas das zonas urbanas que tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas na época. Mesmo assim, a cultura oral tinha mais força, como todos os entrevistados constataram, e havia certa resistência entre alguns de criar grupos para usar e disseminar o crioulo na música moderna.

Já Zé Manel Fortes, do grupo Mamadjombo, afirmou que a era da luta tinha uma influência forte da música tradicional, já na época que antecedia ao fim da luta de libertação, sobretudo os anos de 1972 a 1980. Esse período foi marcado por uma rivalidade entre os grupos musicais que produziam estilos da música moderna. Este fato desconcertou mais uma vez a ideologia da unidade e luta preconizada por Amílcar. A incorporação da música moderna por alguns grupos no seu repertório pôs em xeque o espírito de união e fez surgir disputas e conflitos.

Os diferentes membros dos grupos queriam fazer inovações musicais incorporando influências estrangeiras, mas sempre voltadas para a questão da luta. Portanto, as disputas

internas aumentaram nessa fase. Os líderes dos grupos musicais competiam entre si, pois todos queriam revelar suas qualidades. Manel deu um exemplo do seu próprio grupo chamado Mamadjombo. Antigamente chamado de Sete Guinéus, passou a ser Mamadjombo só com a entrada de Medina no Festival Organizado pelos portugueses em 1972 no Estado Nacional Lino Correia e o grupo saiu como vencedor do Festival.

Segundo Zé Manel, Mamadjombo enfrentou uma barreira grande, depois da independência, pois a população da zona urbana passou a valorizar mais o estilo da música moderna do que a música tradicional. A maior parte da população da zona urbana se expressava em crioulo e a maior parte das músicas de Cobiana Djazz seguia essa orientação linguística. Então, neste sentido, a ideologia de muitas pessoas mudou no que diz respeito ao conceito da música tradicional, dada a influência do Cobiana Djazz e dos elementos que faziam parte do Grupo. Os membros de Cobiana Djazz eram os maiores ícones da música guineense: Aliu Bari, que era uma figura de destaque da música tradicional; Jose Carlos e Ernesto Dabo, ambos influenciados fortemente música moderna. Então Cobiana já tinha modernizado o estilo da música tradicional guineense e as pessoas acabaram se acostumando com este novo estilo dos ritmos modernos que eles tocavam. Já o Mamadjombo continuava persistindo nas suas canções, usando o crioulo e outras línguas nativas e tocando o ritmo tradicional: tocavam os ritmos e os estilos Tina, Siko, Singã, Mgumbé que eram tocados durante e depois da libertação. Mas, havia pouca aceitação nas zonas urbanas, pois quando eles iam tocar nos lugares como Club UDIB – União Desportiva de Bissau, (um dos clubes mais reconhecido na época em Bissau onde eram realizados os maiores encontros de atividades culturais no período antes e depois de independência), Mamadjombo não conseguia receber um público maior ou igual ao do grupo Cobiana Djazz e Nkassa Kobra, que lotavam o clube quando faziam show. Estes dois últimos grupos tinham muita aceitação na população da zona urbana que considerava o estilo das músicas de Cobiana como estilo propício para a dança, ao passo que o estilo do Mamadjombo era usado para realizações de cerimônias, rituais tradicionais. A reação da população demonstra que, ao contrario da valorização da cultura local propagada pelos líderes do PAIGC, uma boa parte da população Urbana estava valorizando os estilos musicais que apresentavam fortes influências estrangeiras. O Mamadjombo continuava assumindo uma postura tradicionalista e levou um bom tempo até que

se tornasse reconhecido; pois muita gente dizia que a música de Mamadjombo não que era música para dançar²¹.

Já Ramiro Naka de Grupo N'kassa Kobra destaca a fase que antecede a independência como uma fase de grande tumulto, pois a disputa pelo poder aumentou em todas as áreas, tanto na política, quanto nas questões de língua, cultura, econômica, educação e na área social. Em seguida muitos grupos começaram a se distanciar da ideologia da unidade nacional fundamentada por Cabral. Naka ainda adianta que, na sua maneira de ver, os líderes do PAIGC pareciam ter perdido seus objetivos traçados no início da Guerra, e no meio desta perda de controle originou-se uma divisão que foi instigada pelo colonialista e por alguns membros do Partido que culminou no assassinato de Amílcar Cabral em 20 de Janeiro de 1973, na República de Guiné-Conacri.

Segundo Naka, a morte de Amílcar Cabral promoveu mais uma vez um auge da música Guineense. Os *Djidius* (cantores) das músicas tradicionais e modernas levantaram mais vez a bandeira da unidade nacional; um dos estilos musicais foi o *sikó* que aparece, por exemplo, na canção de Paulo Santim: *E mata Kabral e pensa e na N'ganha guerra, mas no ka na seta pabia kabral ka muri /mataram Cabral achando que vão ganhar a guerra, não vamos aceitar, porque Cabral não morreu.*

Naka disse que essa canção servia para instigar as pessoas que ainda eram adeptos da ideologia de Amílcar Cabral. Incentivava as pessoas a continuarem a defender a terra e valorizar as músicas nacionais, não as músicas estrangeiras. A ideia era não rejeitar as músicas estrangeiras, mas o momento que o país estava passando requeria valorizar das músicas locais, principalmente daquelas cantadas em línguas nativas, não só em crioulo. A

²¹ Cf. seguinte afirmação de Zé Manel em crioulo: Kontra no na bai pa festival na Kampu Lino Correia ku Medina suma chefe di Grupo logu i dicidei kria junto ku Herculano kil N'dikativu “Mamadjombo Mamadjombo”, a partir des N'dikativu ku i sai nomi Mamadjombo no gosta logu i fika assim i anos ku ganha kil festival. Mas i pui nonomi di Mamadjombo pabia si mama tene yaram ku nomi di Mamadjombo. [...] dipus di independência Atchutchi bim, pabia no obi kuma i alguim ku tene talentu i tene um manera di toka diferente i ta toka ku kuaru dedu, nunka no odja alguim k uta toka ku kuaru dedu. Então no kunsu na papia di kuma i tem alguim ku bim i tene musica tchiu, musicas bonitu, musicas di terra. Então Atchutchi bim ter ku nos, mas i pui tam si kondison si na entra na grupo i tem ku sedu chefi, i el i tene badja um ideologia di politica bem avansadu, anos no ka sibiba nada so toka son. Pabia no ka tene ba um visão forti di política suma el i Medina i era bom Tokadur, mas só na toka ki kaba nel, i anos no pirsisa b adi alguim ku leba mamadjombo diante. Logu ku vinda di Atchutchi djiintis ka ta bim ba no show e fala no ka ta toka musicas di badju, kuma no ta toka son ba :Tina, musicas tradicionais, musica di kau di tchur musicas ku ta tokadu até aos ma na kil tempu konjuntu ku ta konsideradu ba i Kassa Kobra e Cobiana Djazz kuma i kuma i konjuntu di badja pa funguli pé. (MANEL, 2015).

mensagem era a de encorajar os guerrilheiros. Em anexo mostraremos as imagens do Ramiro Naka com instrumentos de tradicionais.

Ramiro Naka ainda afirma que o Crioulo é uma língua que ganhou mais força na luta. Tanto o crioulo como o português eram ensinados pelos líderes. Naka disse que a insistência do Grupo Mamadjombo de cantar as canções tradicionais foi importante naquela altura, pois o grupo também fazia a mistura entre o crioulo e outras línguas locais que visava atingir tanto Guineenses quanto cabo-verdianos, tentando superar a hierarquização entre eles.

Ami di opinion di música tradicional, anos no tem ku sibi ke ku no misti pa no terra, pabia na luta no faladu pa pega na kil ki di nos pa no pudi ganha no terra. Então no tem ku toka música di no terra na no línguas pa povo intindi e badja pa mostra si kontentamentu pa kil ku no luta pa rel, pabia i assim ki kunsu i assim ku tem ku kaba sim divison di klasse (NAKA, 2015).

Neste sentido convém trazer a citação do líder Amílcar, para mostrar mais uma vez como o discurso dele tinha influência sobre concepções das pessoas no diz respeito à questão da luta armada.

Muitos não questionavam quem orquestrou essa divisão entre cabo-verdianos e guineenses, pois foi o próprio Cabral (que vivia tanto na Guiné e em Cabo-Verde) quem estava na frente da luta. Nesta altura, a maioria dos líderes do Partido só falava o português e o crioulo. Não tinha o domínio das línguas nativas locais. Por exemplo, não há nenhum registro que afirma que o próprio Cabral sabia falar alguma língua nativa. Sabe-se que ele falava crioulo, português, francês e inglês.

Em seus discursos mesmo para as populações locais, parece-nos que ele não usava línguas étnicas apesar de ele ter valorizado nos seus projetos políticos tradições culturais e linguísticas nativas. Tal atitude parece-nos reflete a sua socialização num meio da elite locais e as influências que ele trouxe da Europa. Em muitos países onde se deu a revolução pela independência, a importância dada à intelectualidade era muito forte (cf. o termo “intelectuais africanos”); pois os intelectuais eram, de fato, responsáveis, em boa medida, pelas mobilizações políticas na época.

O resultado desta atitude foi privilegiar jovens que viviam nas zonas urbanas para obterem uma formação técnica fora do país, enquanto os jovens da zona rural estavam sendo alfabetizados em português. Os jovens que foram fazer a formação no exterior não tinham muitas escolhas; a maioria seria formada em serviços militares a fim de atender às exigências da guerra. E a antiga União Soviética era aliada na formação das pessoas na época, devido ao sistema do comunismo adotado por esses partidos.

Mas se observamos bem, como eram feitas as opções destas pessoas? Tentamos conseguir uma resposta da fundação Amílcar Cabral em Cabo-Verde, do presidente da fundação e ex-membro fundador do PAIGC, o comandante Pedro Pires sendo o nosso contato com a Fundação Iva Lopes Cabral, a filha de Amílcar Cabral. Mas não tivemos a resposta da parte da instituição, que alegou que a nossa pesquisa está voltada à questão da música e mídia. O presidente não saberia falar muito a respeito deste assunto e nos indicou entrar em contato com o Ernesto Dabo. Na ocasião já estávamos em contato com ele. Mas este também se limitou a falar só em música e no rádio da libertação. Parecia-nos que alguns procedimentos privilegiavam determinados grupos e indivíduos, reforçando, desta forma, uma divisão de classe. Pois as pessoas que foram chamadas para compor a liderança do partido foram as pessoas das zonas urbanas. Mas Cabral argumentava que era preciso que alguém sábio, de maturidade e com a estratégia conduzisse e orientasse o povo para a luta e que a luta do partido não era a luta de classe, mas sim a luta pela independência. E em vários momentos o líder questionava o povo de seguinte maneira: “A nossa luta é fundamentalmente uma luta de libertação nacional ou uma luta de classe?”. Mas, ao fazer a pergunta para os guerrilheiros(as), o próprio Cabral a respondia dizendo que:

A luta de anticolonial é sobretudo uma luta de libertação nacional para a conquista da soberania política e econômica e, por essa razão, devia assumir uma perspectiva de um todo sem divisão de classe, ou seja, “a nação considerada em conjunto como uma classe” que bate contra a classe burguesa do país opressor: “É impossível, no nosso contexto colonial, que uma só força social possa levar a fim a luta contra o colonialismo, porque isso exige a realização de uma efetiva unidade Nacional” (CABRAL, 1971, p. 151).

Com essa ideologia da Unidade nacional, Cabral foi insistindo neste discurso que, para a luta da libertação ter êxito, era necessário recorrer aos modelos europeus, integrando-os nas estratégias do partido para luta de libertação. Um dos modelos disso foi a criação da Rádio da Libertação, sobre a qual falaremos logo. Mas é importante mostrar aqui que a criação da rádio foi um plano que se baseou na questão da oralidade, pois muitas pessoas não foram alfabetizadas e o processo da comunicação oral era mais difundido do que a escrita. Então a rádio e a música eram o caminho mais propício para fazer a comunicação e permitia maior facilidade na transmissão das mensagens do partido.

3.7 A IMPORTANCIA DA MIDIA NA LUTA LIBERTAÇÃO

A rádio libertação, segundo os depoimentos dos ex-combatentes do Partido libertador, foi um instrumento de grande importância no processo da luta armada. E, na nossa percepção, não se pode falar da rádio libertação sem falar na música, pois ambos eram fundamentais para a difusão e a transmissão das mensagens da luta.

Sabemos que existem várias formas de comunicação, em determinado grupo da sociedade: há diferentes códigos linguísticos, imagens, ou mesmo vias de comunicação: algumas são locais, outras são formas de comunicação de massas, como o caso da internet, TV, Rádio, Jornal.

Mas o PAIGC privilegiou a música e o rádio. O líder optou por estes dois instrumentos para enfrentar o processo da unificação dos dois povos a aderirem à luta a fim de enfrentar o colonialista português. Mas Amílcar sabia que não seria fácil atingir todas as pessoas através dos discursos que ele realizava nas reuniões com as pessoas por onde ele passava para falar sobre a mobilização da luta armada.

Carmem Pereira, guineense e ex-combatente do PAIGC, posteriormente primeira presidente da Guiné, afirmou que as primeiras experiências da rádio aconteceram em 1964. As primeiras pessoas que começaram a trabalhar na rádio foram dois casais: o cabo-verdiano José Araújo, ex-dirigente do PAIGC e responsável pela área de informação, e a sua esposa Amélia de Araújo, angolana de origem cabo-verdiana. Amélia foi a locutora mais conhecida da rádio. Seu apelido era “Maria Turra”, por causa do trabalho que desempenhava nos microfones da Rádio libertação. É importante realçar aqui que “Turra” foi a expressão usada pelos portugueses para designar os guerrilheiros(as) independentistas. Araújo era a locutora das emissões em português e era uma das principais vozes do partido na rádio em Conacri. Ela era responsável para anunciar todos os textos de Amílcar Cabral que denunciava a ação da “política enganosa dos colonialistas portugueses”.

Claro que nas primeiras emissões da rádio em 1964, não havia potência suficiente para alcançar territórios distantes. No ano da sua criação a transmissão da rádio era fraca e não conseguia atingir nem o território Guineense e nem Cabo-Verde. Veja a seguinte imagem da Amélia Araújo na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, na região Libertada de Madina de Boé em 1973.

Figura nº 3 - Amélia Araújo Locutora da Radio Voz de Libertação na ANP-GB em Madina de Boé em

1973



A intenção do partido foi crescendo e a preocupação de qualificar as pessoas foi aumentando. No projeto de expansão do crioulo, a locutora foi selecionada juntamente com seus quatro colegas por Amílcar para fazer um curso de nove meses na URSS. Um ano depois, receberam a oferta de uma emissora e um estúdio da Suécia, o que lhes permitiu avançar com a rádio em melhores condições e com uma estação de maior alcance.

Neste ano foram lançadas oficialmente as emissões da rádio, no dia 16 de julho de 1967, sob o controle do partido de PAIGC, dividindo a emissão em três períodos de 15 minutos, totalizando uma emissão de 45 minutos por dia.

Segundo Zé Lopes, um dos estagiários que entrou posteriormente ao momento em que a rádio já operava 24 horas por dia, a emissora já estava com um desenvolvimento muito avançado. Amílcar Cabral usava uma estratégia de entregar para todos os membros do partido e das zonas libertadas, um aparelho de rádio para acompanhar as informações que estavam sendo transmitidas na emissora. Isso porque as mesmas informações passadas em português na voz da Amélia Araújo eram repetidas em crioulo e nas outras línguas étnicas. Os textos escritos na época eram passados pelos locutores que sabiam ler e escrever e eles retransmitiam as informações para aqueles locutores que não sabiam ler. Quase todos eram locutores das línguas rurais (étnicas).

Para o jurista e músico, Ernesto Dabo, a rádio desempenhou um papel muito importante. Considerou que “a rádio exerceu um papel melhor do que as unidades militares

em certas circunstâncias”. Isso ocorreu porque as unidades militares tinham um papel específico de guerra, o de combater com as armas em defesa do território, enfrentando o inimigo colonizador. Mas a rádio, além de ser um armamento militar, lutou também por mudanças na consciência das pessoas, o que não é fácil de se realizar. Existe uma dinâmica muito complexa, mas os locutores da rádio conseguiam fazer este trabalho, pondo, assim, em prática a ideologia do partido.

Zé Lopes foi ainda mais longe quando afirmou que só de ouvir a voz de Joaquim Landim, um dos locutores da rádio, ele tinha vontade de ir para luta, pois muitas pessoas eram influenciadas por suas palavras. Para Zé, o Joaquim é uma figura esquecida na história dos combatentes da luta pela libertação; não só Amílcar Cabral foi um grande líder, como é falado atualmente. Havia outros personagens que desenvolveram um papel muito importante na rádio sem uso de arma. Vejamos a sua explicação de como ele chegou à rádio, o que ele presenciou dos trabalhos destes locutores, dos quais ele fazia parte sem ser um combatente de arma, mas como músico e batalhador no microfone.²²

De acordo com a nota de rodapé, percebe-se que a forma como foi pensado o sistema de comunicação era relacionado com as estratégias geográficas de acordo com a localidade em que vivia determinado grupo étnico. A estação da base da rádio em Guiné-Conacri foi o primeiro passo que Amílcar deu, porque se a rádio estivesse instalada no país, talvez não durasse o tempo que durou e nem tivesse desenvolvido o papel que teve. A independência de Conacri pelos franceses ocorreu de uma forma pacífica. Nesta altura, Conacri já não estava em guerra, fazia parte da região fronteira com a Guiné-Bissau, com a qual era aliada no domínio da formação dos militantes do partido. Além disso, Guiné-Conacri também cedia espaço para a instalação da escola piloto.

²² Cf. afirmação de Zé Lopes em crioulo. Na falau através di kamara Djoquim Landim (Joaquim Landim), si Djoquim Landim na papia na radio libertason nim si bu tene korson duru suma ke bu na lanta pa firma propi vos di Djoquim Landim ta fasi ba guerrilias nim ki na bai muri i ta lanta pa bai guerra. Djoquim Landim i eroi na falau kila, porqui ami na kontau ami i yara stagiariu na radiu libertason na Conacri porqui tudu rasa na papia rasa bidjugu ka papia. Entau pa experiensia pabia ami ta djuga ku curiosidade haaaa, N'bai ami i bidjugu um parti pepel um parti bidjugu nha dona matchu i pepel di biombu nha dona fia i bidjugu di kanhabaqui. Entau pa es tarbadju sim tudu nbai, ma Zeca Martin, sta ba la, ba Armando, Malam Djassi, kil Kompanhia assim tudu staba la . Ma dia ki tem kontrataki duru kontra PAIGC si Landim ria radiu bu ta sinti propri kuma i arma ku na tarbadja. Microfoni di radio i era pirigosu, radiu tene ba um funson importanti na no metadi na luta di libertason. Bu odja i ka pur akasu ku manda kabral mandanu ba kil radiu, maneru ku no tchiu ba na matu tudu djintis tene radiu te populason na kasa tene radiu, Kabral djuga kabesa na kil kau. Pabia tudu chefe di tabanka ta ricibi ba radiu bu sinta na kasa bu yabri radiu na baraka bu na sukuta ku bu djintis i bim kudi kada kurpu di pekadur tene radiu (ZE LOPES, 2015).

Talvez Cabral tivesse feito essa escolha para garantir a segurança das projeções das suas ideologias e projetos de ação política, cultural, educacional e econômica que foram transmitidos na rádio Libertação em todos os territórios guineenses e cabo-verdianos, sobretudo na Guiné-Bissau, onde a maioria da população na época não era alfabetizada e a linguagem oral era predominante.

Amílcar Cabral, como sabe, foi o arquiteto da nossa luta de libertação, quem organizou as estruturas da luta e conduziu até que infelizmente foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973. Acontece que ele percebeu e implementou a ideia de que veículos de difusão deviam ser instalados logo na primeira hora para que as mensagens fossem difundidas e que houvesse um mecanismo de intervenção que levasse as pessoas a compreender os objetivos da luta e a se organizarem e assumir uma postura ideológica de luta e compreenderem o fenômeno em curso. Agora numa sociedade que na altura tinha mais de 99% de analfabetos não vejo veículo mais importante que a rádio, né? E a rádio, porque a rádio responde à situação de ser uma sociedade predominantemente da oralidade na altura. E a comunicação via oral tinha que ser mais dominante e a mais importante disso, foi aprovado durante a luta de libertação nacional a nossa rádio de libertação foi das frentes mais importante da luta, a frente militar foi importante, a frente da educação foi importante, mas a frente da comunicação foi igualmente muito importante. E então daí que me parece que é indescritível a importância que a rádio teve para o sucesso da luta de libertação nacional (DABO, 2015).

Portanto, estes enunciados da rádio confirmam a relação tempestuosa entre os guineenses e cabo-verdianos e que permeou toda a luta de libertação nacional, reforçando a fragilidade da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Tudo isso nos leva a destacar que o projeto de Amílcar Cabral era um projeto que beneficiava uma minoria. Isto é, a unidade binacional foi convencionada com o consentimento de uma parte significativa da elite cabo-verdiana e de alguns representantes dos movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau.

Segundo Peter Karibe Mendy (1993, p. 28), na Guiné-Bissau, as profundas feridas causadas pelo envolvimento negativo dos cabo-verdianos com a administração colonial portuguesa, durante o processo de colonização, não estavam ainda curadas no momento em que se assentavam os esforços para a unificação dos dois países. Em Cabo Verde, onde “a oposição hostil, principalmente de membros de classes privilegiadas, pensava que não tinham nem afinidade cultural nem parentesco racial com os guineenses, colocou em xeque o projeto unitário que não teve apoio popular tanto na Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde” (idem, p. 28).

De acordo com Nzongola Ntalaja (1984, p. 39), a teoria da luta de libertação nacional de Cabral identificava duas fases para enfrentar a questão da verdadeira libertação: *uma fase Nacional e uma fase social*, sendo que a primeira correspondia a uma resposta ao contexto colonial e a segunda, à estrutura da sociedade colonizada. Ambas as fases têm como base

colocar um fim ao sistema colonial e transformar radicalmente a estrutura da economia e do Estado pós-colonial, mantendo sempre os objetivos de espírito socialista de construção do Estado pós-colonial da Guiné e de Cabo-Verde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho verificamos que a situação da formação do Estado da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, implementado pelo Partido PAIGC durante a luta de libertação e depois da Independência, teve as suas origens (as bases) inspiradas no modelo ocidental de nação, adaptando-o às especificidades locais.

O objetivo do estudo foi mostrar como se deu a construção da identidade nacional na Guiné-Bissau que buscava reconciliar os interesses e tradições dos diversos grupos étnicos na época da luta de libertação. No percurso do trabalho, compreendemos que os motivos que levaram à criação de diversos movimentos de libertação nacional tiveram um único fim que foi a retirada (expulsão) dos colonialistas. Apontamos para as idéias fundamentais de Amílcar Cabral a respeito da nação inspirada em modelos da tradição ocidental, e, ao mesmo tempo, para as tentativas de Cabral de conjugar tais modelos com as tradições culturais e linguísticas locais.

Também constatamos que, de acordo com os nossos entrevistados, a luta da libertação conseguiu implementar o seu objetivo (a conquista da independência) somente porque utilizou a música e a mídia (rádio) como estratégias essenciais tanto de combate quanto de mobilização das populações locais.

Percebemos também que a estrutura do Estado colonial só conseguiu ser implementada e se manter durante vários séculos nos países do continente Africano devido ao apoio e a cumplicidade dos chefes políticos e líderes locais que se sentiram coagidos pela administração colonial.

Convém adicionar aqui que a intolerância do colonialismo, sobretudo o massacre de pindjiguiti na Guiné-Bissau em 1959, acendeu o espírito de nacionalismo na Guiné-Bissau. Esse acontecimento instigou o desejo de independência e forjou a unidade entre diversos movimentos nacionalistas, objetivando a descolonização.

O processo de resistência e luta pela independência da Guiné-Bissau começou com alguns grupos de jovens, como Rafael Barbosa e os outros jovens das zonas urbanas, os chamados “Cristões [sic] de praça”, que mais tarde contariam com o apoio de Amílcar Cabral, cuja contribuição neste processo foi fundamental, pois deu mais dinâmica ao movimento e passou a liderá-lo. A vivência e experiência adquiridas em Lisboa na Casa de Estudante de Império (CEI) conferiu a Cabral prestígio, competência e legitimidade para dissolver os grupos políticos existentes naquele momento e fundar um movimento único de união nacional que seria transformado no partido único PAIGC. No caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde,

como no das outras colônias portuguesas na África, a independência tinha que ser conquistada por meio da luta armada. E foi também neste processo que a ideia de uma identidade nacional e, com isto, uma ideologia nacional foi sendo construída pelos líderes políticos e pelos combatentes. Neste processo, diversos símbolos étnicos foram mobilizados para criar e afirmar uma noção de unidade coletiva que se opunha ao colonizador; as entrevistas feitas para este estudo deixam claro que, para os artistas e músicos, esta estratégia acabou não superando as diferenças culturais internas e, em alguns casos, contribuiu, inclusive, para acentuar os sentimentos de pertença étnica. Este conflito podia ser observado já na época quando alguns músicos optaram por integrar influências de músicas modernas, enquanto outros insistiram na valorização de tradições locais, rejeitando inovações vistas como elementos estrangeiros.

Conclui-se que o referido projeto da união entre os povos Cabo-Verdiano e Guineense para formar uma única nação não atingiu o seu objetivo, devido a múltiplos fatores entre os quais destacamos os seguintes: as disputas pelo poder entre os membros do partido do PAIGC, o controle das atividades educativas pelo partido, a falta de recursos financeiros e humanos qualificados e a constante instabilidade política.

REFERÊNCIAS

- ASOCIACIÓN, EXTREMEÑA DE COMUNICACIÓN SOCIAL. La primera mujer presidenta de África. disponível em: <<https://aecosextremadura.wordpress.com/2014/07/31/la-primera-mujer-presidenta-de-africa/>>. Acesso em 24 dez. de 2015.
- ANDRADE, D. M. *A Guerra do povo na Guiné-Bissau*. Trad. Sá da Costa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- AMILCAR Cabral: o pai da nação guineense. Isalqué, m. J. Realização de Alfredo Gomes. Londres, 2014.
- Vídeo (27 min 49 seg), son., sépia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tngkonciahq>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- CABRAL, A; ANDRADE, M. P. D. (orgs.) *A armada teoria: unidade e luta I*. Lisboa: Seara Nova, 1976. V.1
- CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura, in: *A arma da teoria unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1978, v.i.
- CABRAL, A. *Análise de alguns tipos de resistências*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979.
- _____. *A prática revolucionária: unidade e luta II*. [2.ed. Lisboa: Seara Nova, 1977. v.2.
- _____. *P.A.G.C Unidade e Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.
- CASIMIRO, F. *Pindjiguiti: memórias de uma realidade presente*, 08 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.didinho.org/PINDJIGUITIMEMORIASDEUMAREALIDADEPRESE E.htm>>. Acesso em: 18 jan.2015.
- CABRAL, V. *A luta é a minha primavera*. Oeiras: África, 1981.
- CUCHÊ, D. *A noção de culturas nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Maurício Santa Dias 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CASTANHEIRA, J. P. N, ANTÔNIO L. A Guiné é o País da Mentira. *Jornal Expresso*, 1994.
- CASTANHEIRA, J. P. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- CUNHA, M. C. D. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*. V. 2. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DJALÓ, T. *O Mestiço e o Poder Identidade, dominações e Resistência na Guiné*. Lisboa: Nova Veja, 2012.

DOWBOR, L. *Guiné-Bissau a busca da independência econômica*: São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESSÔA, M. Carlos Correia: a testemunha do "massacre de pidjiguiti". *Deutsche Welle*, Bonn, 18 ago. 2014. Guiné-Bissau. Disponível em: < <http://www.dw.de/carlos-correia-a-testemunha-do-massacre-de-pidjiguiti/a-17656283>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: retrato de uma experiência em processo*. São Paulo: Paz e terra, 1978.

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

HANS, Kohn, WALLACE, Sokolsky. *El Nacionalismo Africano em el siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1968.

LESSA, S. *A atualidade da abolição da família monogâmica*. In: *Revista Crítica Marxista*, São Paulo: Crítica Marxista, n. 35, 2012, p.41-48.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TCHEKA, Tony. *Noites de insônia na terra adormecida*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 1996.

MAPA da Guiné-Bissau: Disponível em:

<https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=RTeOVbzsJ4GZzALX24CgCA&gws_rd=ssl#q=Mapa+da+Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em 23 jun. 2015.

MARTHA HUBNER DE OLIVEIRA. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

MENDY, P. K. A Herança colonial de o desafio da integração. *Revista SORONDA: Revista dos estudos guineenses*. Bissau, n. 15, p. 3-37, 1993.

MENDY, Peter Karibe. *Cabral na Guiné-Bissau colonial: contexto, desafios e conquistas*. Cabral no Cruzamento de épocas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMILCAR CABRAL, 2., Praia, set. 2005.

NOTÍCIAS, Sapo: Disponível em: < <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1005005.html>>. Acesso em 20 jun. 2015.

MEDINA, João. Revista USP, São Paulo, n. 45, p. 48-61, março/maio 2000, Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/45/05-joaomedina.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2015.

NTALAJA, N. La teoria dela lotta di liberazione. In: ALEGRE, Manuel (org.). *Amílcar Cabral e l'indipendenza dell'afrika*. Milano: Franco Angeli, 1984.

THE BERLIN CONFERENCE ON PARTITION OF AFRICA, 1884, Disponível em: <<http://www.deutsche-schutzgebiete.de/afrikakonferenz.htm>>. Acesso em 23 de jun de 2015.

O FASCINANTE UNIVERSO DA HISTÓRIA: Disponível em: <<http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/02/colonizacao-de-africa.html>>. Acesso em 19 jun. 2015.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria

SILVA, Alberto da Costa. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SORONDA-*Revista dos estudos guineenses*. Bissau: INEP, 1993. p. 3-37.

SOUSA, S. J. *Amílcar Cabral (1924-1973) Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Veja 2011.

VILLEN, P. *A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: Entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANEXOS

ANEXO A - As cartas enviados para delegação da D.G. S para verificar a questão do assassinato de Amílcar Cabral.

FOTOCÓPIA

144/70-GAB- URGENTE

MINDELO
SECRETO

Excelentíssimo Senhor
Chefe da Delegação da D.G.S.

P R A I A



ASSUNTO:- AMILCAR CABRAL, PRESIDENTE
DO P.A.I.G.C. .

ASSUNTO:- COLABORADOR

Para os devidos efeitos, tenho a honra de informar V. Ex^a., de seguinte:

- 1- Encontra-se nesta Cidade, como tripulante do navio português " MARGARETHA ", o colaborador acima citado.
- 2- O mesmo, informou este Posto, de que tem aliciados um grupo de seis indivíduos, prontos a dinamitar o depósito de munições do P.A.I.G.C., em Conakry, e a liquidarem o AMILCAR CABRAL.
- 3- A cada um destes indivíduos, seria paga por esta D.G.S. a importância de Dez Mil Escudos, caso estas operações tivessem pleno êxito.
- 4- A importância só seria paga, depois das operações concluídas.
- 5- Por o assunto me parecer de interesse, levo-o á superior apreciação de V. Ex^a.

A BEM DA NAÇÃO

Mindelo e Posto da D.G.S., em 28 de Dezembro de 1970

O CHEFE DO POSTO

HN/EM Miguel Henriques Nunes

FOTOCÓPIA

SECRETO

SECRETO

Paris, 2 de Abril de 1969

S.E.
 Dr. Marcello Mathias
 Embaixador de Portugal
 3, rue de Valenciennes
 PARIS 16^e



Em confirmação das conversas telefónicas que tive com V. Excia apresse-me a comunicar a evolução dos contactos que, por intermédio de "Redressement Economique", estabeleci acerca duma eventual evolução da situação na Guiné Portuguesa.

a) Sobre o "Redressement Economique" - ver a nota anexa emanada dos meus serviços.

b) Antes da recepção para o lançamento do livro "L'espace commun portugais" (13/3/69), o sr. Robert Le Breton, do "Redressement Economique" (O Sr. Le Breton, sob o pseudónimo de Robert Anders, é autor de 1' "Afrique Australe" e de 1' "Afrique Africaine" editadas por "Les Sept Couleurs" de Maurice Bardèche) telefonou-me perguntando-me se podia fazer-se acompanhar por um amigo senegalês. Respi, atendeu-se na C.P.P. e tivemos relações cordiais.

No dia 19, o sr. Le Breton telefonou-me perguntando se me interessava estabelecer contactos com um amigo pessoal do leader" revolucionário Amílcar Cabral. Tendo-lhe respondido pela afirmativa, o sr. Le Breton anunciou-me que viria, antes, à CPP para me elucidar. Entretanto, telefonei a V. Excia, comunicando-lhe esta proposta e pedindo instruções. V. Excia aconselhou-me a manter o contacto e a transmitir o que, eventualmente, viesse a passar-se.

O sr. Le Breton esteve no meu Gabinete para me afirmar que o seu amigo senegalês (personalidade ligada à UNESCO e ao "Redressement Economique" cujo nome me pediu para não transmitir), era amigo íntimo do Amílcar Cabral que reside, em Dakar, paredes meias com pessoas da sua família. Dado que o encontro não poderia ter lugar na CPP, combinamos que eu iria à sede do "Redressement Economique" 38 Avenue de l'Opéra (prédio junto com a Praça da Ópera).

SE RETO

EXEMPLAR Nº 07
 DG/COMCHEFE/GUINE
 REP INFORMAÇÕES
 BISSAU
 13MAR73
 763/BM



RELATÓRIO DE INTERROGATÓRIO Nº 25/73

NOME: RUI JOÃO ANTÓNIO NOLA

SEXO: Masculino IDADE: 21 Anos ESTADO: Solteiro

NATURALIDADE: TEIXEIRA PINTO

GRUPO ÉTNICO: Manjaco

FILIAÇÃO: Pai - JOÃO ANTÓNIO NOLA

Mãe - LÚCIA DA SILVA

PROFISSÃO: Professor no PAIGC HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: 1º Ano do Liceu

LÍNGUAS E DIALECTOS QUE FALA: Português, Creoulo, Manjaco, Papel e Mancanho.

FOI MILITAR: Não

ASPECTO FÍSICO: Normal

CIRCUNSTÂNCIAS DA APRESENTAÇÃO: Apresentou-se em PICHE em 28/12/73.

DECLARAÇÕES PRESTADAS:

1. GENERALIDADES

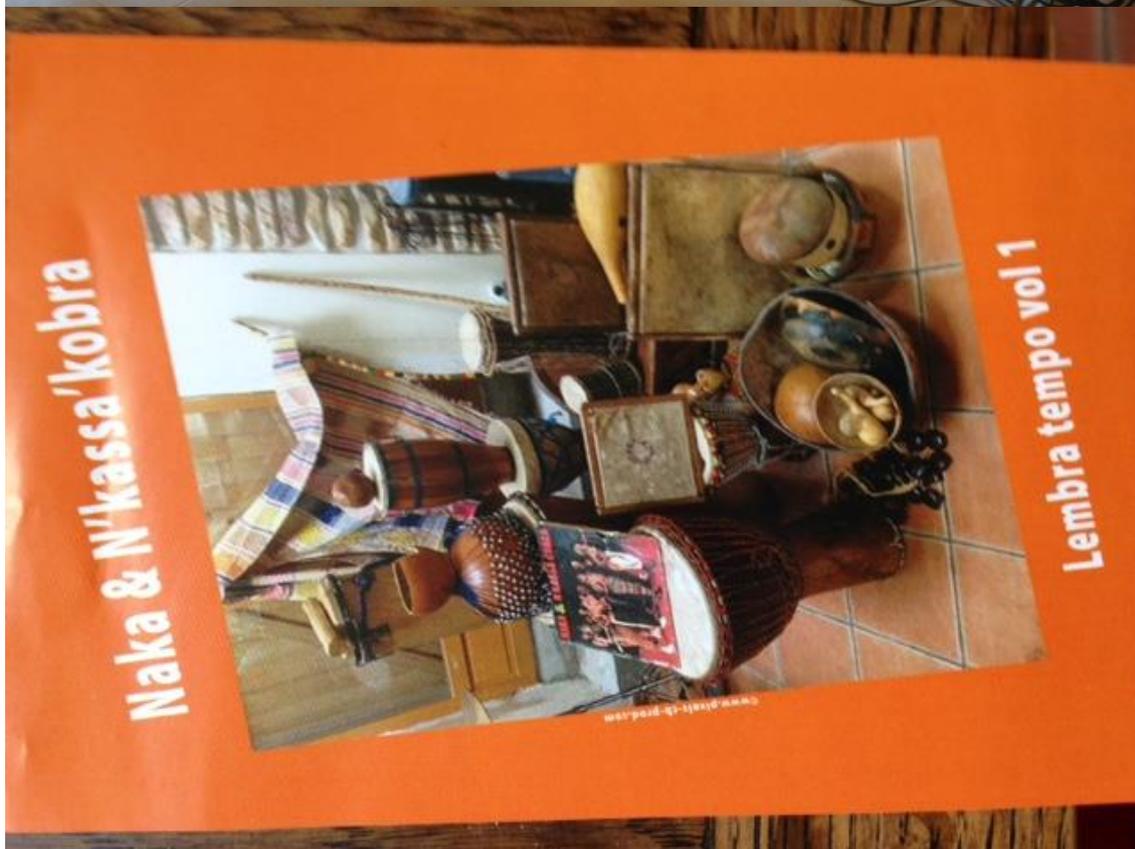
Ingressou no PAIGC, por sua livre vontade, em 1968. Fugiu de BISSAU, passou no INGORÉ e entrou na RepSENEGAL onde foi entrevistado em GOUDOMP, perto de SIKOUM, por ANTÓNIO CÔ, papel e AUGUSTO SÁ, papel. Foi enviado, posteriormente, para ZIGUINCHOR, onde ficou no Lar, tendo sido entrevistado por LOURENÇO, manjaco.

Seguiu para CONAKRY, onde esteve 15 dias, tendo seguido de avião para MOSCOVO. Foi enviado para a base de POTCHE, junto ao MAR NEGRO, onde teve instrução de Marinha. Para esta base também foram INOCÊNCIO KANJE, manjaco, INÁCIO SOARES DA GAMA, papel, JULIÃO LOPES, manjaco, INDJAMA MANE, beafada e JOSE PEREIRA, mancanho. Na base de POTCHE - URSS, permaneceu 18 meses e no MAR NEGRO, em barcos, 6 meses.

Durante este período de permanência na URSS formou-se um núcleo de guineus que discordava da orientação dada no PAIGC por AMILCAR CABRAL, que protegia os cabo-verdeanos. Este núcleo, constituído pelos elementos

.../

**ANEXO B- Ilustração da imagem de Instrumentos Tradicionais Siko e outros
Instrumentos – Fonte Associação Cultural Naka N'kassa'kobra**



Cora- O Instrumento utilizado pelo Djidius na Luta- Ele é tocado mais por grupo etno Mandigas, fulas e Biafadas (muçulmanos).



Fonte: Grupo Netos de Bandim, 2015

Bombulum-Durante a cerimonia da toca choro (fúnebres)



Fonte: Grupo Cultural Netos de Bandim- 2015

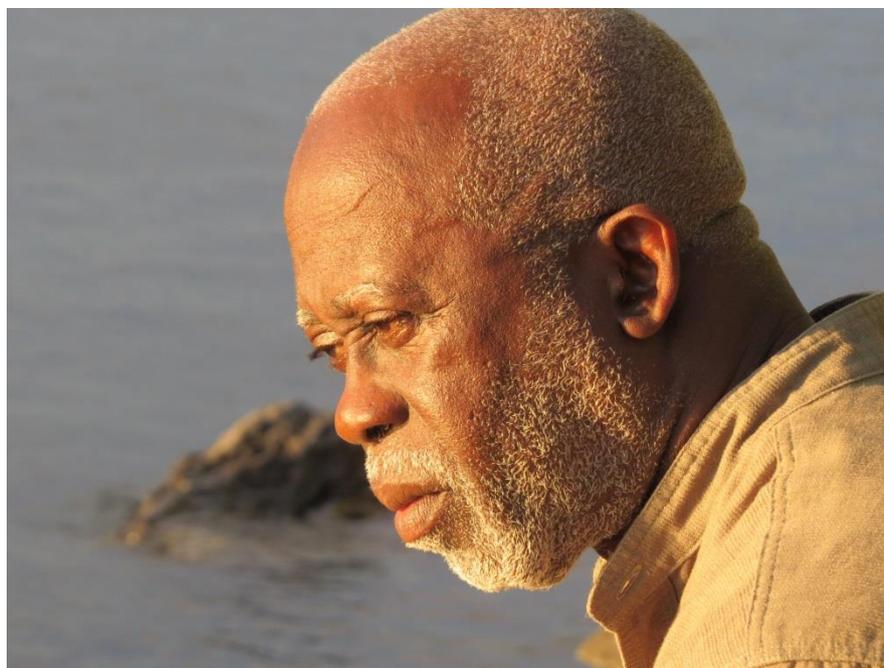
ANEXO C - Fotos de alguns dos nossos entrevistados

Ramiro Naka Grupo N'kassa 'Kobra



Fonte: Foto enviada pelo Artista

Ernesto Dabo- Grupo Cobiana Djazz e Membro do PAIGC



Fonte: Foto enviada pelo artista.

Carmem Pereira – Ex Combatente da Luta e Membro de PAIGC



Fonte: Associação Extremeña de Comunicação Social- 2014

Carmem Pereira – Ex Combatente da Luta e Membro de PAIGC- em resposta do nosso questionários da Pesquisa com Jornalista Armando Conte –Rádio Jovem.

(Zé
e



**José
Lopes
Lopes)-
Músico
Ex-**

Combatente do PAIGC



Fonte: Entrevista realizada por nosso colega Jornalista Armando Conte –Rádio Jovem.

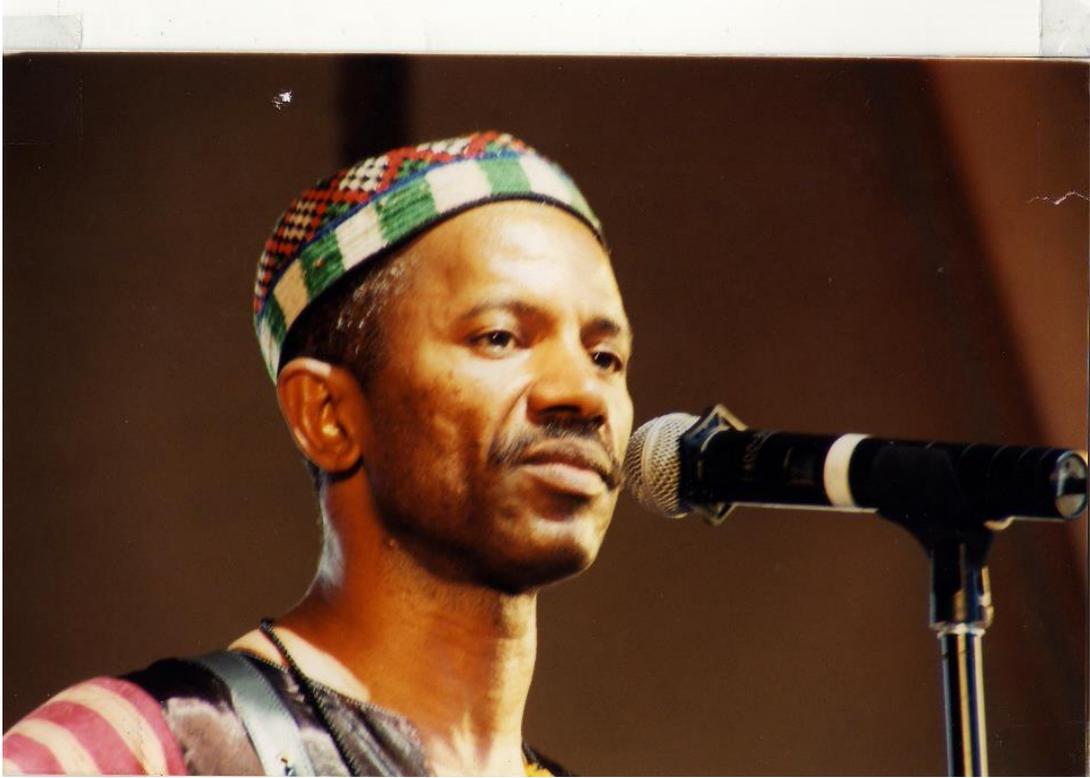
Ze Lopes –Cerimonia dos heróis nacionais (antigos Combatentes do PAIGC)



2014

Fonte: Fotos enviados por Jornalista Armando Conte – Rádio Jovem.

Ze Manel Fortes- Músico do Grupo Mamadjombo



Fonte: Entrevista realizada com o nosso colega Jornalista Armando Conte –Radio Jovem.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro da entrevista



“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
Campus de Marília– SP

Entrevista semi-estruturada com os participantes

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Grau de Escolaridade:

Grupo étnico:

Idioma da realização da entrevista:

1. Quais eram as músicas mais cantadas na época da Luta? Em que língua?
Kal ki musikas ku mas kantadu na tempu di luta ? I na kal rasa
2. Porque essas músicas eram cantadas nessa língua? Era a língua mais dominante no momento?
Pabia ku es musikas ta kantadu ba na es rasa? I rasa ku mas tem ba forsa na kil tempu?
3. Quais eram os temas mais cantados e quem determinava as escolhas destes temas?
Kal kusas ku mas ta kantadu i kin k uta manda ba kudji ke ku tem ku kantadu?
4. Como o(a) senhor(a) avalia o papel da mídia radio no processo da luta de libertação?
Kuma ku b uta odja funson di radiu na tempu di luta di libertação?

5. Qual(s) a(s) contribuição(s) dessas músicas e dança no processo da luta armada pela independência?

Kal ki kontribison des musikas ku dança na tempu di luta armada pa N´dependensia?

6. Qual ou quais foi/foram o(s) grupo/banda(s) de destaque durante o processo da Independência?

Kal ki kantaduris ku mas kumsidu ba na tempu luta pa N´dipendensia?

7. Como era fazer música durante o processo da luta armada?

Kuma ki era ba fasi musika na tempu de luta armada?

8. Como o(a) senhor(a) avalia a mudança da música guineense antes da luta armada, durante e depois da Independência?

Kuma kuta odja mudansa di musika guineensi antis di luta armada, na luta ku dipus di N´dipendensia?

9. Qual foi papel da música no processo da revolução da luta armada, e até que ponto ela contribuiu para criação da união nacional ou entidades Étnicas. Qual a sua participação nesse processo da luta?

Kal ki sedu ba papel di musika na tempu di luta di revoluson armada, i ate na kal puntu ki el i tchuda na kriason di union nasional ou na djuntamento di djorsons?

**APÊNDICE B - A carta de pedido de entrevista que foi enviada ao presidente da
fundação Amílcar Cabral o comandante Pedro Pires.**



CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DA ENTREVISTA DE PESQUISA DE CAMPO.

ASSUNTO: **Solicitação da Entrevista**

Ao

Presidente da Fundação Amílcar Cabral

O Comandante Sr. Pedro Verona Pires.

Venho por meio desta apresentar-lhe em primeiro lugar a minha pessoa. Sou **Júlio Antônio Aponto Té**, estudante de guineense radicado no Brasil, regularmente matriculado no programa de Pós-Graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS, Curso de Mestrado, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" faculdade de filosofia e Ciência de Marília- Campus de Marília-SP. Estou sob orientação do professor Doutor ANDREAS HOFBAUER. Iniciei o meu curso de mestrado oficialmente no dia 05 de agosto de 2013, tendo o prazo máximo para conclusão do Curso até dia 05 de fevereiro de 2016. A razão desta minha carta é solicitar ao senhor a concessão para realização de uma entrevista que será suma importância para minha pesquisa que tem como tema: *Música, Midia e Identidade Nacional na Guiné-Bissau: no período da Revolução Armada à independência*. Os resultados desta serão apresentados na minha dissertação cuja defesa ocorrerá no início do ano que vem. Em anexo segue o roteiro das entrevistas.

Sem mais nada de para momento, agradeço antecipadamente a sua atenção e espero que meu pedido seja acolhido. Coloco-me evidentemente à disposição a quaisquer esclarecimentos

Júlio Antônio Aponto Té
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Avenida Hygino Muzzi Filho, 737 CEP 17525-900 Marília - SP - Brasil
Tel (xx14) 3402-1336 ppgcs@marilia.unesp.br